



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO



2
0
2
2



FICHA INSTITUCIONAL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Marina da Silva

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Marcelo Marcelino de Oliveira

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Chefe de Gabinete
Carla Michelle Lessa

Coordenador de Governança e Gestão Estratégica
Marcelo Rodrigues Kinouchi

EDIÇÃO

Divisão de Gestão Estratégica

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Luisa Pacheco Andrade
Valquiria Oliveira Ghobad
Tatiana de Carvalho Benevides
Tayná Amancio Facchinetti

REVISÃO DO TEXTO

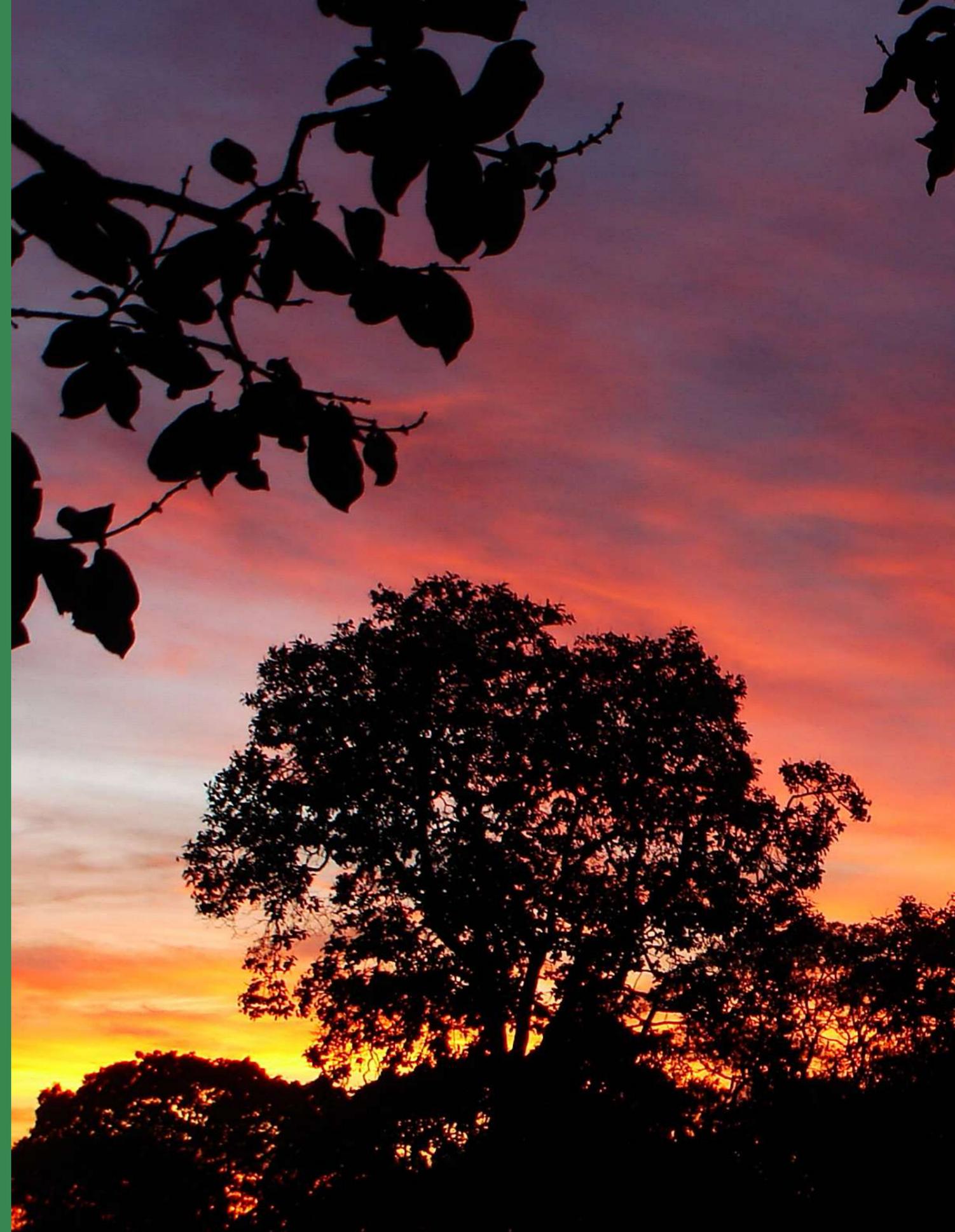
Fernanda Oliveto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mariana Oliveira- Coordenação de Comunicação Social

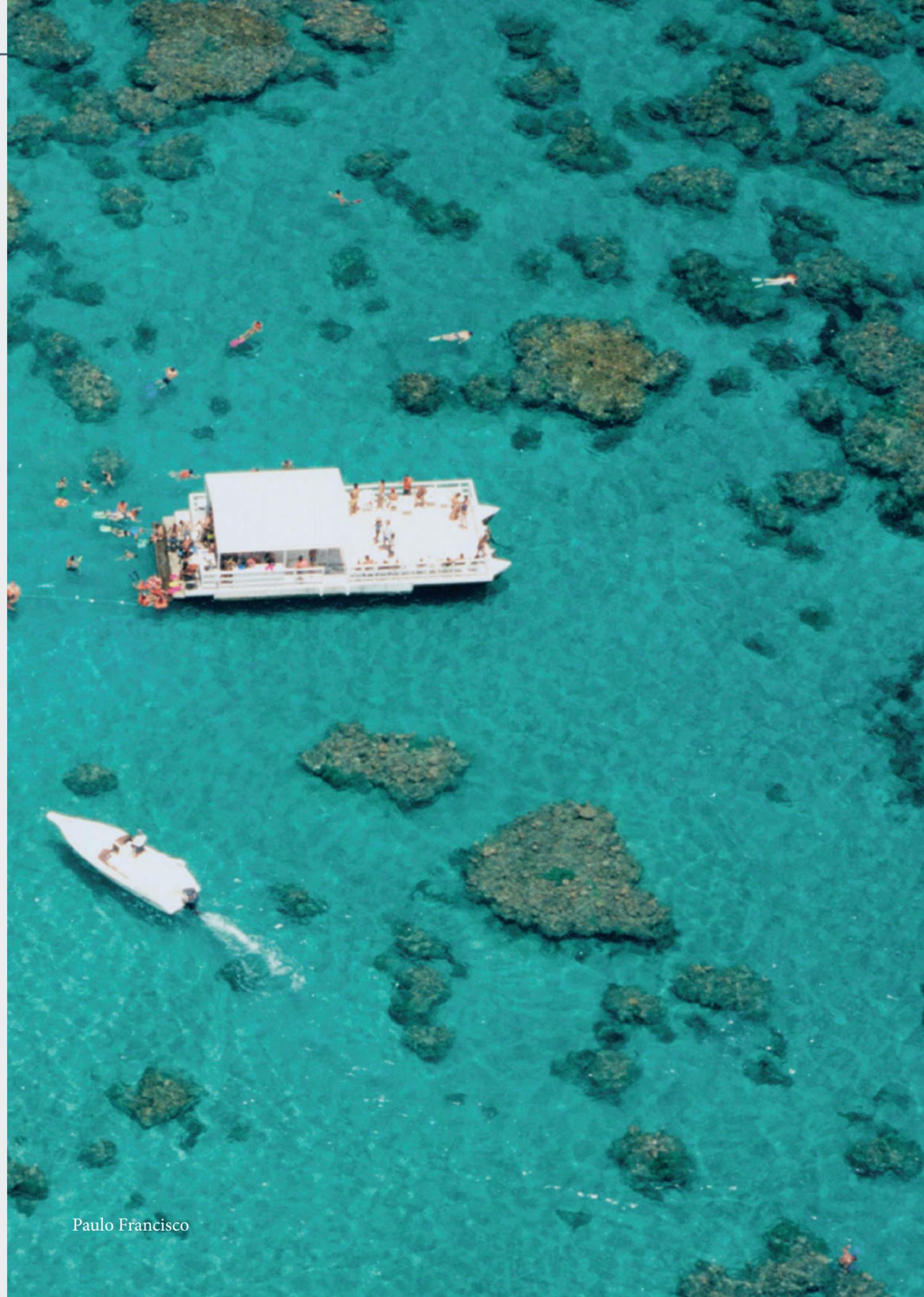
FOTO DA CAPA

Marcelo Krause
Parna Marinho de Fernando de Noronha



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	6
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	12
1.1. CONHEÇA O ICMBio.....	14
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	17
1.3. CADEIA DE VALOR.....	21
1.4. AMBIENTE EXTERNO.....	22
1.5. TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	22
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	30
2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO	32
2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE – PROGRAMA INTEGRA +.....	33
3. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA	37
3.1. ESTRATÉGIA	38
3.2. GOVERNANÇA	41
3.3. COMISSÃO DE ÉTICA	46
3.4. ATUAÇÃO CORREICIONAL	47
3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	48
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	50
4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO	52
4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS	95
4.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO	109
4.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	111
4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS	116
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	126
5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ICMBio	128
5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	128



MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

É com grande satisfação que nos dirigimos à sociedade brasileira para entregar o Relatório de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio referente ao exercício de 2022. O resultado exposto neste relatório integrado representa o esforço individual e coletivo dos servidores, colaboradores e parceiros desta autarquia para a conservação da biodiversidade nacional.

Pautados na boa governança, integridade e atuação que visasse resultados concretos para a conservação da biodiversidade, em 2022 ressaltamos o esforço para firmar parcerias e avançar na adequada gestão de projetos especiais, com intuito de alavancar a implementação das unidades de conservação federais – UCs. Programas como o ARPA, o GEF e o PNUD resultaram em investimentos nas agendas de proteção, monitoramento e pesquisa, estruturação de cadeias produtivas, planos de manejo, uso público, entre outros.

A implementação de unidades de conservação perpassa diversos macroprocessos institucionais, como a regularização fundiária, a pesquisa e o monitoramento, a proteção, o uso público e a gestão socioambiental. Assim sendo, para fortalecer a agenda de regularização fundiária, no último ano o ICMBio certificou 277 imóveis, que somam uma área de mais de 335 mil hectares. Além das propriedades regularizadas, foram doados ao ICMBio cerca de 140 imóveis, com um total de 31.596 hectares somados à conservação da biodiversidade.

No que tange ao monitoramento da biodiversidade, o ICMBio avançou na implementação do Programa Monitora, presente hoje em 113 unidades de conservação, e na atualização da Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção. O trabalho de 14 centros de pesquisa do ICMBio e atores da sociedade civil como associações, organizações não-governamentais, instituições de pesquisa e universidades geraram a avaliação de 9.160 espécies e a validação de 5.578 espécies com status de conservação.

Em 2022, o Brasil pôde ver, após 20 anos, as primeiras ararinhas-azuis, consideradas extintas, voando livres pelos céus da Caatinga. Ao todo, mais 547 espécies estão contempladas em Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs.

Na agenda de proteção, demos luz ao prosseguimento de implementação do Manejo Integrado do Fogo, estratégia internacionalmente adotada para prevenir incêndios de grande magnitude. O processo foi normatizado a fim de proporcionar aos gestores maior segurança jurídica para o uso da estratégia.

Foram realizadas mais de 700 ações de prevenção, diminuindo sensivelmente a área atingida por incêndios florestais em UCs.

Quanto ao Uso Público, o ICMBio promoveu a habilitação de unidades de conservação no Programa de Parcerias e Investimentos – PPI do Governo Federal, demonstrando a importância que essas áreas têm para o Brasil. Juntamente com o PPI e o BNDES, estão sendo modelados os editais para concessão da operação dos serviços de apoio à visitação e ao turismo de natureza, buscando investimentos para a melhoria das estruturas, dos serviços e da conservação. O visitante é o principal beneficiado, encontrando unidades acessíveis, mais seguras e bem estruturadas.

Além disso, as atividades de condução de visitantes, transporte aquaviário, comercialização de alimento, locação de equipamentos e transporte terrestre foram normatizadas, e mais de 70 unidades foram beneficiadas com autorizações e permissões de uso público.

Já em relação à gestão socioambiental, cumpre ressaltar as iniciativas que buscaram valorizar as populações tradicionais que vivem próximas ou dentro de UCs, e o uso sustentável dos recursos naturais.

As populações tradicionais podem ser grandes parceiras na conservação, e é por isso que o ICMBio criou, modificou e atualizou 68 conselhos gestores de unidades de conservação. Mais de 40 termos de compromisso foram firmados para assegurar a conciliação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da dignidade das famílias tradicionais nas áreas das unidades.

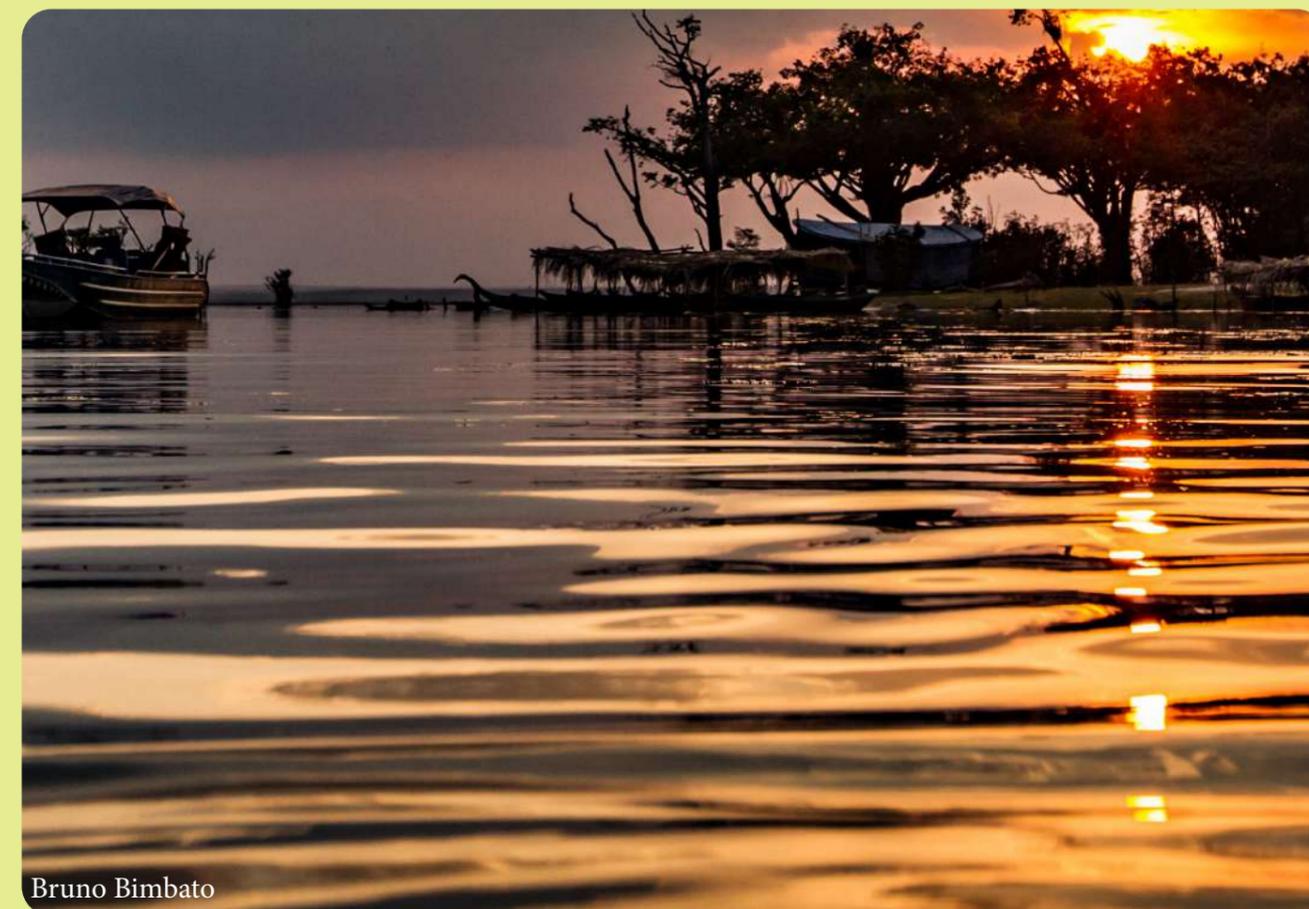
O fomento à Bioeconomia, como a produção de bens e recursos de maneira sustentável, foi potencializada, a exemplo das mais de 1.000 toneladas de produção de pirarucu em áreas de conservação.

Para apoiar a continuidade das ações institucionais, destacamos a realização de concurso público para servidores do ICMBio, beneficiando a região Amazônica, área historicamente carente de pessoal e onde se concentra o maior desafio de gestão para o ICMBio. O concurso abriu 171 novas vagas de analistas e técnicos ambientais, tendo os novos servidores finalizado o Curso de Formação de Gestão da Biodiversidade.

Em 2023, queremos reforçar nosso compromisso com a efetiva implementação das unidades de conservação federais, a fim de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioambiental, a partir de uma gestão integrada e que envolva todos os colaboradores da nossa autarquia.

Dessa forma, recomendo a leitura deste Relatório e espero que, a partir dele, seja possível conhecer, de maneira clara e acessível, o trabalho desempenhado pela nossa autarquia.

Marcos de Castro Simanovic
Presidente do ICMBio



Bruno Bimbato

SOBRE O RELATÓRIO

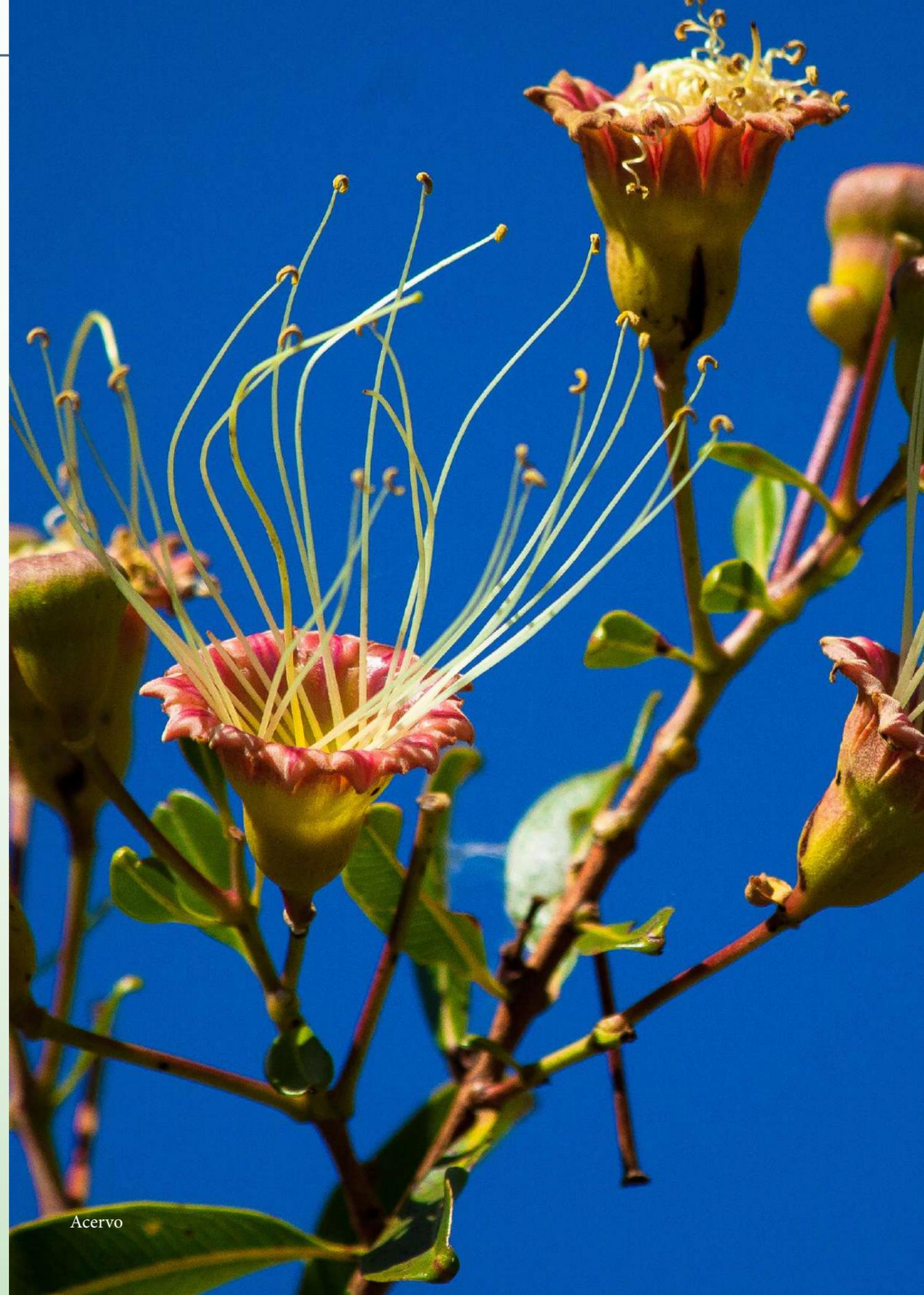
O Relatório de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade apresenta os destaques da sua atuação em 2022 e pretende mostrar à sociedade os principais resultados obtidos a partir da implementação da estratégia e da governança estabelecidas e como elas geraram valor público.

Este Relatório foi elaborado em conformidade com as diretrizes do modelo de Relato Integrado, e continua a atender às orientações da Instrução Normativa nº 84, de 22 e abril de 2020, e da Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, ambas do Tribunal de Contas da União – TCU, que tratam sobre a prestação de contas anual dos administradores e responsáveis da administração pública federal.

A construção deste Relatório resulta no constante aprendizado e aprimoramento das práticas e dos processos institucionais implementados para o alcance da missão institucional do ICMBio.

As informações publicadas refletem os resultados estratégicos da agenda ambiental, conforme as prioridades estabelecidas na [Portaria Conjunta nº 266, de 17 de junho de 2020, que institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023](#)

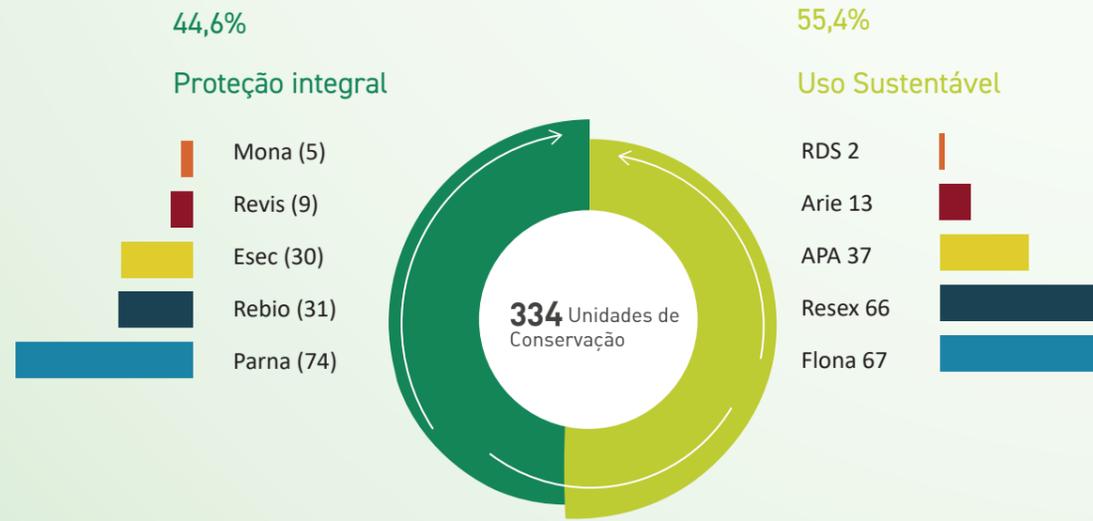
Ademais, as iniciativas estratégicas definidas na Agenda Estratégica – biênio 2022-2023, pela [Portaria ICMBio nº 486, de 15 de junho de 2022](#), nos permitem demonstrar os resultados de muitas iniciativas importantes e que fortaleceram institucionalmente e efetivamente a implementação das unidades de conservação federais.



Acervo

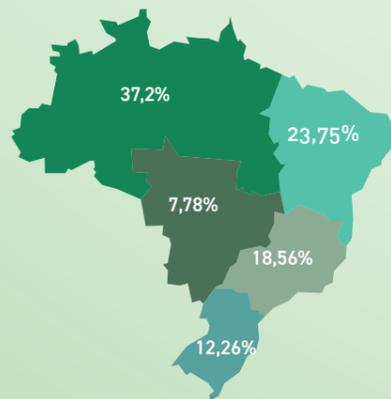
ICMBio EM NÚMEROS

UCs por categoria



743 RPPN'S

Distribuição das UCs pelo Território



171,4 milhões de hectares de área protegida

54,1% área marinha 46,9% área continental

0 1 8 1 UCs com visitação monitorada

0 2 9 2 UCs com Conselhos de Gestão

Fiscalização

2204 Autos de Infrações

919 ações de fiscalização

R\$ 738.403.995,00 multas aplicadas

R\$ 6.831.332,48 recursos executados para fiscalização



Força do Trabalho



1812 Servidores

2881 agente temporário ambiental

R\$ 2,74 milhões Investidos em capacitação



Pesquisa e Conservação

12.262 Espécies da fauna avaliadas

1016 espécies ameaçadas já possuem plano de ação nacional (PAN)

222 Planos de manejo aprovados





VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E
AMBIENTE EXTERNO

Arara canindé
Kennedy Borges



1.1. CONHEÇA O ICMBio

O ICMBio é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, e tem por missão formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Criada pela [Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007](#), integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama e é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e de 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva), compreendendo 334 UCs, distribuídas em todos os biomas brasileiros.

As atividades do Instituto se concentram nas seguintes áreas: execução das atribuições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (instituído pela [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#)); fomento de programas de pesquisa, proteção, preservação da biodiversidade; e desempenho do poder de polícia ambiental nas unidades de conservação federais.

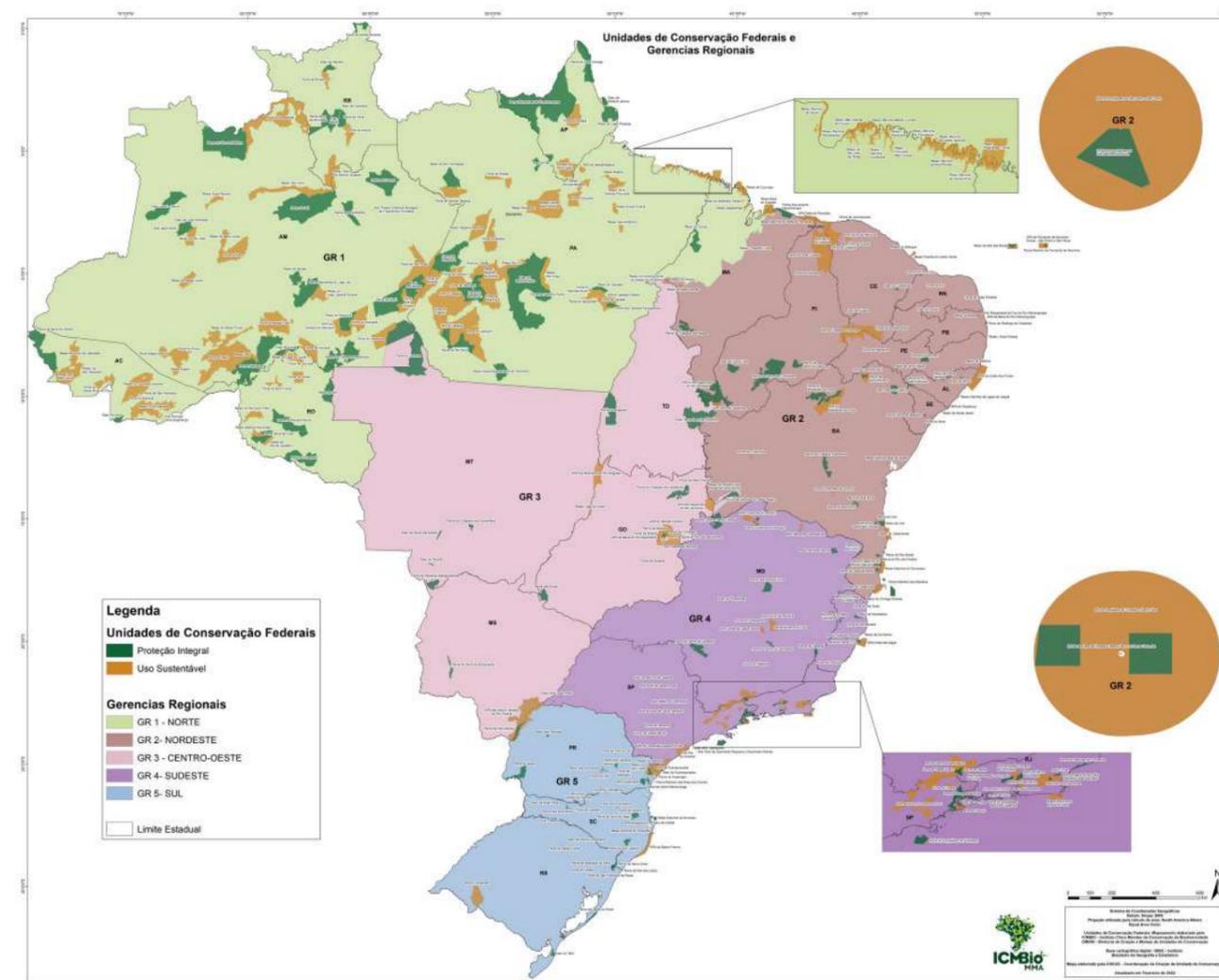
O Instituto também é responsável por propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Onde Estamos

As UCs são áreas naturais objeto de conservação, que possuem recursos ambientais com características naturais relevantes, e têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

As UCs são coordenadas por Gerências Regionais – GRs, uma em cada região geopolítica do País, com sedes em Cabedelo/PB, Santarém/PA, Goiânia/GO, São Paulo/SP e Florianópolis/SC. Para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas, o ICMBio dispõe de Coordenações Regionais – CRs, Bases Avançadas – BAVs e Núcleos de Gestão Integrada – NGIs, vinculados às Gerências Regionais.

Mapa Unidades de Conservação Federais e Gerências Regionais



MISSÃO, VISÃO E VALORES

ICMBio

MISSÃO

Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

VISÃO

Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção do conhecimento.

VALORES

Responsabilidade ambiental; comprometimento com o resultado; Integridade na conduta; valorização do profissional; comprometimento com a sociedade; e valorização do conhecimento.



1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Ao longo de 2022, em decorrência da política de simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança e gratificações do Executivo Federal, o Instituto passou por mudanças estruturais definidas pelo [Decreto nº 11.193, de 8 de setembro de 2022](#), e detalhadas na [Portaria ICMBio nº 1.269, de 29 de dezembro de 2022](#), o novo Regimento Interno.

Nesse contexto, novos setores passaram a integrar a estrutura regimental do Instituto, como a Divisão de Planejamento de Recursos Externos e a Divisão de Apoio aos Centros de Pesquisa, ambas na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN.

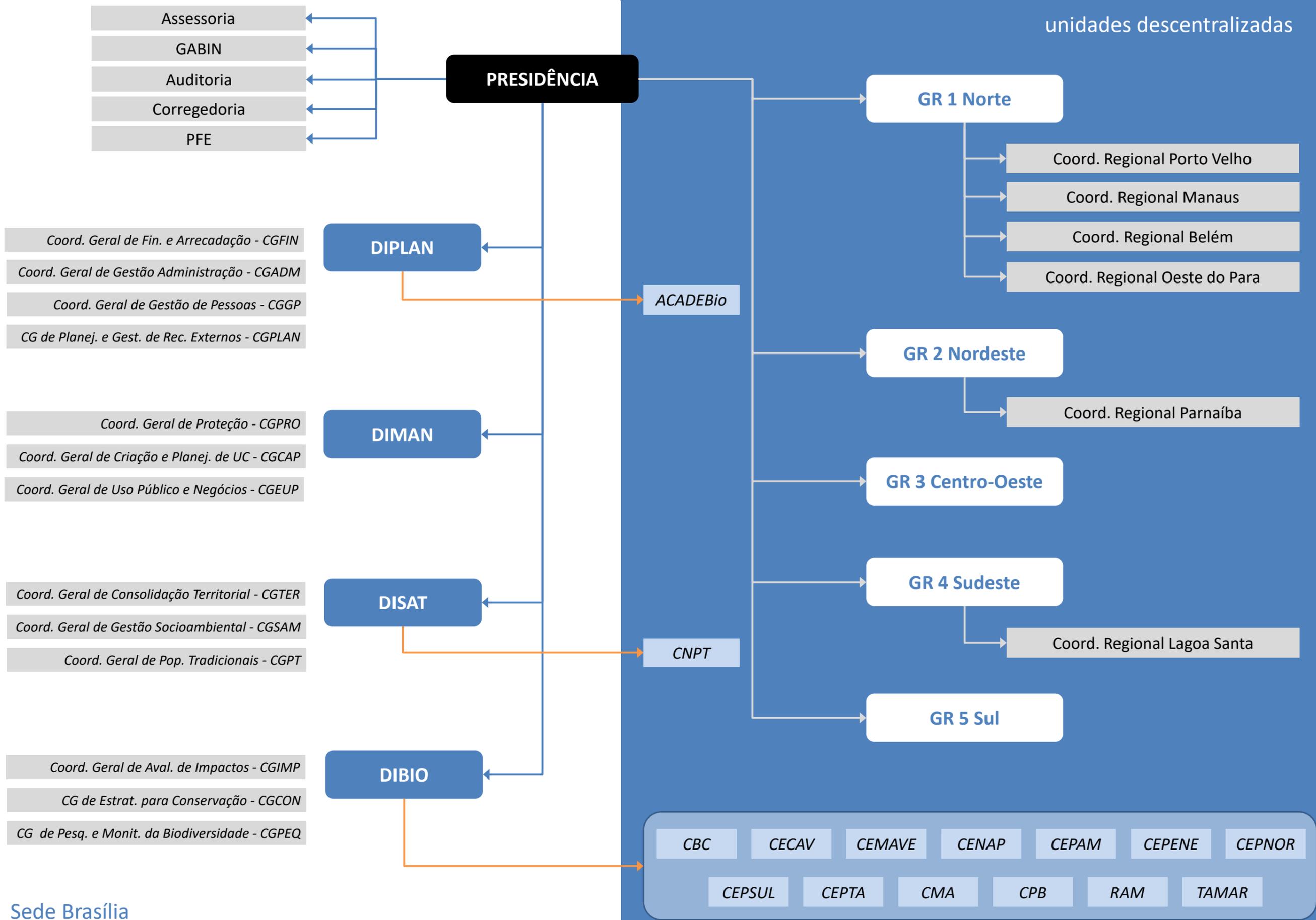
Para fortalecer a agenda de proteção e fiscalização, a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – DIMAN conta agora com as Divisões de Inteligência Ambiental e de Emergências Ambientais, além da Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais, que terá internamente as Divisões de Instrução e Julgamento de Autos de Infração, e de Conciliação Ambiental.

Além disso, foram criadas a Divisão de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras e a Coordenação de Avaliação do Risco de Extinção de Espécies da Fauna, para reforçar os processos finalísticos da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO.

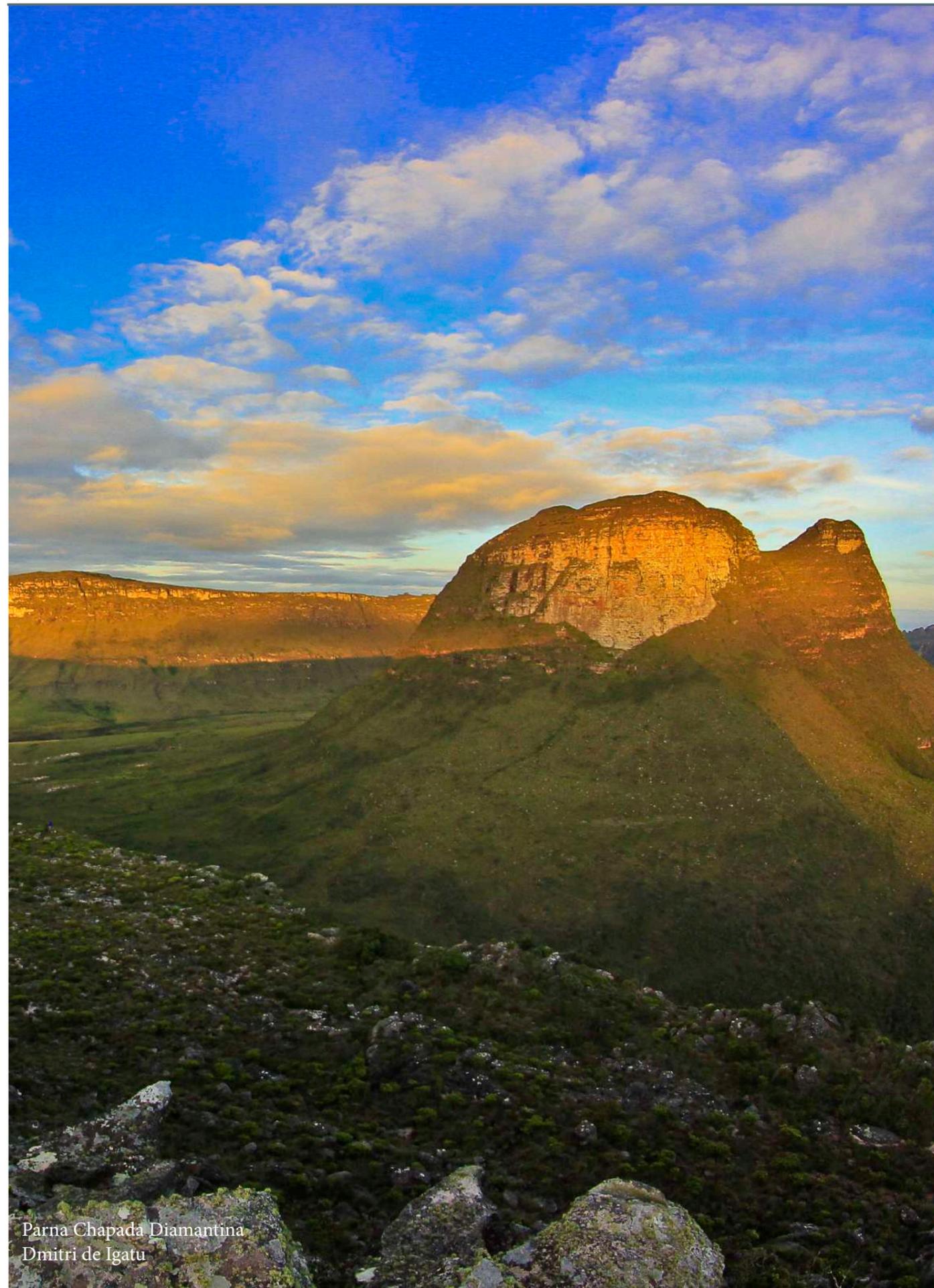
Por fim, as Gerências Regionais, que contavam majoritariamente com a ajuda de Coordenações de Apoio Administrativo, localizadas nas sedes da GRs, passaram a contar com a atuação de Coordenações Regionais situadas em suas respectivas jurisdições, além de setores e serviços que atuam sobre temáticas flexíveis.



Sede Brasília
Gabriel Schulz



Sede Brasília

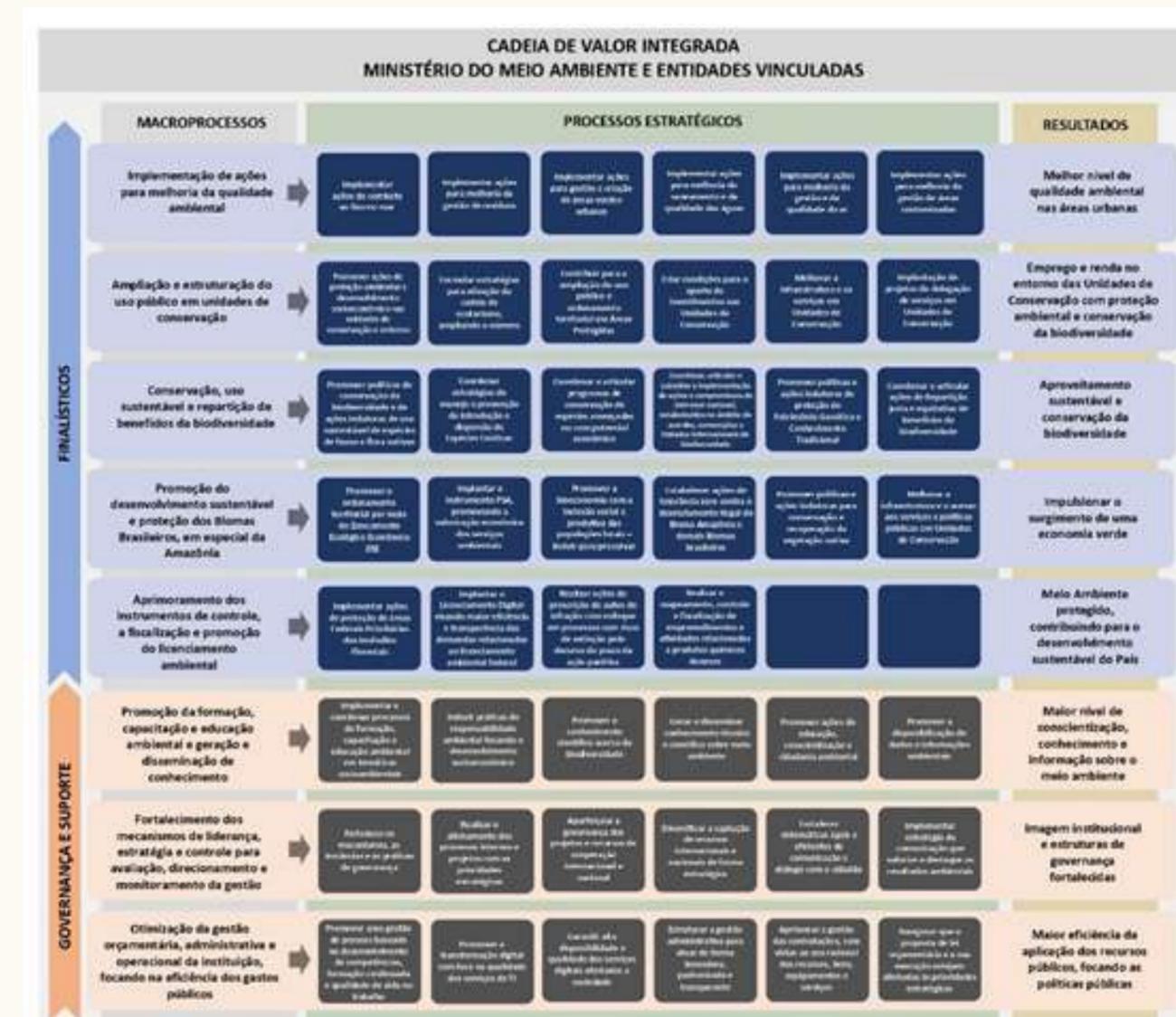


Parna Chapada Diamantina
Dmitri de Iगतu

1.3. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor consiste em um instrumento de gestão que representa os produtos e resultados gerados, preservados ou entregues por uma organização. Representa, ainda, respostas efetivas e úteis às demandas de interesse público. Além disso, a forma como a cadeia de valor está estruturada proporciona uma comunicação direta com o público externo sobre o que faz a instituição, e é possível ambientar os recém-chegados à organização, ao apresentar uma visão sistêmica da operação e dos processos/produtos por ela entregues.

A Cadeia de Valor do ICMBio está alinhada ao Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas, com horizonte temporal de 2020 a 2023. É composta por 5 cadeias temáticas finalísticas e 3 cadeias de gestão e suporte. As 5 cadeias temáticas são: implementação de ações para melhoria da qualidade ambiental; ampliação e estruturação do uso público em UC; conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; promoção do desenvolvimento sustentável e proteção dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia; e aprimoramento dos instrumentos de controle, fiscalização e promoção do licenciamento ambiental.



1.4. AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

- Parcerias com o BNDES, Programas ARPA, GEF e PNUD para reforço das agendas de proteção, monitoramento e pesquisa, estruturação de cadeias produtivas, planos de manejo e uso público
- Contratação de novos servidores por meio de concurso público

Ameaças

- Insuficiência orçamentária (falta de recursos orçamentários)

1.5. TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Instituto Chico Mendes reconhece a importância de comunicar o resultado do seu trabalho e de levar informações sobre as suas ações de forma clara e acessível para o cidadão. Assim, em 2022 foi criada a Divisão de Informações ao Cidadão, setor subordinado à Auditoria Interna, que passa a trabalhar as questões de ouvidoria no Instituto. Ainda nesse contexto, o ICMBio, mantendo seu compromisso com os preceitos trazidos pela [Lei de Acesso à informação – LAI](#), seguiu disseminando informações relevantes por seus canais de comunicação e acolhendo denúncias e manifestações da sociedade.

Resultados dos Serviços da Ouvidoria

UNIDADE DE OUVIDORIA

A Ouvidoria é uma unidade de comunicação (interface) entre o cidadão e a administração pública. Ela tem o objetivo de auxiliar o diálogo entre as partes e assegurar aos usuários, internos e externos, a adequada prestação de serviços e a transparência de dados e informações públicas, em conformidade com o disposto na [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#), que instituiu o Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público – CDU, regulamentado pelo [Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](#), de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania produzam contínua melhoria nos serviços prestados pelo ICMBio. No âmbito do Poder Executivo federal, as ouvidorias fazem parte do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal – SisOuv, instituído pelo CDU e regulamentado pela [Portaria CGU nº 581, de 9 de março de 2021](#).

A primordial atribuição da Ouvidoria é promover a participação e o controle social, bem como efetuar o tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços prestados pelo Instituto. Qualquer pessoa pode realizar pedidos de acesso à informação, denúncias, elogios, reclamações, pedidos de simplificação, solicitações e sugestões diversas aos serviços e processos de competência da autarquia. As manifestações podem ser feitas eletronicamente, pela [Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União – FalaBR](#), e presencialmente, na sede do ICMBio, situada no Complexo Administrativo EQSW 103/104 s/n – Cruzeiro / Sudoeste / Octogonal, em Brasília/DF.

Indicador Estratégico

Indicador Estratégico: Evolução da participação social.			
Meta 2021		Meta 2022	
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1126	1215	1307	1022



Figura 3 - Manifestações em 2022 (Fonte: Painel CDU)



O resultado de 2022 do indicador (1.022) demonstra um decréscimo de 15,88% (193) da participação social em relação ao período anterior (1.215), não alcançando a meta de 1.307 estipulada para o referido exercício. Das 1.022 manifestações registradas, 842 foram respondidas, 40 ainda estão sendo tratadas e 140 foram arquivadas. Dentre as tipologias de manifestação, 70% dos registros foram classificados como solicitação, reclamação e denúncia. No entanto, mesmo sem o alcance da meta, os resultados da Ouvidoria não foram comprometidos, conforme apontado no desempenho de 96% das manifestações respondidas no prazo (figura 3) e na nota de 2.92 do usuário (figura 4) quanto à satisfação no atendimento.

É oportuno destacar, ainda, que o resultado de 2021 pode ser reflexo do comportamento dos usuários durante a pandemia da covid-19 – que, de forma massiva, ampliaram o uso de meios eletrônicos e, dentre eles, a plataforma Fala.BR. Assim, com o término da pandemia em 2022, pode ter havido um ajuste de comportamento que justificou o retorno do número de manifestações anuais para a média de 1.000 registros.

Ações de Fortalecimento

No primeiro semestre de 2022, o a Ouvidoria do Instituto passou a realizar intensos trabalhos na otimização de tarefas e na padronização de fluxos, culminando na elaboração do [Manual de Ouvidoria do ICMBio](#). Já no segundo semestre, a instituição buscou fortalecer ainda mais a atividade de ouvidoria criando a Divisão de Informações ao Cidadão – DIC, por meio do [Decreto nº 11.193, de 8 de setembro de 2022](#), que aprovou a nova estrutura regimental do ICMBio. Adicionalmente, foi elaborado o Plano Anual de Ouvidoria – PLANOUV para priorizar os projetos e ações que serão desenvolvidos no ano de 2023. Outro ponto que merece ser destacado é a atualização do Programa de Integridade do ICMBio, aprovado pela [Portaria ICMBio nº 1.257, de 27 de dezembro de 2022](#), que alçou a Ouvidoria como a instância de integridade responsável pelo tratamento de denúncias e pela promoção da transparência ativa e do acesso à informação. Todo esse esforço da autarquia objetivou ampliar a margem de sucesso na mitigação dos problemas e a implementação de soluções no âmbito das atividades de ouvidoria para os próximos exercícios, instrumentalizando, assim, o anseio da entidade na formatação de melhorias para a área e o alcance do objetivo estratégico 17.

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida popularmente como Lei de Acesso à Informação – LAI, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, e é aplicável aos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A partir dela, coube aos órgãos e às entidades do poder público assegurar a gestão transparente por meio da disponibilização de acesso imediato a quaisquer informações produzidas pelos órgãos e entidades da administração pública, desde que elas não estejam enquadradas nas exceções previstas na LAI, tornando obrigatória a divulgação de dados de interesse da população em seus sites oficiais.

No Instituto, a Divisão de Informações ao Cidadão é a unidade responsável por atender e orientar o cidadão quanto ao acesso às informações, conceder o acesso à informação disponível e informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades. Análogo às manifestações dos usuários da Ouvidoria, a plataforma Fala.BR também é a ferramenta que permite ao cidadão fazer pedidos de acesso a informações públicas, de forma desburocratizada, assegurando ao solicitante o atendimento dos procedimentos estabelecidos na LAI e, ao órgão, a certeza do cumprimento de seu dever.



Ações de Fortalecimento

Nesse contexto, o Instituto tem buscado estreitar os laços com a sociedade, mantendo o compromisso de responder ao cidadão no prazo da LAI, conforme [Decreto nº 7.724/2012](#). Assim, fazendo uso da [Metodologia de Gestão de Riscos do ICMBio](#), foi realizada, no segundo semestre de 2022, a identificação, análise, avaliação e priorização dos riscos do processo organizacional de tratamento dos pedidos de acesso à informação. O produto desse trabalho foi a definição de medidas de tratamento para mitigação dos riscos identificados, que serão executadas no ano de 2023. Adicionalmente, foi desenvolvido um procedimento operacional padrão com o objetivo de reduzir o tempo médio de resposta aos pedidos de acesso à informação.

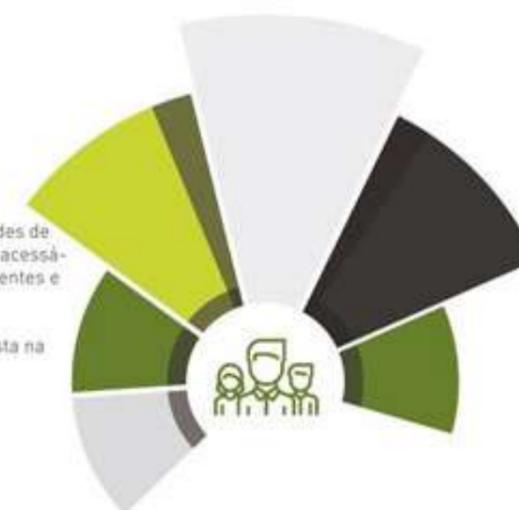
Carta de Serviços

Com o aprimoramento da comunicação com o cidadão, a nova versão digital da Carta de Serviços ao Cidadão concentra as principais informações, serviços disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes.

ICMBio Carta de Serviços

Conheça os serviços prestados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e as formas de acessá-los, bem como etapas, prioridades de atendimento existentes e a previsão legal de cada serviço.

A Carta de Serviços é um direito do cidadão e está prevista na Lei nº 13.460/2017.



Categorias dos Serviços

Informações sobre a Carta de Serviços

[Acesse a Carta de Serviços do ICMBio](#)

Para facilitar o acesso ao seu conteúdo, a publicação agora está formatada em versão web, que substituiu a versão anterior, em PDF.

A nova organização da página busca simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos pelo Instituto. O formato também será útil ao público externo, que terá ainda mais informações sobre os serviços, os canais e os requisitos de atendimento.

Trata-se, portanto, de uma ação do Instituto que visa ao aprimoramento da transparência institucional.

O ICMBio, atendendo à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, promove a publicação de dados contidos em suas bases de dados com a finalidade de aprimorar a cultura de transparência pública.

Dessa forma, o acesso aos dados produzidos pelo Instituto, de maneira aberta, é franqueado aos cidadãos, pesquisadores, organizações da sociedade civil, entidades públicas e privadas. Ao disponibilizar esses dados em seu formato aberto (formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização), permite-se que os interessados criem seus próprios indicadores a partir deles.

Em 2022, foram mantidas 15 bases de dados abertas publicadas no Portal de [Dados Abertos](#).



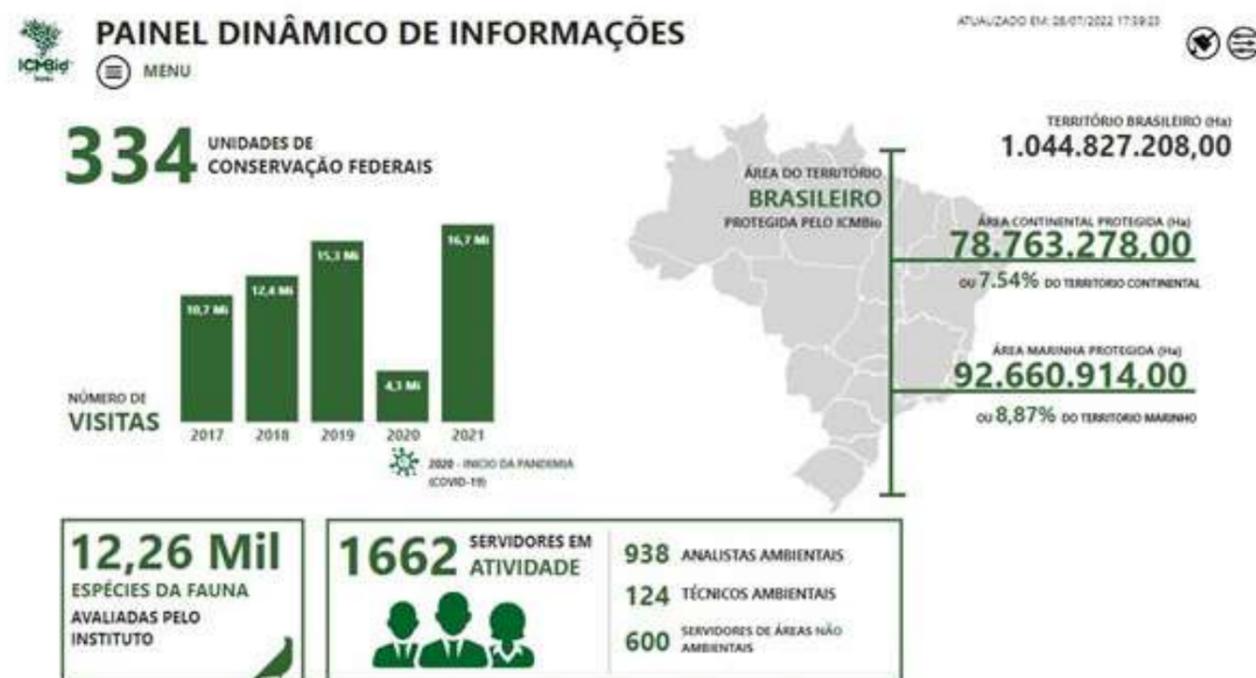
CAPÍTULO 1- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CAPÍTULO 1- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Business Intelligence

No que se refere à inovação, o Chico Mendes é um dos pioneiros na apresentação de informações por meio de painéis de Business Intelligence – BI. Atualmente, ao total, são 29 painéis à disposição da sociedade (sem contar com os BIs com informações de uso interno), que proporcionam fácil compreensão sobre os seus processos e resultados, por meio da disponibilização ativa e tempestiva de dados.

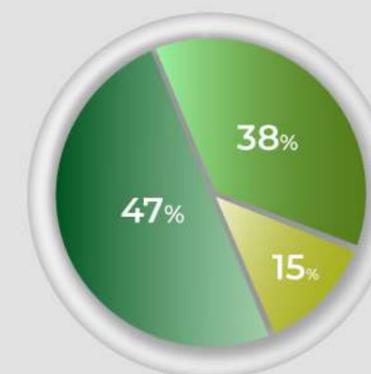
Nesse contexto, buscando facilitar ainda mais o acesso a essas informações, o Instituto passou a agrupar em um só local todos os painéis de Business Intelligence produzidos pelas suas unidades organizacionais. O intuito é dar rapidez no acesso às informações e análises mais qualificadas para as tomadas de decisão. Os painéis podem ser acessados no link “Centrais de Conteúdo”.



MÍDIAS SOCIAIS

ICMBIO

	YOUTUBE	LINKEDIN	INSTAGRAM	FACEBOOK
NÚMERO DE SEGUIDORES/INSCRITOS	18.7 mil	13.059	302 mil	339.997
NÚMERO DE POSTS	19	49	135	125



MATÉRIAS DISTRIBUÍDAS POR MEIO DE COMUNICAÇÃO



Figura 1 – Matérias distribuídas por meio de comunicação.

2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



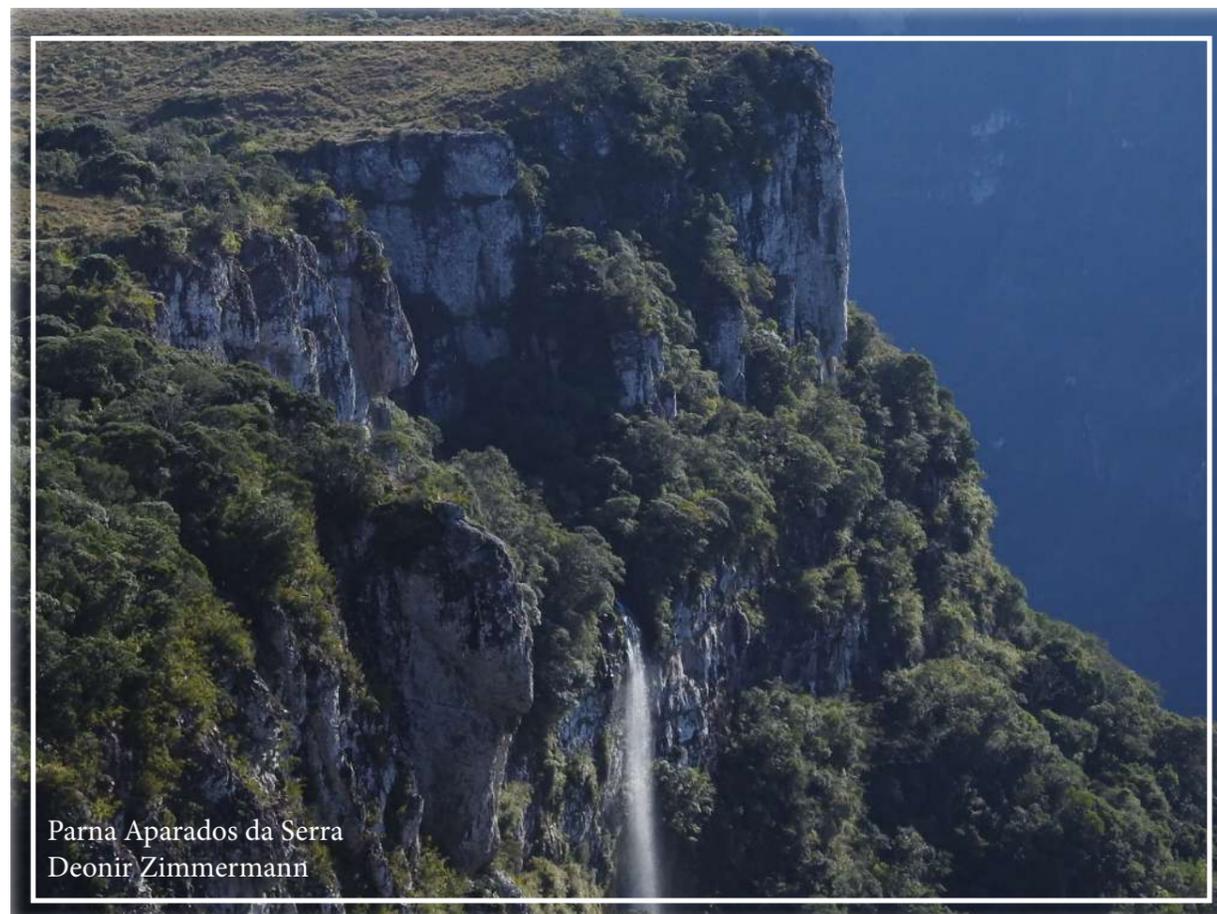
Parna Jericoacoara
Wigold Schaffer

2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

O Instituto possui uma metodologia própria para a implementação da gestão de riscos, aprovada pela Portaria ICMBio nº 975, de 10 de dezembro de 2021, que define e detalha as fases, os procedimentos e os instrumentos relativos ao processo de gestão de riscos no âmbito do ICMBio, conforme previsto na atual Política de Gestão de Riscos e Integridade, em vigor desde 2020.

Ela foi elaborada a partir da realização de benchmarking (comparações entre as políticas já existentes) para estudar as lições aprendidas (positivas e negativas) de órgãos e entidades da administração pública federal, como o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT10, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, dentre outros. É importante frisar a integração que a Metodologia de Gestão de Riscos do ICMBio promove entre a Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio e a Política de Gestão Estratégica do ICMBio, instituída em 2020, conforme listado abaixo:

- como critério de seleção dos processos organizacionais para gestão de riscos, inicialmente serão priorizados os que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos;
- necessidade de mapeamento do processo como condição prévia às etapas de gerenciamento de riscos para trabalhar a gestão de riscos incorporada à gestão por processos; e
- avaliação das medidas de tratamento relacionadas ao Plano de Gestão de Riscos do ICMBio e ao Plano de Integridade do ICMBio serão realizadas pela alta administração, no âmbito da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE.



Parna Aparados da Serra
Deonir Zimmermann

2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE – PROGRAMA INTEGRÁ+

O Programa de Integridade do Instituto Chico Mendes (Integra+) foi instituído pela [Portaria ICMBio nº 923, de 8 de setembro de 2020](#), em conformidade com as diretrizes do [Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017](#) e da [Portaria CGU nº 57, de 4 janeiro de 2019](#).



Como instrumento de governança, e alinhado ao Planejamento Estratégico Integrado do MMA e vinculadas, o Integra+ foi criado com o objetivo de promover medidas institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, abuso de poder, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido de informação sigilosa e práticas antiéticas, bem como fomentar a disseminação da cultura de integridade na autarquia.

Em 2022, com a publicação da [Portaria ICMBio nº 1.257, de 27 de dezembro de 2022](#), o Integra+ passou pela primeira revisão buscando integrar o Programa às demais políticas, aos programas e instrumentos para aprimoramento do ecossistema institucional de gestão da integridade. Dessa forma, inova, dentre outras, com:

- o alinhamento com a Política de Governança do ICMBio e com o Sistema de Instâncias de Governança Institucional;
- a inserção do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais e da Coordenação de Comunicação Social no rol de Instâncias de Integridade;
- a designação da Divisão de Planejamento Estratégico – DPE, setor ligado à Coordenação de Governança e Gestão Estratégica – CGOV do Gabinete da Presidência do ICMBio, como Unidade de Gestão da Integridade – UGI;
- a implementação de competências aos Agentes de Integridade, que passam a ser também o elo das ações da sede do Instituto com as unidades descentralizadas, ampliando o alcance territorial do programa, além de padronizar o modelo de designação a ser seguido para a indicação dos agentes;
- a criação de métricas para o monitoramento e a avaliação do programa de integridade, introduzindo dois indicadores a serem monitorados;
- A definição do mês de setembro como mês para destacar a temática de integridade no ICMBio; e
- a oficialização da plataforma Fala.BR como canal para denúncias e manifestações relacionadas à integridade.

O ICMBio também participou da Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública, realizada pela CGU, cuja intenção foi medir o grau de percepção dos servidores em relação ao programa de integridade do seu órgão. Assim, dos participantes, 71,6% responderam possuir conhecimento de que o Instituto tem um Programa de Integridade.

Plano de Integridade

Em 2022, o Instituto ampliou esforços e concluiu a revisão de seu Plano de Integridade, por meio da [Portaria ICMBio nº 1.010, de 05 de outubro de 2022](#), onde se incorporam novas ações de capacitação dos servidores, monitoramento de riscos quanto à integridade e implementação de fluxos/iniciativas para fortalecimento da pauta de integridade no Instituto Chico Mendes.

[Saiba mais sobre o Plano de Integridade do ICMBio, biênio 2022-2023.](#)

Com a publicação do Plano de Integridade 2022-2023, o Instituto passou a monitorar um novo rol de riscos de integridade. Ao total, 15 novos riscos começaram a ter suas medidas de tratamento monitoradas em 2023.



Apa Arquipélago de Trindade
Flávio Forner



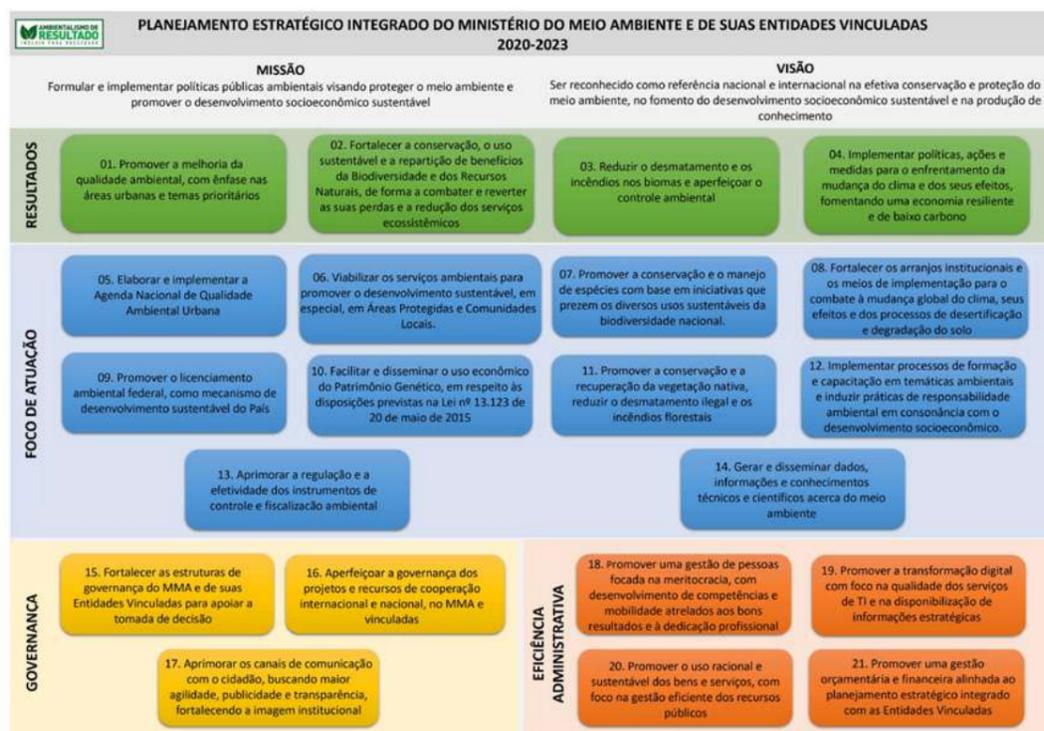
3

ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

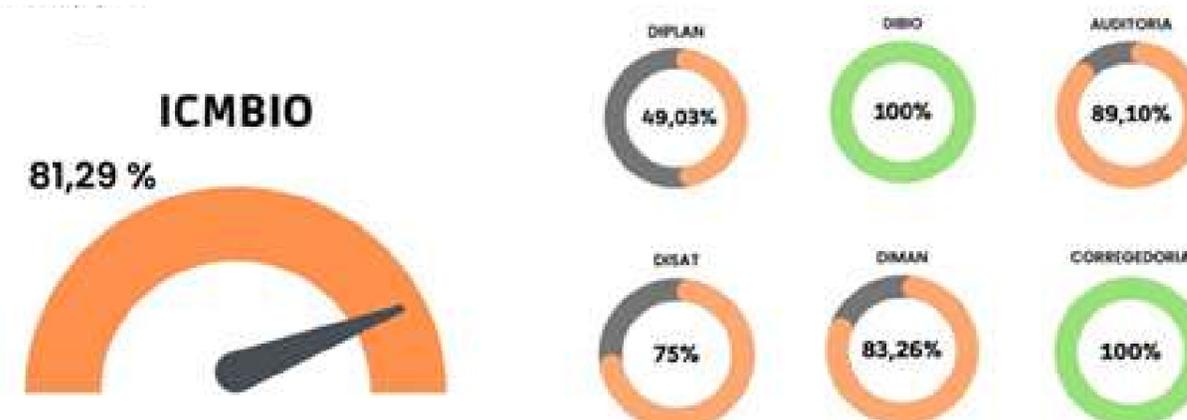
3.1 ESTRATÉGIA

O Instituto Chico Mendes faz parte do [Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023](#) e segue como diretriz interna a Política de Gestão Estratégica – PGE/ICMBio. Nesse contexto, apresenta resultados em 14 dos 21 objetivos estratégicos, demonstrados no Mapa Estratégico Integrado abaixo.

Mapa Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023

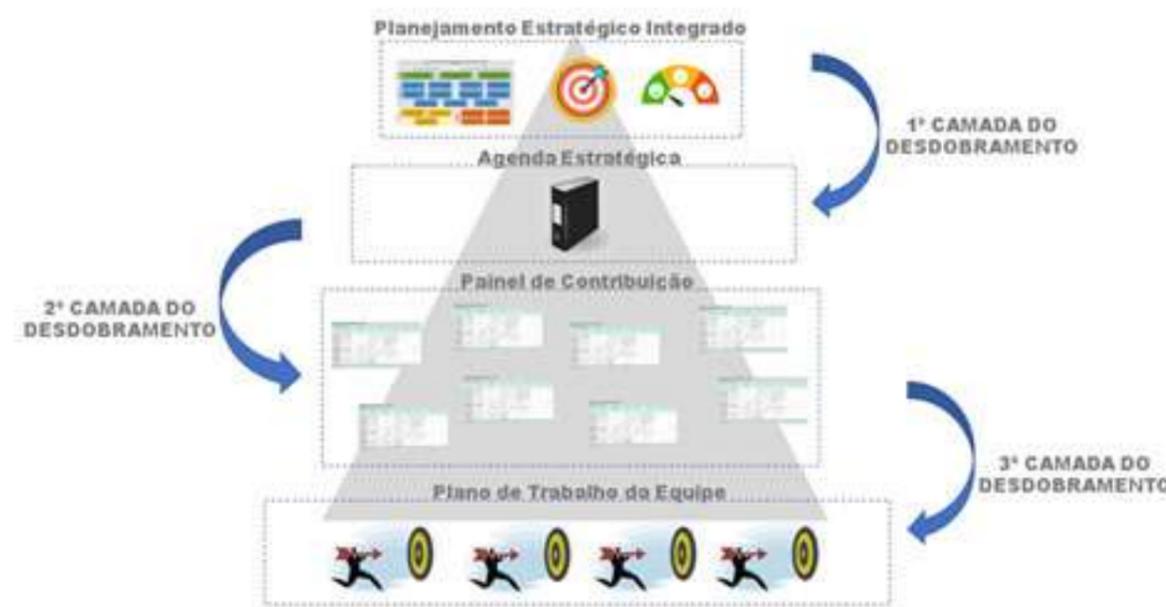


Em relação aos indicadores estratégicos, ao final de 2022 o Instituto alcançou uma execução geral de 81,29% das metas propostas, conforme figura abaixo. E os resultados da execução da estratégia serão detalhados ao longo deste Relatório de Gestão, descrevendo os resultados das principais áreas e desempenho da gestão, respectivamente.



Por fim, ressalta-se que a estratégia do ICMBio é avaliada a cada 3 meses pela RAE e, a partir de 2023, contará com a participação do Comitê Interno de Governança – CIGov. Para o próximo ciclo, é previsto que o desdobramento da estratégia alcance a 3ª camada, tendo em vista a utilização dos Painéis de Contribuição na elaboração dos Planos de Trabalho da Equipe.

DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA



Em 2022, as metas e os indicadores originalmente estabelecidos e o Portfólio de Iniciativas/Projetos estratégicos passaram por revisões e foram aprovados pelo Comitê Gestor durante a realização das 2ª e 3ª Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE.

Agenda Estratégica

O Instituto Chico Mendes publicou, em 2022, a segunda versão da Agenda Estratégica, para o biênio de 2022-2023. O desdobramento da estratégia tem o papel de estabelecer as iniciativas estratégicas prioritárias e, assim, apresentar um rol de projetos ou planos de ação que viabilizem o alcance dos objetivos estratégicos.

Em relação à execução da estratégia, atualmente o ICMBio conta com 11 projetos ativos em seu portfólio, sendo que 9 já concluíram a fase de aprovação do Plano de Gerenciamento do Projeto – PGP e seguem para a finalização dos cronogramas de execução.

Saiba mais sobre as iniciativas estratégicas da Agenda Estratégica do ICMBio e sobre o Manual de Gerenciamento das Iniciativas Estratégicas

Painel de Contribuição

OBJETIVO ESTRATÉGICO 15: Fortalecer as estruturas de governança do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, para apoiar a tomada de decisão.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Número de unidades organizacionais do ICMBio com painel de contribuição estratégico elaborados (acumulado).	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
6	6

Por sua vez, o Painel de Contribuição é uma ferramenta de gestão composta pelos objetivos, indicadores, metas e iniciativas que as unidades precisam desenvolver para o alcance dos objetivos estratégicos priorizados. É a forma de visualizar como cada unidade contribui para o alcance da estratégia, em níveis tático e operacional.

Em 2022, além das unidades do Gabinete do Instituto, que já possuíam seus painéis desde 2021, as 4 Diretorias e 2 Gerências Regionais tiveram seus painéis implantados. Cumpre ainda destacar que a metodologia de implementação dos Painéis foi revista e atualizada em 2022 – Manual do Painel de Contribuição e Guia para construção dos Painéis de Contribuição.

Mais informações relacionadas ao Planejamento Estratégico do Instituto podem ser obtidas no:

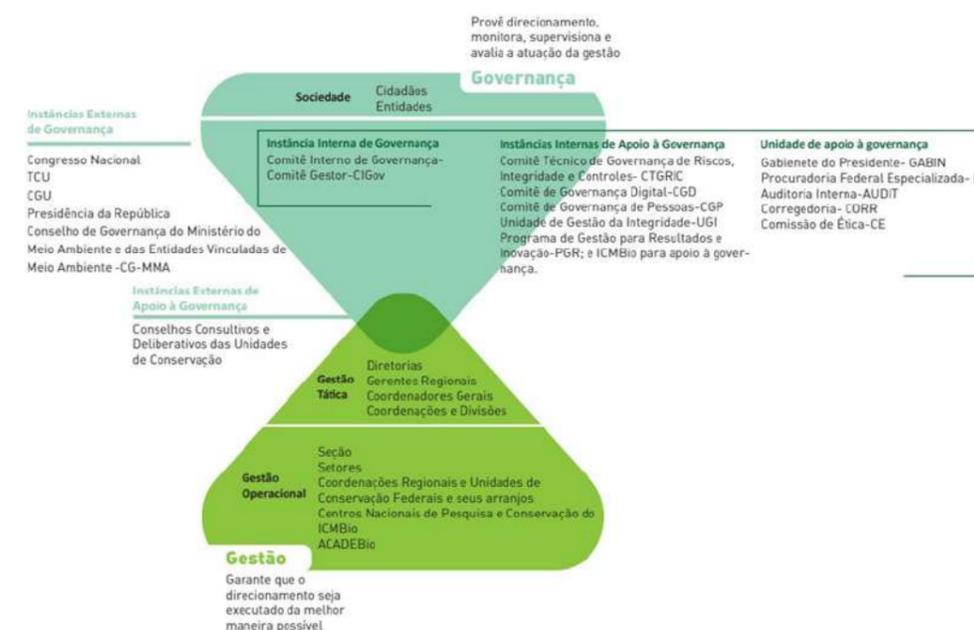
Portal do ICMBio na Internet, na seção Governança e Gestão Estratégica, no banner do Planejamento Estratégico.

3.2. GOVERNANÇA

Ao longo dos últimos anos, o tema da governança vem pautado no ICMBio com status de objetivo estratégico: **“Fortalecer as estruturas de governança do MMA e de suas Entidades Vinculadas para apoiar a tomada de decisão”**, para a qual se aprimoraram mecanismos de liderança, estratégia e controle em busca de melhoria da gestão e dos resultados organizacionais, a exemplo do fortalecimento da auditoria interna e da implementação de políticas internas de Gestão Estratégica, Riscos e Integridade.

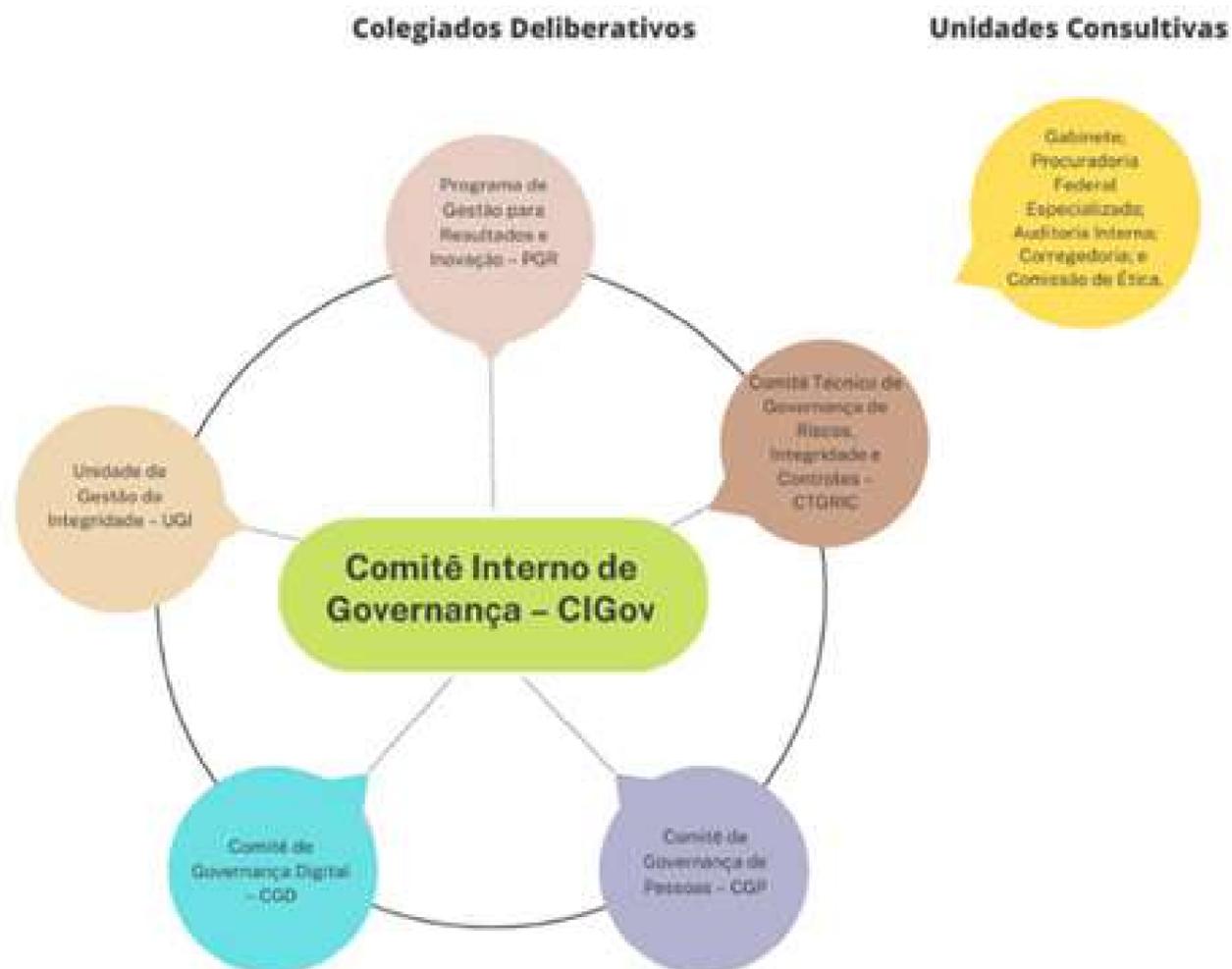
Em 2022, normatizado pela [Portaria ICMBio nº 1.258, de 27 de dezembro de 2022](#), o Instituto desenhou seu modelo de governança, denominado Sistema de Governança Institucional do ICMBio, estruturado em dois grandes eixos: governança e gestão.

Sistema de Governança Institucional do ICMBio



O novo Sistema de Governança tem por objetivo definir a estratégia e as políticas; monitorar a conformidade e o desempenho, visando atender ao interesse público; além de organizar e qualificar a tomada de decisões.

Estrutura Interna de Governança



Já a estrutura de gestão tem por objetivo implementar e operacionalizar os processos de trabalho e iniciativas, sendo integrada pela administração executiva e pelos níveis gerenciais tático e operacional.

Medidas de Governança

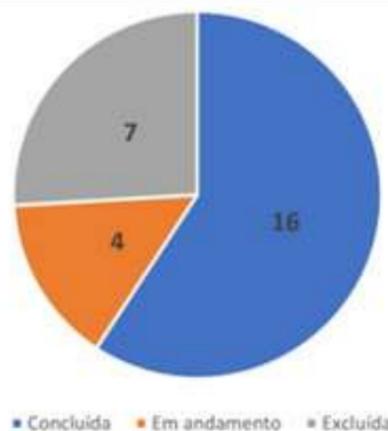


No ano de 2022, o monitoramento dos resultados das ações do Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional – PGT do ICMBio foi realizado periodicamente, e as informações coletadas foram reportadas à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia – SEGES/ME.



O ICMBio aderiu, no final de 2020, ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov e, ao longo de 2022, implementou e monitorou as ações propostas no plano de trabalho pactuado junto ao Ministério da Economia.. Ao todo, o Instituto trabalhou em 27 ações de transformação institucional que buscaram soluções para que a autarquia otimizasse a execução de políticas públicas e tornasse o gasto público mais eficiente.

Situação das ações do ICMBio vinculadas aos objetivos do TransformaGov, em 2022



Ações repactuadas para 2023:

- Elaborar o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade das Atividades-finalísticas a partir da cadeia de valor;
- Implementar a solução PagTesouro para pagamento de taxas por débito online;
- Elaborar plano de trabalho para migração dos serviços de concessão e manutenção de aposentadorias e pensões do ICMBio para o Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos – DECIPEX;
- Implementar o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS.

Consolidação Normativa

Em 2022, o ICMBio empreendeu esforços para revisar e orientar a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, de forma a contribuir para uma maior transparência e menor burocracia para a sociedade.

Desde a publicação do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, até a conclusão do processo de revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no dia 1º de agosto de 2022, 656 atos foram triados e 620 examinados, conforme imagem abaixo:



[Acesse o Painel de Revisão de atos normativos inferiores a decreto](#)

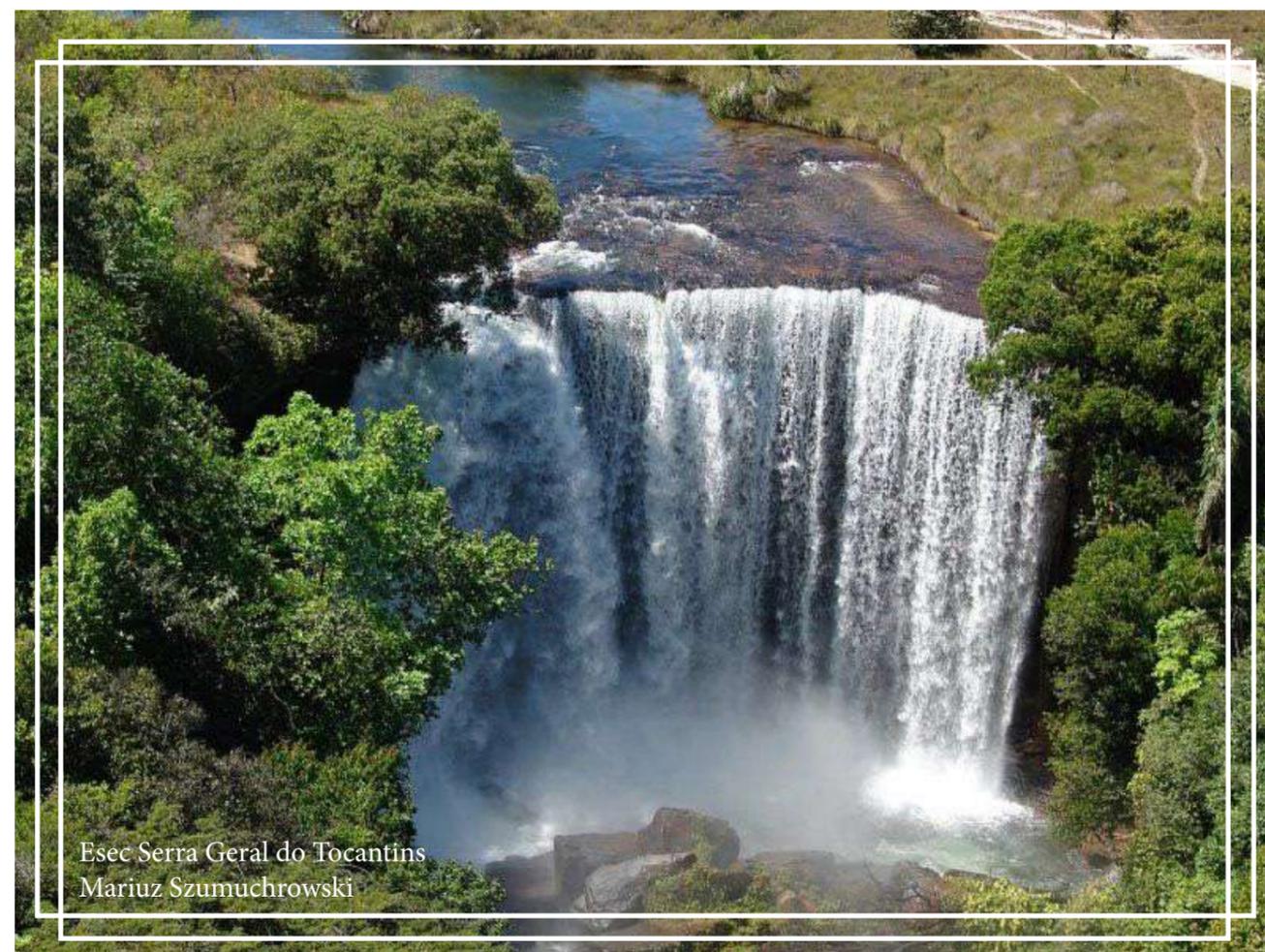
Análise de Impacto Regulatório

A **Análise de Impacto Regulatório – AIR** é um processo sistemático de gestão regulatória, baseado em evidências, que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das opções regulatórias disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos. Assim, a AIR visa aprimorar a gestão regulatória, contribuindo para a transparência do processo e para o diálogo entre governo, setor regulado e sociedade em geral, e tem como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão.

Nesse contexto, em 2022 o ICMBio validou, junto ao Comitê Gestor, o manual Modelo de Governança para Análise de Impacto Regulatório – AIR e Avaliação de Resultado Regulatório – ARR. No documento constam os principais agentes reguladores, os caminhos a serem percorridos para a autorização, elaboração e aprovação da AIR e Avaliação de Resultados Regulatórios – ARR, além de fluxogramas.

O ICMBio continuará, no ano de 2023, empreendendo esforços para implementar o processo de gestão regulatória em suas unidades organizacionais.

Acesse o [Modelo de Governança para Análise de Impacto Regulatório – AIR e Avaliação de Resultado Regulatório – ARR do ICMBio](#)



3.3. COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – CE/ICMBio tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos seus agentes públicos em relação ao tratamento com o público interno e externo e com o patrimônio público. Cabe também à Comissão apurar denúncias (apresentadas a ela ou de ofício) sobre supostos desvios éticos dos agentes públicos vinculados ao Instituto.

A Comissão de Ética é formada por três membros titulares e seus respectivos suplentes, cuja atuação é considerada prestação de relevante serviço público e não enseja qualquer remuneração, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

O ano de 2022 foi concluído com todas as cadeiras ocupadas, organizado de forma não coincidente o prazo final dos mandatos dos Membros, para terminarem escalonados em um ano de diferença, no dia 4 de junho, data de aniversário da Comissão de Ética do ICMBio, criada por Portaria no ano de 2009.

O ano de 2022 foi marcado pela atuação educativa da Comissão com os servidores da casa. Em parceria com a Coordenação de Comunicação, foram realizadas campanhas educativas com relação ao comportamento dos servidores durante o [processo eleitoral](#); sobre o uso de [veículos oficiais](#); e sobre a prevenção de [conflito de interesses](#). Em parceria com a Corregedoria do Instituto, foram realizadas duas palestras sobre os temas assédio sexual e assédio moral. Além disso, deu continuidade à publicação mensal dos textos “Minuto da Ética” na rede interna do ICMBio, produzidos pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Informa-se ainda sobre a criação da página da [Comissão no site do ICMBio](#), com destaque para o espaço onde são homenageados os [Presidentes da Comissão de Ética](#) que foram nomeados desde sua criação.

A CE/ICMBio encerrou o ano 2022 com os seguintes números:

- 25 novas denúncias recebidas;
- 19 denúncias em processo de apuração;
- 14 denúncias arquivadas;
- 2 Acordos de Conduta Pessoal e Profissional – ACPP celebrados entre a CE/ICMBio e o agente público faltoso;
- 2 censuras éticas aplicadas;
- 2 recomendações feitas a outras instâncias do ICMBio.

3.4. ATUAÇÃO CORREICIONAL

A Corregedoria do ICMBio é um órgão seccional introduzido na estrutura regimental do ICMBio pelo [Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020](#), e apresenta-se como uma das instâncias internas de integridade, atuando na atividade correcional, que é voltada à prevenção e adoção de medidas para apuração de irregularidades, fraudes e corrupção praticadas por servidores e pessoas jurídicas.

No início de 2022, foi publicada a [Portaria ICMBio nº 14, de 2022](#), que instituiu o novo regulamento da atividade correcional no âmbito do Instituto Chico Mendes. Essa norma trouxe importantes novidades em relação à [Portaria ICMBio nº 31, de 2020](#), norma anteriormente vigente.

Entre as inovações, a Portaria ICMBio nº 14, de 2022, destinou um capítulo para a atuação da Corregedoria em matéria preventiva, incorporou as competências para a apuração de atos lesivos praticados por pessoas jurídicas na administração pública e para a celebração de termos de ajuste de conduta como forma de resolução consensual de processos disciplinares, compatibilizando o regulamento com a atual estrutura regimental do ICMBio, prevista no [Decreto nº 11.193, de 2022](#), e demais normas correcionais vigentes, aplicáveis ao Poder Executivo Federal. Além disso, delimitou a competência da Corregedoria para julgamento de processos disciplinares.

No contexto das estratégias preventivas, a Corregedoria realizou, no ano de 2022, alguns eventos transmitidos ao vivo para os servidores do ICMBio, objetivando a sensibilização e promoção de boas práticas e a disseminação de conhecimentos correcionais e éticos.

Em julho, ocorreu a primeira apresentação, sobre atuação preventiva da Corregedoria. Nos meses de setembro e dezembro de 2022, foram realizadas outras duas apresentações, uma sobre assédio sexual e outra sobre assédio moral.

Ainda no contexto da atuação preventiva, a Corregedoria promoveu, a partir de julho de 2022, uma série de visitas institucionais a unidades descentralizadas. As visitas objetivaram aprimorar a comunicação da Corregedoria com os servidores e gestores de unidades descentralizadas, possibilitando uma melhor compreensão, por parte da Corregedoria, sobre os trabalhos desenvolvidos e as principais dificuldades encontradas naqueles setores. Na oportunidade, foram disseminadas informações sobre a atuação da Corregedoria, abordando temas que envolvem a correição, com foco na prevenção de irregularidades.

As primeiras unidades de conservação a receberem as visitas foram as da GR-4. Na ocasião, visitaram-se os Parques Nacionais da Tijuca e da Serra dos Órgãos, a Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo e o NGI Paraty.

Em novembro, foi a vez das unidades da GR-3, quando foram visitados os Parques Nacionais de Brasília e da Chapada dos Veadeiros e as Áreas de Proteção Ambiental do Planalto Central e de Santo Antônio do Descoberto. Em dezembro, a unidade visitada foi a Floresta Nacional de Brasília.

Destaca-se, ademais, que, de forma a atender às demandas de qualificação dos servidores de seu quadro funcional, a Corregedoria vem promovendo e incentivando a capacitação da sua equipe. Nesse sentido, promoveu, em parceria com a Corregedoria da Funasa, o Curso de Oitivas, realizado em outubro, para os servidores da Corregedoria do ICMBio e de outras entidades da administração pública federal. Além disso, apoiou a participação do Diretor de Informações para Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União no evento de formação de novos servidores do ICMBio, para ministrar capacitação voltada à temática de Conflitos de Interesse e Nepotismo, ocorrida na primeira semana de novembro de 2022.

Em relação à atividade apuratória e de responsabilização, no ano de 2022 tramitaram na Corregedoria 179 processos relacionados a denúncias e representações e 105 processos de juízos de admissibilidade correcional. Quanto aos procedimentos de natureza investigativa e acusatória, a Corregedoria conduziu 20 processos de investigação preliminar sumária e supervisionou 13 processos administrativos disciplinares. Dentre os processos administrativos disciplinares, 2 foram concluídos de modo consensual, mediante a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC.

Atividade Apuratória e de Responsabilização



Gráfico 1 – Processos administrativos correcionais que tramitaram na Corregedoria em 2022.

3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 15:

Fortalecer estruturas de governança do Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas para apoiar a tomada de decisão.

Indicador Estratégico: Percentual de implementação das recomendações da Auditoria Interna do ICM-Bio.

Durante o exercício de 2022, a Auditoria Interna do ICMBio concluiu doze trabalhos, sendo sete consultorias e cinco avaliações, que cobriram atividades de todas as áreas finalísticas e também das áreas de suporte, tendo potencializado sua atuação por meio da utilização da metodologia ágil em auditoria, o que promoveu maior efetividade na produção de resultados e na implementação de recomendações pelas unidades auditadas.

A título de comparação, o índice de implementação das recomendações no final de 2021 foi de 0,47, apresentando, no final de 2022, um aumento de 68%, com índice de implementação de 0,79. A descrição das atividades encontra-se no Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAIN 2022 (link: [Auditoria Interna – Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)).

A Auditoria Interna também utiliza o sistema E-aud da Controladoria-Geral da União para monitorar as recomendações derivadas das avaliações feitas. Até 31/12/2022, 81 recomendações encontravam-se em monitoramento pela unidade de Auditoria Interna, das quais 8 estavam vencidas, sem atendimento.

Conclusões dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos

Em 2022, a CGU não concluiu auditorias no Instituto, não tendo emitido recomendações. No entanto, encontram-se pendentes de análise pela CGU 20 respostas às recomendações elaboradas pelo órgão de controle interno em anos anteriores e registradas no sistema E-aud, não restando pendências de monitoramento por parte da Auditoria Interna do ICMBio.

Dos acórdãos elaborados pelo TCU em 2022, os que foram endereçados ao ICMBio, com recomendações ou determinações, registrados no Sistema Conecta TCU foram 52 acórdãos, dentre eles 6 **apresentaram determinações e/ou recomendações, sendo que 2 permanecem sendo monitorados**, quais sejam:

- **Acórdão 2534/2022-PL (Desestatização – TC 010.212/2022-1)**, proferido no processo referente à fiscalização de desestatização, que tem por objeto a concessão de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do Parque, localizado no Ceará; e
- **Acórdão 2147/2022-PL (Desestatização – TC 012.956/2022-8)**, prolatado nos autos que cuidam de fiscalização do processo de desestatização relativo à concessão de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão do Parque, localizado no Mato Grosso.

Quanto aos acórdãos de anos anteriores que **apresentaram determinações e/ou recomendações, foram monitorados e permanecem sendo implementados** alguns itens ou subitens dos seguintes acórdãos:

- **Acórdão 1383/2021-PL (Auditoria Operacional – Processo nº TC 023.646/2018-7)**, prolatado no processo que diz respeito à auditoria operacional realizada nas 334 unidades de conservação federais existentes nos biomas terrestres e marinhos brasileiros, sob a gestão do poder público, que deu sequência à auditoria realizada, em 2013, nas unidades de conservação federais e estaduais do bioma Amazônia e daquela realizada entre 2014 e 2015, quando foram avaliadas as unidades de conservação federais dos demais biomas brasileiros.

A auditoria teve como objetivo analisar as ações governamentais responsáveis pela implementação das políticas de conservação da biodiversidade em nível federal, mais especificamente relacionadas à gestão das unidades de conservação, de forma a avaliar as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as UCs alcancem os objetivos para os quais elas foram criadas, identificando riscos e oportunidades de melhoria. Além disso, buscou-se analisar a contribuição da política brasileira de unidades de conservação para o alcance de algumas das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e das metas da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

O monitoramento das determinações e/ou recomendações do Acórdão 1383/2021-Plenário estão sendo conduzidas no âmbito do Processo 023.646/2018-7, a saber:

9.2.2. ao Ministério do Meio Ambiente (art. 6º, II, da Lei nº 9.985/2000), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (art. 2º, V, do Decreto nº 10.234/2020), à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (art. 102 do Decreto nº 9.745/2019) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Decreto nº 10.592/2020), que elaborem plano para acelerar o processo de regularização fundiária nas unidades de conservação federais a fim de tornar efetivo o disposto no art. 2º, V, do Anexo I do Decreto nº 10.234/2020;

9.2.3. ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (art. 4º, XII, da Lei nº 9.985/2000 e art. 1º, V, da Lei nº 11.516/2007) que aprimore e implemente mecanismos de monitoramento, acompanhamento e controle de visitas nas unidades de conservação federais consoante Instrução Normativa ICMBio nº 5/2018;

• **Acórdão 1206/2015-PL (Auditoria Operacional – Processo TC 006.762/2014-0)**, exarado nos autos que trataram da auditoria operacional realizada pelo TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente – SECEXAmbiental, entre 2014 e 2015, com o objetivo de avaliar as ações governamentais responsáveis pela implementação das políticas de conservação da biodiversidade em nível federal, mais especificamente relacionadas à gestão das áreas protegidas, de forma a avaliar se existiam as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as unidades de conservação alcançassem os objetivos para os quais foram criadas, identificando fragilidades e oportunidades de melhoria, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas unidades.

O monitoramento do atendimento dos subitens 9.1.1.1, 9.1.1.2, 9.1.2.1, 9.1.2.2, 9.2.1.1, 9.2.1.2 e 9.2.2.2 do Acórdão 1.206/2015-TCU – Plenário foi continuado no novo processo autuado (TC 043.397/2021-2), nos termos do Acórdão 2571/2021-Plenário (TC 020.018/2020-7), dado que o monitoramento inicial do acórdão concluiu que não haviam sido integralmente cumpridos.

Dentre os subitens supramencionados, foram endereçados ao ICMBio e continuam sendo monitorados os subitens 9.1.2.1, 9.1.2.2, e 9.2.2.2, a saber:

Determinação:

9.1.2.1. definir estratégia de consolidação territorial das unidades de conservação federais, com o estabelecimento de critérios de hierarquização e priorização do processo de regularização fundiária, que considere os aspectos técnicos, legais, econômicos, sociais e ambientais envolvidos nesse processo;

9.1.2.2. elaborar e entregar o relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais do País à apreciação do Congresso Nacional, de forma a atender o disposto no art. 51 da Lei nº 9.985/2000;

4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA
GESTÃO



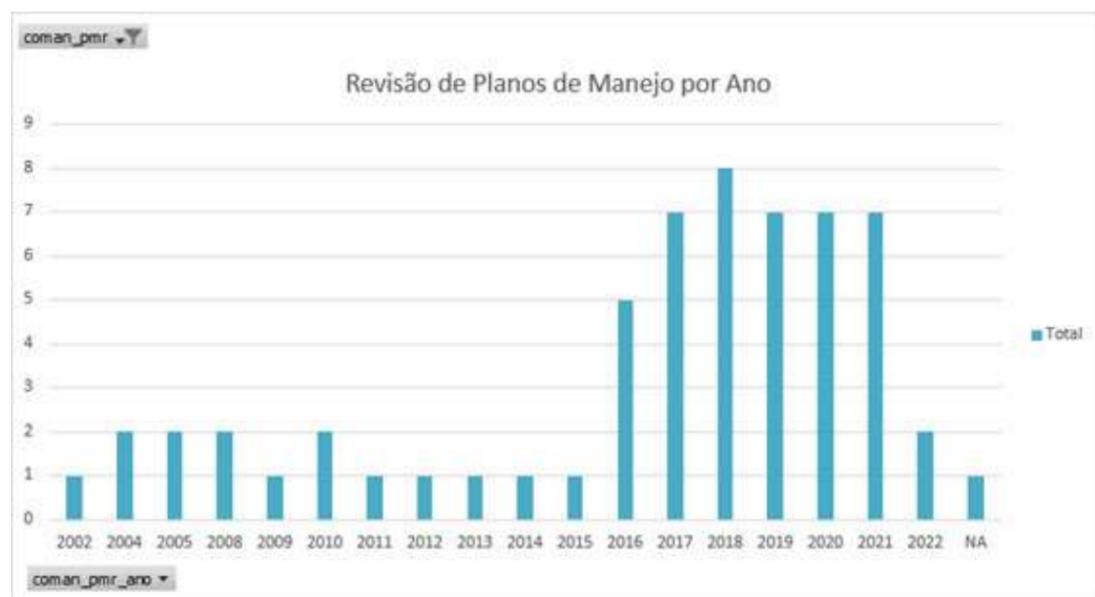
Harpia Gavião Real
Rubens Matsushit

4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade e dos recursos naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Número de planos de manejo publicados ou revisados em 2022.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
15	7



O SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, determina que todas as UCs devem dispor de um documento de gestão denominado de Plano de Manejo de Unidade de Conservação, que abranja não só a área da unidade de conservação, mas a sua zona de amortecimento – ZA e os possíveis corredores ecológicos.

Segundo essa lei, o Plano de Manejo de Unidade de Conservação é o documento técnico mais importante de uma unidade de conservação, no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive as infraestruturas físicas necessárias à gestão da UC. Os planos de manejo também devem incluir medidas que promovam a integração das UCs à vida econômica e social das comunidades residentes e vizinhas.

A meta prevista para o ano de 2022 não foi cumprida, resultado do impacto residual da pandemia da covid-19 (na medida em que impossibilitou algumas atividades presenciais), do corte orçamentário e da necessidade se elaborar planos de manejo para as zonas de amortecimento, que não contribuem diretamente para esse indicador. Isso resultou em 8 planos de manejo de unidades de conservação publicados ou revisados. Contudo, com cerca de 19 processos em fase final de tramitação.

A proposição de novas unidades de conservação é uma importante missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. No ano de 2022, foram criadas 13 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, com uma área total de 1.578,42 hectares.

Destaca-se também o trabalho na ampliação e na revisão dos limites de unidades de conservação, a exemplo da revisão dos limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que culminou com a publicação da Lei nº 14.516, de 29 de dezembro de 2022, que contribuirá com a gestão da UC. Outra ação importante foi a realização da consulta pública, em junho, para a ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, na região da Serra Vermelha/PI.

Outro destaque foi a realização de expedições para a região do Albardão/RS, para a criação de uma unidade de conservação e ampliação de uma área de interesse do Parque Nacional da Serra da Capivara/PI.

Indicador Estratégico: número de termos de compromisso elaborados em unidades de conservação federais para gestão de interfaces territoriais com populações tradicionais.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
2	2

O termo de compromisso é um instrumento previsto no SNUC, destinado a pactuar responsabilidades entre o ICMBio e as populações tradicionais cujos territórios coincidem com as unidades de conservação de proteção integral. A sua elaboração se dá com ampla negociação com as comunidades envolvidas, com participação de suas representações, a fim de identificar, em conjunto, quais atividades e usos podem continuar a ser realizados por elas dentro do perímetro da área protegida. Com isso, visa à garantia de direitos e reprodução do modo de vida sem que sejam comprometidos os objetivos de conservação das unidades de conservação, o que requer também a identificação de responsabilidades do órgão ambiental. Ao longo dos anos, o ICMBio tem firmado vários termos de compromisso com diferentes segmentos tradicionais.

Nesse contexto, nesse ano foram assinados 2 termos de compromisso, sendo um envolvendo a Reserva Biológica do Rio Trombetas e, o outro, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Vencida a fase de elaboração, negociação e assinatura desses instrumentos, inicia-se a sua implementação e o monitoramento das ações pactuadas, seguido da avaliação participativa de seus efeitos.

Conselhos Gestores

Os Conselhos Gestores constituem as instâncias em que os membros representantes de instituições públicas e da sociedade civil participam da elaboração das diretrizes e ações de gestão das unidades de conservação, bem como de seu acompanhamento. Previstos pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2001, esses colegiados são fundamentais para que a sociedade possa participar das decisões que afetam as áreas protegidas administradas pelo ICMBio, para ampliar os ganhos de conservação, os benefícios sociais e a percepção da importância dessas áreas em ambiente de diversidade de entendimentos.

Atualmente, mais de 85% das unidades de conservação federais possuem conselhos estabelecidos, e o ICMBio empreendeu esforços para o funcionamento e a manutenção dessas instâncias colegiadas de gestão das UCs durante o ano de 2021. Embora a vigência das restrições de contato e aglomeração devido à pandemia da covid-19 tenha continuado, a realização de reuniões virtuais permitiu, em muitos casos, dar seguimento aos trabalhos, gerando aprendizagens e experiências. Em outras situações, todavia, as barreiras na comunicação, especialmente no que se refere à qualidade do acesso à internet, impossibilitaram a realização de reuniões dos conselhos.

Na gestão participativa, o objetivo principal é fomentar as instâncias de intervenção da sociedade civil na tomada de decisão pública no que diz respeito à missão institucional do Instituto Chico Mendes.

Entre suas atividades, podemos destacar:

- normatização, formação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos Consultivos e Deliberativos de UC;
- apoio à gestão participativa de mosaicos e corredores e à implementação dos seus Conselhos;
- proposição de estratégias para a gestão participativa nos Centros de Pesquisa e Conservação e Coordenações Regionais do Instituto Chico Mendes;

- apoio à realização de consultas mais amplas à sociedade sobre temáticas ou regulamentações específicas;
- diretrizes para a gestão participativa nas atividades que perpassam processos de criação, categorização de UC, elaboração e implementação de planos de manejo;
- formulação e implementação de instrumentos de avaliação e monitoramento da gestão participativa.

Educação Ambiental

Em 2022, algumas situações dificultaram a promoção da educação ambiental pela sede do ICMBio, como as mudanças sucessivas de chefia ocorridas na Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM; o quadro diminuto de servidores, que foi se acentuando desde 2019; as restrições orçamentárias e a continuidade da pandemia, dificultando ações presenciais. No entanto, houve esforço no sentido de manutenção e apoio a algumas ações estratégicas, relativas ao planejamento e à execução de ações educativas no contexto da gestão ambiental pública, tais como:

- Plano Piloto Pedagógico de Educação Ambiental – PPPEA NGI Carajás: eixos situacional e conceitual elaborados. Alinhamento técnico e capacitação de gestores e parceiros do ICMBio em educação ambiental e PPPEA.

- Plano Piloto Pedagógico de Educação Ambiental – PPPEA PARNA Iguaçu: alinhamento técnico e capacitação de gestores e parceiros do ICMBio em educação ambiental e PPPEA.

- Plano Piloto Pedagógico de Educação Ambiental – PPPEA NGI Curitiba/APA Estadual de Guaratuba: alinhamento técnico e capacitação de gestores e parceiros do ICMBio em educação ambiental e PPPEA.

- Plano Piloto Pedagógico de Educação Ambiental – PPPEA CEPAM: PPPEA elaborado. Alinhamento técnico e capacitação de gestores e parceiros do ICMBio em educação ambiental e PPPEA.

- Plano Piloto Pedagógico de Educação Ambiental – PPPEA CEPTA: articulação entre gestores e parceiros do ICMBio para a elaboração do PPPEA. Início do nivelamento técnico sobre o PPPEA.

- Curso na modalidade a distância – EaD de Educação Ambiental com Comunidades Escolares, contendo:

- Plano de trabalho e desenvolvimento do curso;
- Plano de curso preliminar;
- Conteúdo do curso a distância.
- Cursos Territoriais de Gestão Socioambiental:

Planejamento de 2 Cursos de Gestão Socioambiental Territorial: Sul do Brasil e Sul da Bahia. Execução do curso de Gestão Socioambiental no Sul da Bahia.

- Planejamento e execução de ações dos Projetos Especiais. Promoção da Educação Ambiental em UCs e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT por meio do Projeto PNUD BRA 08-023 (R\$118.434,00), nas seguintes unidades descentralizadas:

- Parque Nacional do Pau Brasil
- Reserva Extrativista Canavieiras
- NGI Guaratuba
- Parque Nacional do Descobrimento
- Parque Nacional do Monte Pascoal
- CNPT/SC (2)
- Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais (2)

- Apoio à construção de conhecimentos sobre a implementação dos PPPEAs e outros processos de educação ambiental em contexto de pandemia.

- articulação de grupo de educadores para reflexão e definição de metodologias para elaboração e implementação de PPPEAs;
- elaboração de materiais sobre o tema para utilização nas atividades;
- elaboração de artigo sobre o PPPEA para publicação do NGI Carajás.

- Apoio ao alinhamento institucional com a área técnica das GRs sobre educação ambiental, com encontros técnicos realizados com gestores das GRs-1, 2, 3 e 4.

- Apoio ao Seminário Boas Práticas de Gestão Socioambiental da GR-2:

- apoio aos encontros virtuais de preparação do Seminário, participando como palestrantes no encontro sobre educação ambiental;
- inserção do Seminário da GR-2 no Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP 2023.

- Conjunto de ações de educação ambiental realizadas em 2022 (conforme Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGE): registro de 276 ações realizadas em 221 UCs, das quais 119 relacionadas a planos e programas de educação ambiental; 10 UCs registraram ações relacionadas ao PPPEA.

Indicador estratégico: Número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em unidades de conservação.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
30	55

A regularização fundiária das unidades de conservação constitui um dos processos mais estratégicos para a consolidação das áreas protegidas. Ela abrange uma série de processos que têm a finalidade de transferir os imóveis e as benfeitorias localizados no perímetro da área protegida para o patrimônio da unidade de conservação. Enquanto há propriedades privadas dentro da unidade de conservação, a gestão dessa área se torna incompleta. Por isso, a legislação estabelece os mecanismos de compra da terra e de indenização das benfeitorias aos legítimos proprietários. Todavia, trata-se de processos complexos que envolvem, por exemplo, o exame da cadeia dominial de cada um dos imóveis. Enquanto no ano anterior as restrições impostas pela pandemia dificultaram sobremaneira a realização da avaliação dos imóveis, em 2022 foi possível ampliar as idas a campo para examinar os imóveis rurais.

Objetivando a desocupação de áreas localizadas em terras públicas, foram instruídos processos administrativos que culminaram em 18 Decisões Presidenciais para desocupação sem direito à indenização, totalizando 64.432,06 hectares a serem desocupados.

Registra-se, ainda, a continuidade das outras ações de consolidação territorial. Com relação à desapropriação de imóveis rurais dentro das unidades de conservação, conforme o quadro abaixo, houve a aplicação de R\$ 20.790.772,76 (vinte milhões, setecentos e noventa mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos); beneficiando 4 unidades de conservação.

Áreas Desapropriadas e Valores de Indenização

Unidade da federação	Unidade de conservação	Valor (R\$)	Área (ha)	Regularização
Minas Gerais	Parque Nacional Serra da Canastra	554.982,23	84,02	Desapropriação administrativa
São Paulo	Parque Nacional da Serra da Boiçuna	214.129,12	3,61	Desapropriação administrativa
Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Parque Nacional da Serra Geral	15.130.654,67	1.760,73	Desapropriação administrativa
Goiás	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	4.891.006,74	1.837,98	Judicial com pedido de imissão na posse
Totais		20.790.772,76	3.686,34	

A compensação da reserva legal em unidades de conservação é uma das modalidades de regularização ambiental franqueadas pelo Código Florestal aos detentores de imóveis rurais que estejam em desconformidade com as determinações legais. Por meio dela, o proprietário de imóvel que não possui as condições para recompor a reserva legal dentro do perímetro desse imóvel pode adquirir áreas particulares localizadas no interior das unidades de conservação e transferi-las, em seguida, para o patrimônio público. Dessa forma, é um instrumento que contribui para a regularização fundiária das unidades de conservação, uma vez que as restrições orçamentárias impedem que o poder público desaproprie e pague as benfeitorias dos imóveis localizados dentro das áreas protegidas. Uma das atividades prévias para a realização dessa modalidade é a certificação dos imóveis rurais, o que exige o trabalho de análise dominial e georreferenciamento. Em 2022, foram certificados 69.891,02 hectares com fins de doação por compensação de reserva legal. Nesse sentido, houve um avanço mediante o mecanismo de doação de imóveis rurais ao ICMBio estabelecido na IN nº 5, de maio de 2016, com a regularização de 22.114,05 hectares.

Com relação à sinalização e demarcação das unidades de conservação, destacam-se no período:

- 16 verificações e refinamentos de limite;
- 10 sinalizações; e
- 8 demarcações.

Indicador estratégico: Número de instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais em unidades de conservação de uso sustentável viabilizados no ano.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
20	23

Instrução Normativa nº 3, de 1º de abril de 2022	Estabelece normas e procedimentos para o manejo comunitário de quelônios das espécies tartaruga-da-amazônia (<i>Podocnemis expansa</i>) e tracajá (<i>Podocnemis unifilis</i>), em Floresta Nacional – FLONA, Reserva Extrativista – RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS federais, nas áreas de ocorrência natural das espécies, e dá outras providências.
Instrução Normativa nº 5, de 14 de abril de 2022	Regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e os procedimentos administrativos e técnicos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.

Progressivamente, durante o ano de 2022 foi possível ampliar a viabilização dos diferentes instrumentos de ordenamento do uso dos recursos naturais em unidades de conservação de uso sustentável, superando-se a meta ajustada. Constituem esses instrumentos, por exemplo, os Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS, os Planos Operacionais Anuais – POAs e as Autorizações de Extração Florestal – AUTEX; Plano de Gestão Local – PGL, Autorização Anual de Abate de Crocodilianos e Autorização para o Plano de Manejo.

Meta 2022

Instrumento	Realizado
Planos de Manejo Florestal Sustentável – PMFS	3
Planos Operacionais Anuais – POA	12
Autorizações de Extração Florestal – AUTEX	12
Plano de Gestão Local – PGL	1
Autorização Anual de Abate de Crocodilianos/Autorização para o Plano de Manejo de Crocodilianos	1

Salienta-se, ainda, a implementação de estratégias de promoção do pirarucu manejado pelas comunidades tradicionais em áreas protegidas, buscando a ampliação de mercados consumidores com a valorização e o reconhecimento de sua importância socioeconômica e dos serviços ambientais. No exercício fiscal de 2021, 500 famílias foram beneficiadas, localizadas em 8 UCs, das categorias de RESEX e RDS. Nesse sentido, ainda que não se situe especificamente entre os indicadores de desempenho da DISAT, é fundamental considerar que o manejo do pirarucu superou a meta prevista para o período, conforme a seguir:

Meta 2022

Previsto	Realizado
316 toneladas	745 toneladas

Programa Mais Luz para Amazônia

O Programa Mais Luz para a Amazônia – PMLA foi criado com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica para a população brasileira localizada nas regiões remotas dos estados da Amazônia Legal, visando ao desenvolvimento social e econômico dessas comunidades. Assim, também possibilita o fomento de atividades voltadas para o aumento da renda familiar e pelo uso sustentável dos recursos naturais da região, primando pela integração de ações das várias esferas de governo e consequente promoção da cidadania e da dignidade daquela população.

Previsto	Em Andamento	Realizado
20	14	2

Perfil da Família Beneficiária

Instituído pela Instrução Normativa nº 35, de 27 de dezembro de 2013, é atualmente o instrumento do ICMBio que subsidia a definição das famílias que têm direito ao território e ao usufruto dos recursos naturais de unidades de conservação das categorias RESEX, RDS e FLONA. A falta de recursos e as restrições impostas pela pandemia afetaram o alcance dos resultados esperados.

Previsto	Realizado
8	1

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6:

Viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial em áreas protegidas e comunidades locais.

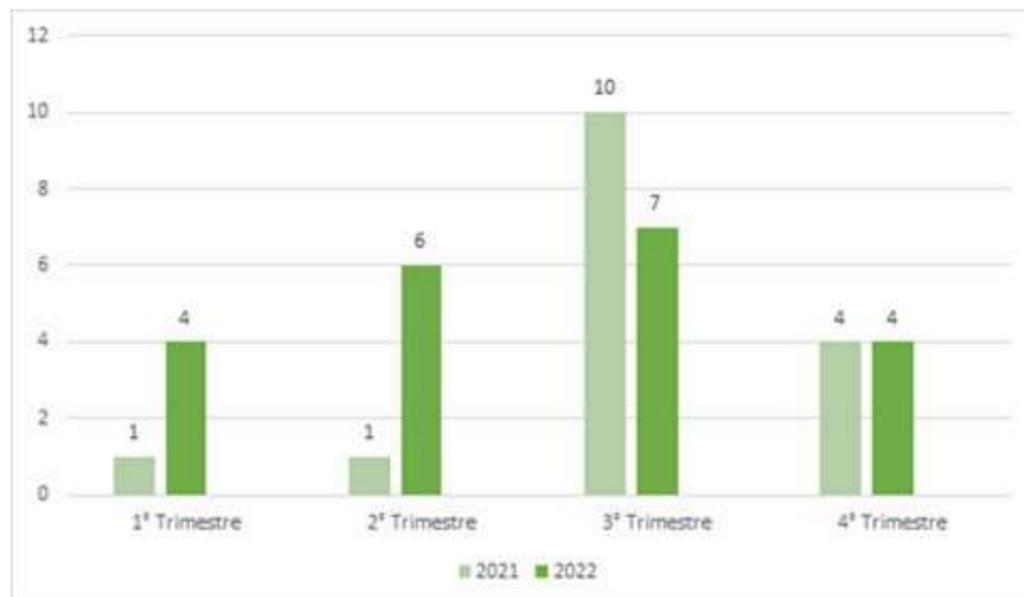
Além das ações diretamente relacionadas aos indicadores estratégicos e à iniciativa estratégica de uso público, como estratégia para qualificação da gestão relacionada aos serviços ambientais e ecossistêmicos, em setembro de 2022 o ICMBio criou a Divisão de Serviços Ambientais – DSAM, amparada pelo Decreto nº 11.193, de 8 de setembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2022, que aprova a nova estrutura regimental do ICMBio.

Dentre as suas atribuições, a referida Divisão possui a competência de planejar e executar as ações relacionadas à gestão do pagamento por serviços ambientais nas unidades de conservação federais, além de prover mecanismos para quantificação e valoração dos referidos serviços.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Número de editais de delegação de serviços de uso público publicados (acumulado).	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
18	21

Número de Editais de Delegação de Serviços de Uso Público Publicados (Acumulado)



O número de editais de delegação de serviços publicados, em 2022, bateu a meta prevista e fechou o ano com 21 editais que autorizaram novos prestadores de serviços a operarem nas unidades de conservação federais de diversas categorias e de todas as regiões do Brasil; sendo 19 editais de autorização para prestação de serviços para condução de visitantes e comercialização de alimentos, e outros 2 editais para concessão de serviços de apoio à visitação dos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães e de Jericoacoara.

Indicador Estratégico: Número de unidades de conservação com visitação monitorada (acumulado).	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
138	123 (resultado parcial)

Considerando que o fechamento do ciclo de monitoramento da visitação em UCs se encerra no primeiro trimestre do ano seguinte, ou seja, os dados consolidados para o ano-calendário de 2022 ficarão disponíveis a partir de abril de 2023, os resultados foram apresentados parcialmente, com 123 unidades de conservação monitoradas em 2022 até a primeira quinzena de janeiro.

Convém esclarecer que a perspectiva de fechamento dos dados apenas no trimestre seguinte está relacionada à necessidade de fechamento dos protocolos locais para cada uma das unidades de conservação monitoradas, ao repasse dos resultados observados, à checagem das informações prestadas pelas UCs à sede do ICMBio e a consolidação das informações.

Já é possível aferir que o resultado parcial apresentado projeta o pleno cumprimento das metas estabelecidas para o ano, com estimativa de 150 unidades de conservação monitoradas para o ano em pauta, superando a previsão original e o resultado do período anterior, quando 148 UCs foram monitoradas em 2021.

INICIATIVA ESTRATÉGICA:

Iniciativa Estratégica: Aprimorar as estratégias de parcerias e de delegação de serviços de apoio à visitação nas unidades de conservação federais, e avançar na agenda de concessões de unidades qualificadas no âmbito do Programa Parcerias de Investimento.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

- 1 - mapeamento de processo para concessões implementado e contrato monitorado pela Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais - CGEUP ;
- 2 - estudos para concessão elaborados e contratos para as unidades qualificadas no âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos - PPI ;
- 3 - normativo e manual para planejamento e acompanhamento dos contratos de concessão e fiscalização de contratos elaborado e publicado;
- 4 - revisão da normativa do Regimento do Comitê Especial de Concessão – CEC publicada;
- 5 - modelo de delegação por meio de Termos de Permissão avaliados e ajustados;
- 6 - critérios e definição de decisão para identificação e aplicação dos modelos de delegação estabelecidos;
- 7 - sistema de agendamento de visitas e venda de ingresso implementados e com manutenção atualizada;
- 8 - normativos para prestação de novos serviços e segurança de atividades publicados.

Em 2022, os processos de delegação de serviços na modalidade de concessão foram analisados e redesenhados, abrangendo o ciclo de vida de concessões de serviços de apoio à visitação, desde a etapa de estruturação e modelagem (planejamento) até os subprocessos de fiscalização, de apuração de irregularidades e de reequilíbrio econômico-financeiro.

Destaca-se que no escopo dessa iniciativa foi realizada a padronização e manualização de procedimentos relacionados ao processo de gestão das concessões, por meio da execução das seguintes atividades principais:

- revisão de fluxos TO-BE: acompanhamento dos trabalhos de revisão dos fluxos TO-BE dos processos que compõem o ciclo de vida de concessões de serviços de apoio à visitação desenhados no âmbito do Projeto PGR CGEUP/ICMBio – Processo SEI nº 02070.004362/2020-23;
- atualização de tabelas de atividades: definição de atividades-chave que irão compor as normativas e os manuais técnicos de execução dos processos de fiscalização e monitoramento de concessões;
- estruturação do Escritório Virtual e Intranet SharePoint: aspectos relacionados à gestão a configuração de permissões de membros e definição de padrões para a criação de canais e bibliotecas de arquivos.

Com relação aos estudos de concessão, em 2022 foram iniciados 3 projetos de estruturação para concessão em 4 unidades de conservação:

1. Parque Nacional da Serra dos Órgãos (projeto elaborado);
2. Floresta Nacional de Ipanema (produtos em elaboração);
3. Parque Nacional de Brasília (estudos em elaboração);
4. Floresta Nacional de Brasília (estudos em elaboração).

O Parque Nacional de Brasília e a Floresta Nacional de Brasília estão estruturados em um único projeto.

Em fevereiro de 2022, foi aberto o certame para a concessão de serviço de apoio à visitação do Parque Nacional do Iguaçu, tendo a celebração do contrato de concessão em novembro do mesmo exercício. Além disso, em novembro de 2022 foi aberta a consulta pública para a concessão de serviços do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Com a conclusão das etapas de preparação para licitação, foram lançados os editais para concessão dos Parques:

1. Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (outubro/2022);
2. Parque Nacional de Jericoacoara (dezembro/2022).

Os esforços para a elaboração de fluxos, manuais de planejamento e revisão de instrumento normativo para os contratos estão em curso, já em fase de finalização, com previsão de entrega em março de 2023. Ao longo de 2022, foram realizadas as análises para a elaboração dos seguintes instrumentos normativos para a gestão de concessões:

- proposta de minuta de Instrução Normativa Conjunta ICMBio-IBAMA que regulamenta os procedimentos relativos à emissão de autorização do ICMBio, com anuência do IBAMA, prevista no § 4º, do art. 14-C da Lei nº 11.516/2007, para a instalação de infraestruturas e operação dos serviços para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e à conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza nas unidades de conservação federais;
- proposta de minuta de Instrução Normativa ICMBio que regulamenta a definição de bens reversíveis e estabelece os procedimentos para a realização da reversão desses bens no âmbito do ICMBio;
- revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 13/2020, que disciplina, no âmbito do ICMBio, as normas e os procedimentos para a estruturação, a elaboração de documentos editalícios e contratuais, a execução, a fiscalização dos contratos e o monitoramento das concessões de serviços, áreas ou instalações de apoio à visitação em unidades de conservação federais;
- considerando as recentes alterações organizacionais promovidas no ICMBio por meio do Decreto nº 11.193/2022, que aprova a nova estrutura regimental da autarquia, foi realizada análise para a verificação da necessidade de manutenção do Comitê Especial de Concessão – CEC como instância colegiada relacionada à temática;
- nesse sentido, devido à necessidade de revisão do Regimento Interno do ICMBio, foi realizada, entre os dias 26 e 30 de setembro de 2022, oficina interna da CGEUP/ICMBio para elaboração da proposta preliminar de novo arranjo organizacional das coordenações e divisões que compõem o macroprocesso de uso público e negócios do ICMBio. O produto da referida oficina foi utilizado como subsídio para 1ª Oficina Geral de Elaboração do Regimento Interno, realizada em Brasília, entre os dias 19 e 20 de outubro de 2022;
- em análise comparativa dos referidos atos normativos, observou-se que as atribuições originais do Comitê Especial de Concessões foram mais bem detalhadas e adequadamente distribuídas entre as coordenações e divisões que compõem a CGEUP/ICMBio. Assim, no que concerne à temática de gestão de delegações, dentre as quais se inserem as concessões, para fins de extinção do CEC foram propostos, em 2022, a revogação da Portaria ICMBio nº 1.126, de 09 de dezembro de 2020, e a revisão (atualização) da Instrução Normativa ICMBio nº 13, de 09 de dezembro de 2020.

Os modelos de delegação por meio de termos de permissão entraram nas ações previstas para o período de 2022-2023, programada para iniciar no primeiro semestre de 2023. Com relação aos editais de delegação de serviços, em 2022 foram publicados 20 editais nas modalidades de autorização, com o propósito de prover serviços de apoio à visitação em várias UCs, além da elaboração de portarias e instruções normativas para a gestão da visitação.

Foi iniciado o levantamento de subsídios para estabelecer critérios e definição de decisão para identificação e aplicação dos modelos de delegação estabelecidos. A primeira ação realizada foi colocar em prática os fluxos criados pelo Programa de Gestão por Resultados em 2021. Em 2023, o trabalho será no sentido de desenvolver efetivamente as chaves de decisão elaborando um *checklist* para, de forma objetiva, determinar quando uma unidade de conservação terá potencialidade para receber uma autorização, uma permissão ou uma concessão.

O ano de 2022 também marcou importantes passos na consolidação da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Sustentabilidade, com o ICMBio, MMA e MTUR reconhecendo trilhas de longo curso que integram 16 unidades de conservação federais, em 5 diferentes projetos reconhecidos.

O ICMBio apoiou, ainda, a realização e organização do 1º Congresso Brasileiro de Trilhase 1º Seminário Internacional do Peabiru, que contaram com expressiva participação de servidores de UCs e parceiros, com a finalidade de estimular e integrar projetos de trilhas de longo curso nas UCs administradas pelo ICMBio.

Além disso, para estabelecer normas, procedimentos e orientações para a gestão e segurança da visitação nas unidades de conservação federais, foi elaborada e publicada a Portaria Normativa nº 1.020, de 10 de outubro de 2022, que versa sobre o tema.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7:

Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional.

Indicador Estratégico: Número de espécies e subespécies avaliadas no período.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
1200	1513

A Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira é o processo técnico-científico que subsidia a atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, pelo Ministério do Meio Ambiente. Em 2022, foi avaliado o risco de extinção de 1.523 espécies e subespécies da fauna brasileira em 12 oficinas na modalidade online e 8 oficinas presenciais. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, o resultado foi inferior à média dos últimos anos, o que se deve ao fato de terem sido finalizadas em 2022 as avaliações do ciclo que se iniciou em 2016, sendo que se completou o quantitativo de espécies restante para a finalização do ciclo, ou seja, não havia mais espécies a serem avaliadas no período. Foi alcançado em 2022 o patamar de quase 15 mil espécies e subespécies avaliadas desde 2016.

Com a finalização das avaliações em 2022, houve necessidade de focar esforços na validação das avaliações realizadas até então, etapa em que especialistas na metodologia de avaliação de espécies desenvolvida pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN verificam se sua aplicação foi realizada de forma consistente, com base nos dados disponíveis. Em 2022, foram validadas as avaliações de 5.887 espécies e subespécies, resultado significativamente superior à média dos últimos anos (Gráfico 1).

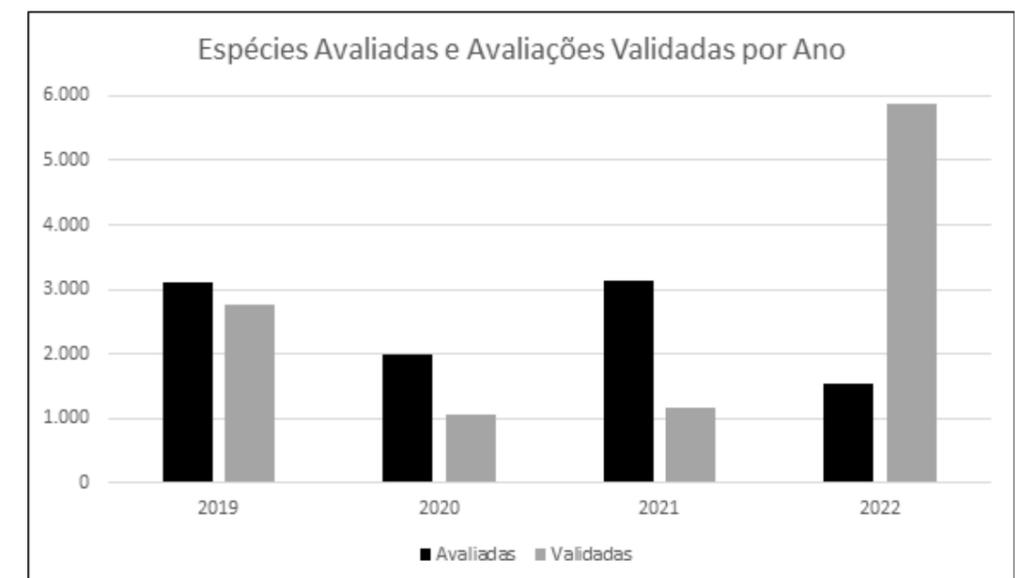


Gráfico 1 – Evolução anual da avaliação do risco de extinção das espécies da fauna e das validações das avaliações.

Um marco significativo para o Processo de Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna foi a disponibilização da Interface Pública do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade – SALVE, em agosto de 2022 (<https://salve.icmbio.gov.br>) (Figura 1).

Com isso, o ICMBio passou a contar com uma plataforma para disponibilizar à sociedade os dados utilizados na avaliação das espécies da fauna, seja no formato de fichas completas das espécies, que podem ser baixadas em formato pdf, ou de dados brutos, que podem ser baixados em formato de planilha. Esses dados podem ser utilizados com diversas finalidades, seja para o controle social das avaliações, permitindo a checagem das informações que levaram à categorização de cada espécie, com finalidade acadêmica ou para subsidiar a gestão ambiental, como, por exemplo, para o licenciamento de empreendimentos, a fiscalização de ilícitos, a gestão das unidades de conservação, dentre outras atividades.

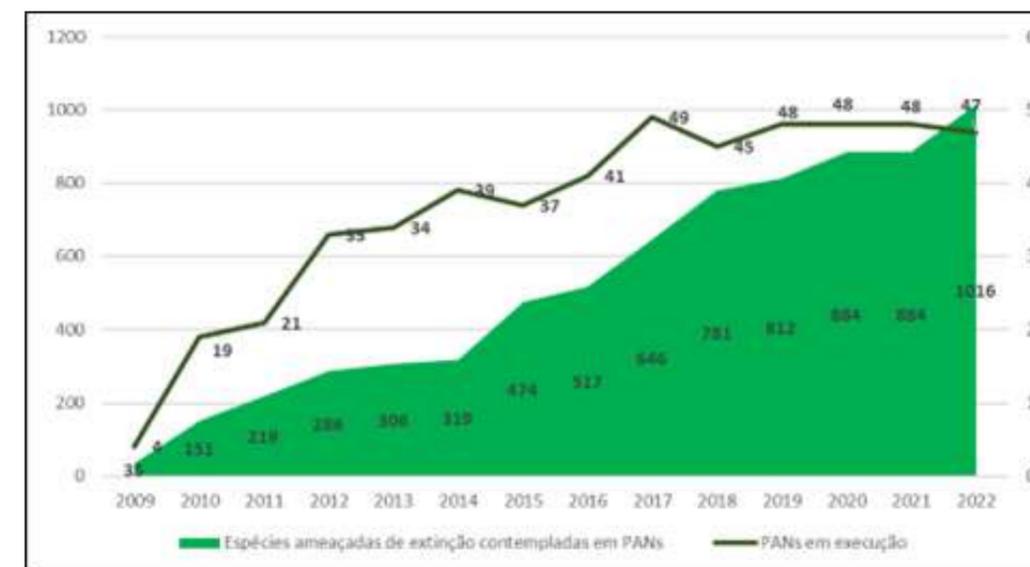
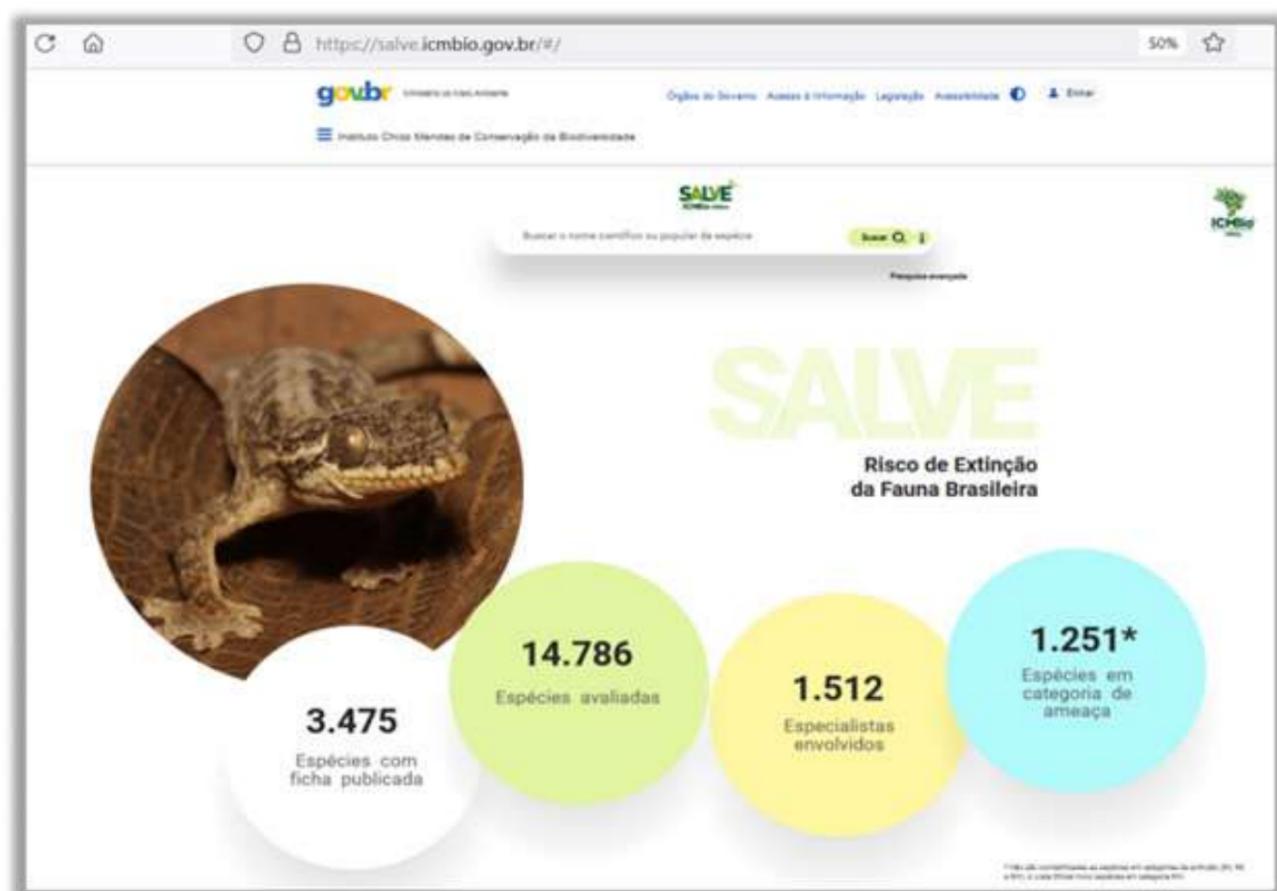
Indicador Estratégico: Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional – PANs.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
77%	81%

*Considerando as 1.254 espécies da fauna ameaçadas de extinção, conforme Portaria MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022.

Contextualização e Cenário Atual dos PANs

Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs são instrumentos de gestão e de políticas públicas, elaborados de forma participativa, visando ao ordenamento e à priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e o envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio nº 21/2018, art. 12, § 1º).

Atualmente, 1.016 (81%) das 1.254 espécies da fauna ameaçadas de extinção estão contempladas em 47 PANs em execução (Figura 1).



Ao longo de 2022, foram realizadas oficinas virtuais, devido à manutenção dos cuidados em relação à covid-19, mas, sobretudo, em virtude das restrições orçamentárias enfrentadas ao longo do ano. Assim, 24 PANs foram monitorados, 3 foram elaborados (Aves da Amazônia – 2º ciclo, Aves da Mata Atlântica – 2º ciclo e Fauna Aquática do Rio São Francisco – 2º ciclo) e 6 foram publicados no Diário Oficial da União ([Rivulideos – 2º ciclo](#), [Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas](#), [Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais](#), [Pequenos Felinos – 2º ciclo](#), [Cavernas do Brasil](#) e [Insetos Polinizadores](#)). Cabe destacar a capacidade de adaptação, criatividade e inovação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio – CNPCs para garantir o engajamento de parceiros de forma virtual e a execução das ações dos PANs.

Contribuindo para a implementação dos PANs, a chamada interna de planejamento das ações de PANs de 2022 aprovou mais de 90 propostas dos CNPCs e, destas, 40 foram iniciadas. Diante das restrições orçamentárias, os projetos externos e as parcerias foram essenciais para os PANs; dentre eles, destacam-se: Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental – Projeto PNUD BRA/08/023;

Figura 1 – Tela inicial da interface pública do Sistema SALVE, disponibilizada em 2022.

Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – GEF-Terrestre; Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – GEF Pró-Espécies. Todos contra Extinção e Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar.

Capacitação, Aprimoramento da Ferramenta e Integrações

O Plano de Ação para atendimento das recomendações da Auditoria Interna sobre Avaliação da Governança do Processo de Elaboração/Alteração dos Planos de Ação Nacional – PAN vem sendo executado, e 12 das 17 ações propostas já foram concluídas. Esse planejamento será implementado até dezembro de 2023.

Contribuindo para o aprimoramento do processo PAN, está em andamento a iniciativa estratégica “Implementa PAN: Estratégia Institucional para Melhoria da Implementação dos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção”, que tem como objetivo estabelecer medidas para a melhoria e o aperfeiçoamento da estratégia de implementação de ações dos PANs até final de 2023 (Tabela 1). Em associação à Iniciativa Estratégica, foi elaborado e disponibilizado o [Power BI de PANs](#) e lançada a chamada interna de planejamento das ações de PAN que serão executadas pelo ICMBio em 2023.

A Coordenação de Identificação e Planejamento de Ações para Conservação – COPAN também atuou junto ao MMA para desenho de um curso de facilitação virtual que será realizado em 2023, com o apoio do Projeto GEF Pró-Espécies.

Ações de Fiscalização

Com a finalidade de implementar as estratégias institucionais, as ações de fiscalização do ICMBio podem ser classificadas em dois tipos: de rotina e de operação. As ações de rotina são atividades que exigem menor logística para execução, com frequência regular e, geralmente, com equipe local. Já as operações são ações mais complexas, seja por questões técnicas ou de logística, que necessitam de planejamento mais minucioso quanto à operacionalização e aos custos, podendo ser necessário o recrutamento de servidores de outras localidades e pessoas de outras instituições. Os números de ações de fiscalização, realizadas por ano e por tipo, estão demonstrados no gráfico 1, a seguir

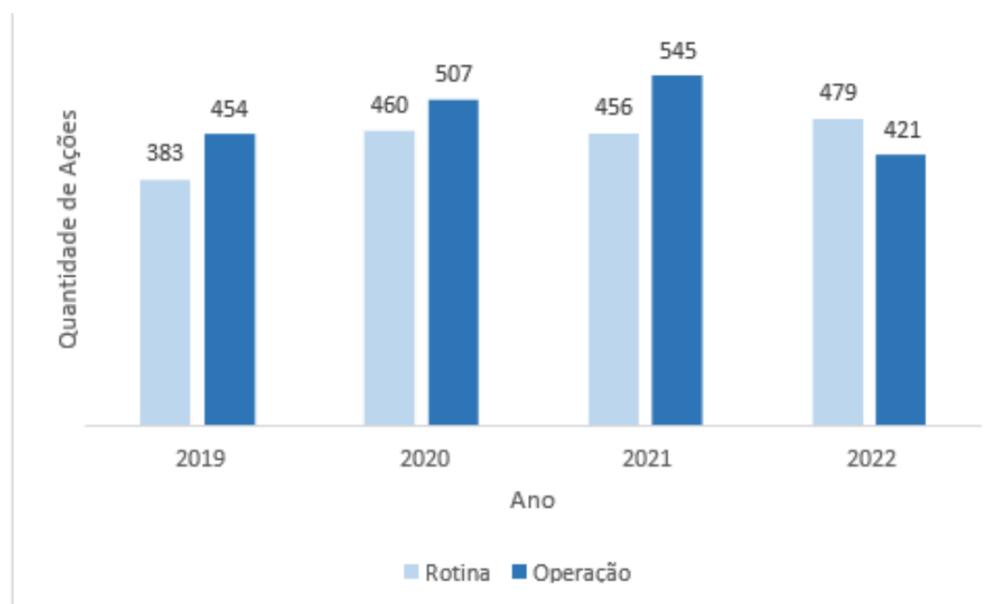


Gráfico 1 - Número de ações de fiscalização executadas por ano e por tipo de planejamento no período de 2019 a 2022. Fonte: COFIS, Relatórios Consolidados.

Em 2022, para arcar com as atividades gerenciais do setor, bem como atender às demandas de fiscalização emergenciais, realizar a aquisição de material controlado, apoiar a capacitação e descentralizar os recursos necessários para operacionalização das ações de fiscalização nas UCs, a COFIS obteve pouco mais de R\$ 7 milhões de recursos orçamentários. Cabe pontuar que o valor destinado à COFIS, quando comparado com o destinado para a fiscalização no ano anterior (2021), representa um decréscimo de 29,22% (Tabela 1). Apesar disso, o ICMBio contou com o uso de helicópteros nas operações de áreas estratégicas para o combate ao desmatamento na Amazônia, cujo custo foi cerca de R\$ 12 milhões de reais e não está computado nos dados tabela 1.

Coordenação	2019	2020	2021	2022
CGPRO (COIN e COFIS)	-	R\$ 1.580.197,00	R\$ 10.092.820,00	R\$ 4.700.000,00
COFIS	R\$ 8.525.622,00	R\$ 4.282.362,00	R\$ 10.172.574,00	R\$ 7.200.000,00
COIN	R\$ 28.575.973,00	R\$ 15.300.968,00	R\$ 53.715.839,00	R\$ 71.340.000,00
Total	R\$ 37.101.595,00	R\$ 21.163.527,00	R\$ 73.981.233,00	R\$ 83.240.000,00

Tabela 1 – Recursos orçamentários destinados à fiscalização no período de 2019 a 2022. Fonte: Painel DPRO, Rede ICMBio.

Apesar de o ano de 2022 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, como a menor disposição orçamentária para as ações em geral, foram executadas 900 ações de fiscalização ambiental, superando a meta prevista para ações executadas nas UCs, conforme se observa na tabela 2.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Número de ações de fiscalização ambiental executadas em unidades de conservação.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
753	900

Tabela 2 – Objetivo estratégico de fiscalização ambiental. Fonte: COFIS, Relatórios Consolidados.

Os dados das ações de fiscalização executadas foram coletados por meio dos Relatórios Consolidados de Ações Executadas em 2022. Esse é um documento de envio obrigatório pelas unidades de conservação federais ao término de cada ação de fiscalização, e tem por objetivo consolidar as informações de campo, tais como: efetivo empregado, autuações, apreensões, embargos, ocorrências, entre outros. Importante ressaltar que ainda estão sendo recebidas as informações de ações de fiscalização executadas no ano de 2022, portanto, o número de ações executadas e de participação de servidores do ICMBio ainda podem sofrer certa variação à medida que novos relatórios forem entregues.

Ademais, acerca da participação de agentes de fiscalização nessas ações, faz-se importante salientar que, dos 1.000 agentes de fiscalização ativos no ICMBio, apenas 360 participaram de, ao menos, uma ação de fiscalização ambiental no ano de 2022, com participação média de 33 dias por ano, cabendo, em 2023, a implementação de estratégias de recrutamento que garantam a participação de um número mais significativo de fiscais nas ações de fiscalização. No período entre 2019 e 2022, é possível verificar um aumento na participação de agentes de fiscalização do Instituto em ações de fiscalização em relação aos anos anteriores (Gráfico 2).

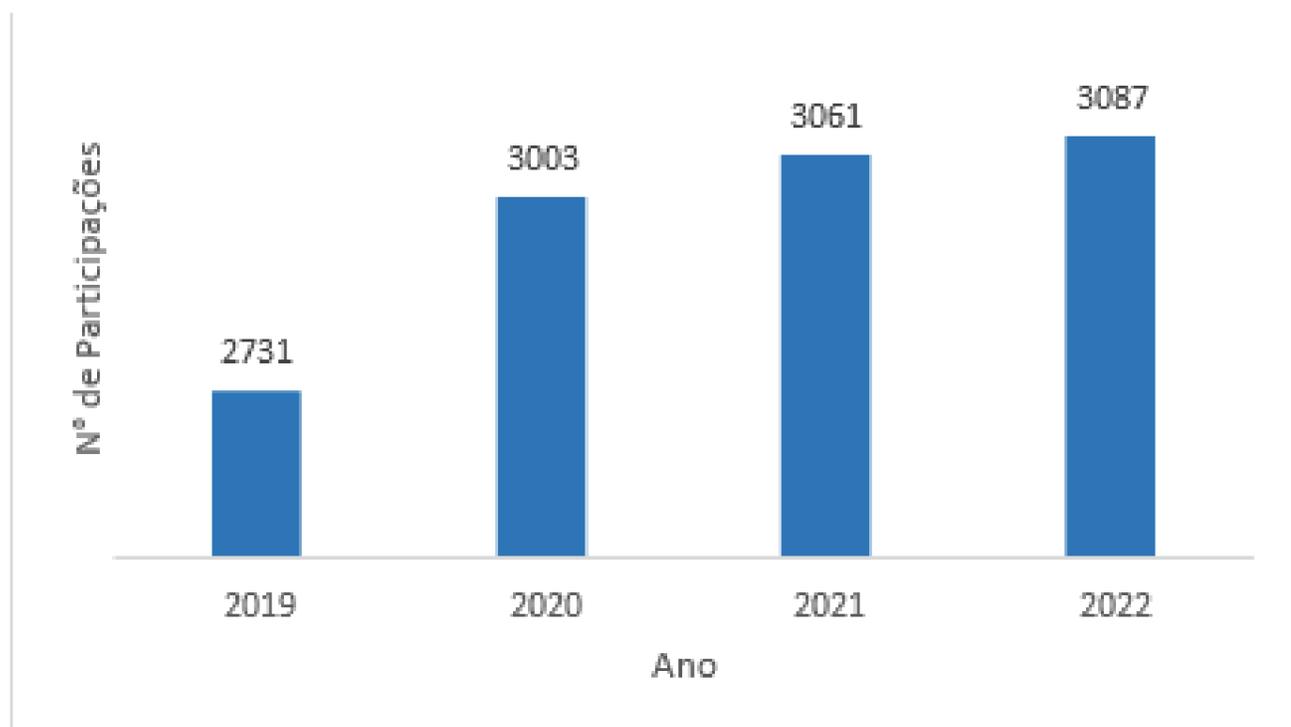


Gráfico 2- Participação de agentes de ações de fiscalização no período de 2019 a 2022. Fonte: COFIS, Relatório Consolidados.

Por fim, observam-se que os números gerais demonstram o esforço e a capacidade organizacional do Instituto para a manutenção das ações, bem como a participação e o *feedback* das unidades de conservação, o comprometimento e a parceria das Gerências Regionais, e o empenho da fiscalização no combate aos ilícitos ambientais e na proteção das unidades (Tabelas 3 e 4).

Dados das Fiscalizações					
Região	Ano	Número de ações de fiscalização	Número de autos de infração	Quantidade de Embargos	Multa Simples – Valor Total
Brasil	2019	837	2.077	459	R\$ 253.355.296,00
	2020	966	2.141	630	R\$ 443.169.636,50
	2021	1.002	1.926	859	R\$ 450.220.265,00
	2022	900	1.615	734	R\$ 646.619.274,89
TOTAL		3.672	7.836	2.764	R\$ 1.793.364.472,39

Tabela 3 – Fiscalização ambiental do ICMBio no período de 2019 a 2022.

Dados das Fiscalizações

Ano	Bioma	Número de ações de fiscalização	Número de autos de infração	Quantidade de embargos	Multa simples – valor total
2022	Amazônia	244	643	433	R\$381.974.403,88
	Caatinga	76	124	26	R\$119.850.320,00
	Cerrado	113	192	54	R\$16.672.550,00
	Marinho Costeiro	75	78	10	R\$53.175.970,00
	Mata Atlântica	351	544	202	R\$66.370.971,01
	Pampa	32	34	5	R\$8.569.460,00
	Pantanal	9	0	4	R\$5.600,00
TOTAL		900	1615	734	R\$ 646.619.274,89

Tabela 4 – Fiscalização ambiental do ICMBio no período de 2019 a 2022. Fontes: Relatório Consolidado de 2019 a 2022, em 20 de janeiro de 2023.

Informações declaradas pelas unidades de conservação de ações de fiscalização executadas em 2022. Planejamento de Ação de Fiscalização – PLANAF de 2019 a 2022, em 20 de janeiro de 2023. Ações planejadas pelas UCs de 2019 a 2022. Painel DPRO de Orçamento da Proteção na Rede ICMBio, em 20 de janeiro de 2023.

Comunicação e Divulgação dos PANs

Para a estratégia de divulgação e transparência, destaca-se a disponibilização dos dados no [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#), a elaboração e disponibilização do [Power BI de PANs](#) (Figura 3) e a atualização contínua das [páginas dos PANs no portal do ICMBio](#) no ambiente gov.br. Além disso, os [dados geoespaciais dos PANs](#) estão sendo padronizados e começaram a ser inseridos na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Como uma inovação para a divulgação, foi elaborado o documentário “[Reconectar pessoas às aves: Plano de Ação Nacional Aves da Mata Atlântica](#)”, com produção audiovisual elaborada pelas equipes do CEMAVE/ICMBio e os parceiros do PAN. O documentário alerta o público sobre as aves em risco de extinção no bioma e as ações que estão sendo realizadas para sua conservação ([mais informações](#)).

Buscando melhorar a divulgação da ferramenta, em parceria com o projeto GEF Pró-Espécie está em curso o desenvolvimento da identidade visual dos PANs e a estratégia de comunicação associada.



Figura 3: Telas do Power BI de PANs



Figura 4 – Capa do documentário “Reconectar pessoas às aves: Plano de Ação Nacional Aves da Mata Atlântica”.

INICIATIVA ESTRATÉGICA:

Iniciativa Estratégica: Implementa PAN: Estratégia institucional para melhoria da implementação dos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Tabela 1: Detalhamento da Iniciativa Estratégica:

Resultados esperados:
Aprimoramento da gestão de dados e informações dos PANs
Aperfeiçoamento da estratégia de gestão de recursos financeiros para a implementação de PANs, que possa ser replicada em cada ciclo de planejamento
Estabelecimento de estratégia de comunicação intra e interinstitucional visando melhorar a interlocução com atores envolvidos no processo de implementação dos PANs

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:

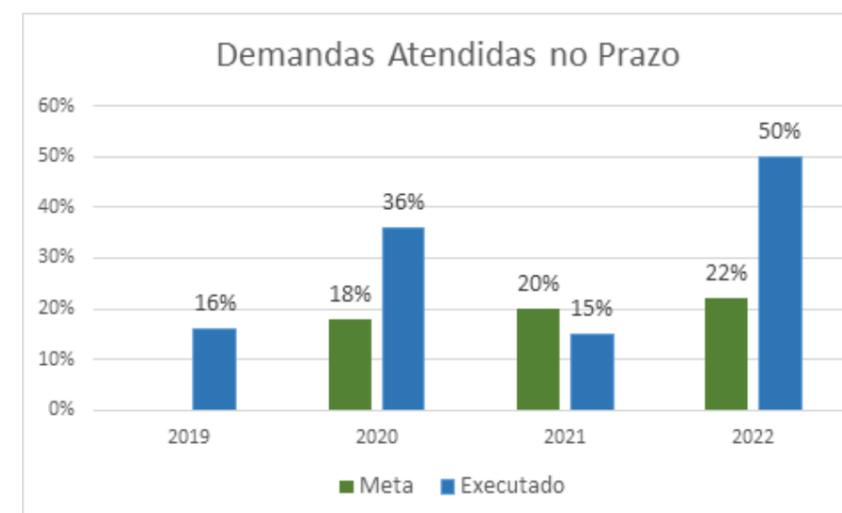
- 1 - aprimoramento da gestão de dados e informações dos PANs;
- 2 - aperfeiçoamento da estratégia de gestão de recursos financeiros para a implementação de PANs, que possa ser replicada em cada ciclo de planejamento;
- 3 - estabelecimento de estratégia de comunicação intra e interinstitucional visando melhorar a interlocução com atores envolvidos no processo de implementação dos PANs.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9:

Promover o licenciamento ambiental federal como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País.

Indicador Estratégico: Percentual de respostas nos processos de autorizações para o licenciamento ambiental cumprindo o prazo.

Meta 2022	
Previsto	Realizado
22%	50%



A Coordenação-Geral de Avaliação de Impactos – CGIMP e suas Coordenações de Manifestação para o Licenciamento Ambiental – Comali e de Gestão da Informação para o Licenciamento Ambiental – Coginf promovem, no contexto do Instituto Chico Mendes, os trâmites para a emissão das Autorizações para o Licenciamento Ambiental – ALA da Sede.

O procedimento de emissão de ALA é parte do licenciamento ambiental e visa mitigar os impactos ambientais dos empreendimentos que possam afetar unidades de conservação federais.

No ano de 2022, a meta de 22% consistiu em um acréscimo gradual do ano anterior, de 20%, uma vez que diversos fatores influenciam no prazo de resposta. O resultado alcançado foi de 50% das ALAs emitidas cumprindo o prazo normativo, sendo 13 autorizações de um total de 26. Ressalta-se que o número de autorizações varia entre um ano e outro, pois se trata de demandas externas, iniciadas por solicitação dos órgãos licenciadores. Contudo, a resposta ofertada dentro do prazo legalmente previsto gera credibilidade na prestação do serviço à comunidade.

O prazo normativo para manifestação no processo de licenciamento ambiental é de 60 dias, conforme previsto na [Resolução Conama nº 428/2010](#) e na [Instrução Normativa ICMBio nº 10/2020](#), sendo um prazo exíguo para a complexidade do tema, na grande maioria das situações. A dificuldade de atendimento do prazo de resposta nesse procedimento está relacionada principalmente à diversidade de setores que se manifestam, já que os processos tramitam no protocolo, na CGIMP, nas UCs, na Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO, no Gabinete da Presidência, no Comitê Gestor, dentre outros, até a assinatura e expedição da Autorização.

No corrente ano, algumas ALAs com complexidades altas foram conduzidas totalmente pela Sede, considerando situações diversas, como alegações, pelas chefias da UC, de falta de pessoal e de falta de experiência para tratar de temas mais complexos. O fluxo convencional dos processos de manifestação para o licenciamento ambiental percorre as seguintes etapas: o processo é recepcionado na CGIMP para uma pré-análise; posteriormente, é encaminhado à(s) UC(s) afetada(s) pelo empreendimento, para a elaboração do Parecer Técnico em um prazo de 30 dias; o processo retorna para a CGIMP, para a realização de uma Análise de Conformidade, sendo feitos os encaminhamentos administrativos subsequentes. Nesse sentido, nesses casos excepcionais, ainda que o fluxo apresentado não seja ideal devido ao fato de que as contribuições da UC ocorreram apenas de forma indireta, os devidos Pareceres Técnicos foram produzidos pela própria CGIMP, sem necessidade de passar pela etapa de Análise de Conformidade, o que gerou uma redução no prazo de análise.

Outro fator relevante, que, além de qualificar a Análise Técnica, possibilitou controlar os prazos de maneira mais efetiva, foi a institucionalização e utilização frequente dos sistemas: Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental – ALA e o Sistema para Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental – Soala.

O Sistema ALA está hospedado na Plataforma da Cidadania Digital, no portal gov.br, e o Soala em servidor próprio do ICMBio, sendo os dois totalmente integrados. Os sistemas foram desenvolvidos para a implementação do Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais: o ALA implementou a operação do fluxo processual das etapas de Análise Preliminar e Análise Normativa; já o Soala foi projetado para o desenvolvimento da Análise Técnica e da Análise de Conformidade, de maneira a automatizá-las no âmbito do procedimento de emissão de ALA. A implementação dos sistemas tem como objetivo a melhoria e o controle do fluxo processual, a qualificação da Análise Técnica e a maior eficiência do procedimento de manifestação para o licenciamento ambiental.

Adicionalmente, ressaltam-se algumas contribuições e ações geridas pela CGIMP que colaboraram, de forma significativa, para a melhoria do processo de manifestação para o licenciamento ambiental e a gestão das informações oriundas dele no ano de 2022:

- cumprimento de 100% do previsto no Planejamento Estratégico CGIMP 2022;
- definição e ajuste das atribuições detalhadas da CGIMP e suas Coordenações para o Regimento Interno do ICMBio;
- contribuições para a elaboração da Portaria ICMBio nº 1.222/2022, que regulamenta a aplicação do art. 46 do SNUC;
- contribuições para a elaboração da Instrução Normativa ICMBio nº 19/2022, que estabelece os procedimentos administrativos da Autorização Direta para atividades ou empreendimentos condicionados ao controle do poder público não sujeitas ou dispensadas do licenciamento ambiental e de atividades ou

empreendimentos cuja autorização seja exigida por normas específicas;

- contribuições para a elaboração da Portaria PFE nº 1, de 12 de abril de 2022, em que a Procuradoria Federal Especializada – PFE aprova a OJN nº 33/2022, que versa sobre os parâmetros jurídicos para a fixação de condicionantes pelo ICMBio;
- elaboração do banco de condições específicas, que auxilia os analistas e técnicos ambientais no momento de suas proposições, no caso de deferimento de pedidos de ALA;
- revisão e atualização dos manuais dos Sistemas ALA e Soala, contemplando a Análise Preliminar, a Análise Técnica e a Análise de Conformidade;
- implementação de melhorias no Sistema ALA visando contemplar sugestões técnicas dos analistas e técnicos ambientais do ICMBio, bem como da alta gestão;
- implementação do Painel de Gestão da CGIMP;
- desenho do Sistema de Acompanhamento de Condições Específicas, cujo desenvolvimento está previsto para meados do ano de 2023;
- capacitação de quase 80 alunos no Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental, na modalidade EaD, e no Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental, presencial.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11:

Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Percentual de unidades de conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
20%	18%

Foi publicada a Portaria ICMBio nº 1.150, de 06 de dezembro de 2022. Trata-se da regulamentação do Manejo Integrado do Fogo nas Unidades de Conservação Federais e estabelece os princípios, diretrizes, finalidades, instrumentos e os procedimentos para a implementação das ações de manejo integrado do fogo nessas áreas protegidas. Entendemos que se trata de norma inovadora e inédita, visto que é a primeira a ser editada, no âmbito das autarquias do MMA, com procedimentos claros relacionados às ações de prevenção e combate a incêndios e alinhada ao Projeto de Lei do Manejo Integrado do Fogo, que tramita hoje no Senado Federal, o qual cria e institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Além de trazer procedimentos importantes, relacionados à utilização do fogo como ferramenta de manejo ecológico, autorização para uso do fogo por parte de residentes nas unidades de conservação, procedimentos de combates e apoio quando necessário, também estabelece instrumentos institucionais de planejamento, vinculados ao plano de manejo da unidade de conservação, institucionalizado no Plano de Manejo Integrado do Fogo, considerado um planejamento específico conforme a IN ICMBio nº 07/2017.

Também merece destaque a instituição do Plano de Manejo Integrado do Fogo como um documento de planejamento estratégico de médio a longo prazo. Foi elaborado o Roteiro Metodológico do Plano de Manejo Integrado do Fogo para orientar os gestores das unidades de conservação, levando em consideração dois pontos: ser passível de utilização para qualquer categoria de unidade de conservação e trazer conceitos do manejo integrado do fogo para integrar a abordagem ao planejamento estratégico da unidade de conservação.

Por fim, com a aprovação do recente Regimento Interno do ICMBio, a Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios passou a ser denominada Coordenação de Manejo Integrado do Fogo. Mais que uma nova denominação, traduz o modo como o ICMBio vem tratando o assunto, buscando integrar os saberes tradicionais, científicos e técnicos, para planejamento, tomada de decisão, manejo e monitoramento, e considerando a interação dos aspectos ecológicos, socioculturais e econômicos dos territórios. É de se ressaltar que o combate aos incêndios está contemplado nas ações, porém, Gerir o “fogo”, está relacionado a combater incêndios, mas também compreender que se trata de um elemento natural, presente na evolução do planeta e necessário para muitas comunidades.

Especificamente com relação às ações desenvolvidas no ano de 2022 e seus resultados, destacam-se:

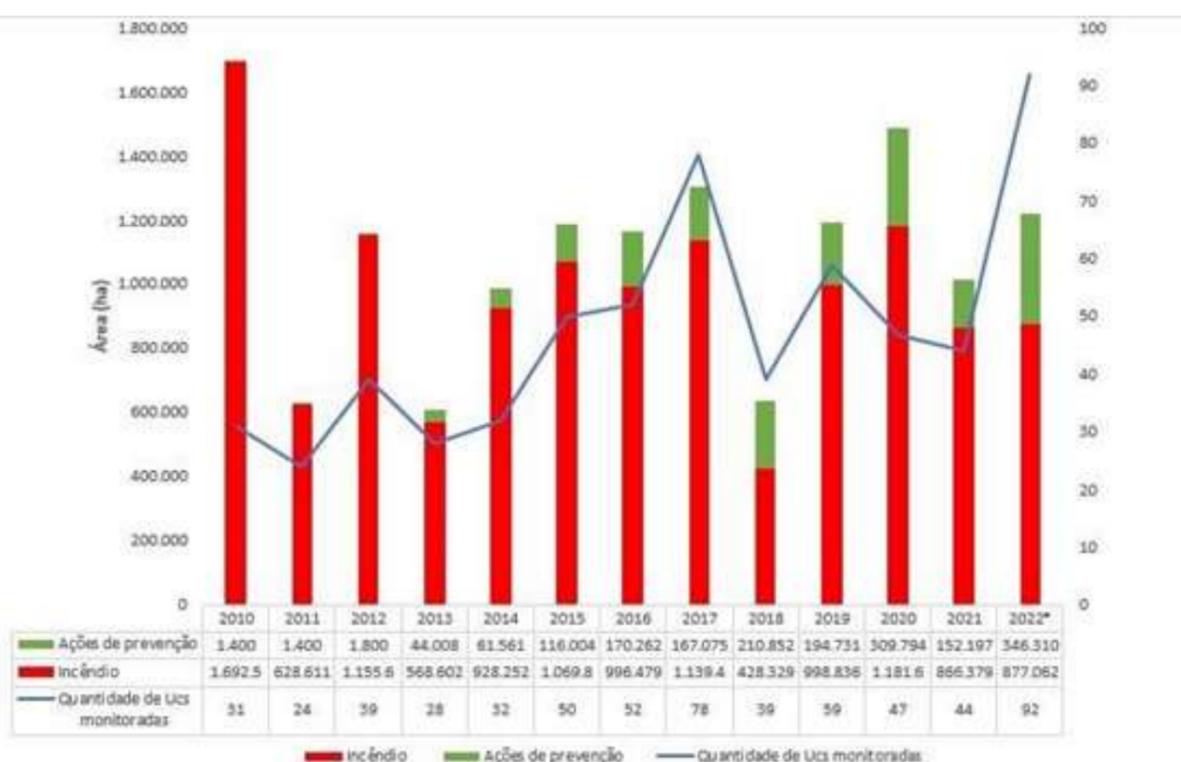
1) Foi autorizada a contratação de 1.360 brigadistas para atuarem nas ações de manejo integrado do fogo em 127 unidades de conservação federais.

Não foram realizados cursos de formação e seleção desses brigadistas no ano de 2022 nos mesmos moldes dos anos de 2020 e 21 devido às medidas de distanciamento social pela covid-19, o que prejudicou a seleção de perfil e aptidão para a realização das ações. É necessária, portanto, a realização de cursos de formação e seleção no ano de 2023 para não se perder qualidade do trabalho.

1) Uma das metas do PPA 2020-2023, especificamente para o ano de 2022, é a aprovação de planos de manejo integrados do fogo em 20% das unidades que contam com brigadas contratadas. Considerando que são 127 unidades com brigadas, seria necessária a aprovação de 26 planos de manejo integrados do fogo. Até a presente data, foram recebidos 29 planejamentos, sendo que 23 foram aprovados e 6 estão com pareceres solicitando adequações, o que resulta em 18% da meta estabelecida. Para o ano de 2023, a meta é de 40% das unidades com brigadas contratadas e com plano de manejo do fogo aprovados. Estratégias para a realização de oficinas e visitas técnicas estão sendo consideradas para o presente ano no sentido de cumprir a meta estabelecida. Importante salientar que todas as unidades com brigada elaboram planejamento operativo anual e relatório anual de modo a viabilizar avaliação anual e posterior adaptação das ações de manejo integrado do fogo.

2) A segunda meta do PPA 2020-2023 é a redução de 20% na área atingida por incêndios nas unidades de conservação federais em relação à linha de base. Essa linha de base tem como média a área atingida por incêndios florestais nos 5 anos anteriores (de 2015 a 2019), que foi de 1.100.000 hectares. Assim, para todos os anos do intervalo de 2020 a 2023, a área atingida por incêndios no interior das unidades de conservação precisaria ser inferior a 880.000 hectares.

Abaixo, gráfico com as áreas atingida por fogo no interior de unidades de conservação nos últimos anos:



Apenas no ano de 2020 não se alcançou a meta de redução de 20%, tendo uma área atingida por incêndios na ordem de 1.181.000 hectares. No ano de 2021, a área foi de 866.000 hectares, uma redução de 24% em relação ao ano anterior e dentro da meta estabelecida no PPA. Para o ano de 2022, a área atingida por incêndios foi de 877.000, área praticamente igual à de 2021 e dentro da meta estabelecida no PPA.

Deve-se destacar que no ano de 2022 foi registrada a maior quantidade de área manejada com fogo (queimas prescritas, confecção de aceiros, gestão de fogo por ignição natural, queimas autorizadas para residentes), totalizando 346.310 hectares. O outro ano com a maior área manejada tinha sido 2020, com 310.000 hectares. Esse aumento se deve ao aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, do planejamento das ações e da utilização de apoio aéreo (helicóptero) para a realização dessas queimas. Esse apoio aéreo foi essencial em algumas unidades (PARNA da Serra da Canastra, PARNA da Chapada dos Veadeiros, PARNA da Chapada dos Guimarães, PARNA da Serra do Cipó, ESEC da Serra das Araras) para o transporte de equipes a locais inalcançáveis por terra.

Cabe salientar que, apesar de a área total atingida por fogo ser aproximadamente semelhante para os anos de 2021 e 2022, houve um incremento de 109% no número de unidades de conservação monitoradas, passando de 44 unidades, em 2021, para 92 unidades em 2022.

Iniciativa Estratégica: Promover a disseminação do manejo integrado do fogo como estratégia institucional de gestão do fogo nas unidades de conservação federais objetivando sua proteção.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:
1 - publicação da Instrução Normativa que estabelece os princípios, diretrizes, finalidades, instrumentos e procedimentos para a implementação do manejo integrado do fogo nas unidades de conservação federais;
2- publicação do Roteiro de Elaboração dos Planos de Manejo Integrado do Fogo – PMIF;
3 - atendimento das duas metas do PPA 2020-2023 relativas à agenda do manejo integrado do fogo: (i) percentual de unidades de conservação com brigada com plano de manejo integrado do fogo elaborado; e (ii) percentual de redução de área atingida por incêndio;
4 - implementação do Programa Brigadas 2022 e Brigadas 2023;
5- implementação do Plano de Capacitação 2023 referente às Trilhas de Aprendizagem no Fogo.
6 - disponibilização dos 2 cursos de Voluntariado no Manejo Integrado do Fogo na plataforma da ENAP.

Iniciativa Estratégica: Revisão do Regulamento Interno da Fiscalização Ambiental do ICMBio (Portaria nº 95 de 2012), que estabelece os procedimentos para atuação da fiscalização no âmbito deste Instituto.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico.

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico:	Meta 2022	
Número de vagas ofertadas pelo Programa Voluntariado para atividades voluntárias no período.	Previsto	Realizado
	1.200	2.568

O Programa Voluntariado foi instituído pelo ICMBio como mecanismo voltado a valorizar o engajamento e a colaboração de cidadãos em diversas atividades inerentes às unidades de conservação e aos centros de pesquisa. Por meio dele, os voluntários recebem suporte para o desenvolvimento das distintas iniciativas. São realizadas capacitações, atividades de campo e a aproximação entre os servidores das áreas e as pessoas que disponibilizam seu tempo e suas habilidades para apoiar a conservação ambiental. Almeja-se o desenvolvimento ou fortalecimento de uma relação positiva com a natureza e com o ICMBio, contribuindo para a preservação do patrimônio ambiental.

A cada ano, o programa se reestrutura de modo a estar mais alinhado ao planejamento estratégico do ICMBio, contribuindo significativamente para o alcance dos diversos objetivos do Instituto. Assim, é executado em toda a estrutura do órgão, em diversas linhas temáticas e por diferentes perfis de gestores e de voluntários.

Ressalta-se que uma das premissas do Programa de Voluntariado do ICMBio é a compreensão de que o voluntário não substitui servidores, funções remuneradas e tampouco devem suprir uma eventual falta de recursos; o voluntariado no ICMBio, desenvolvido com planejamento e responsabilidade, deve beneficiar o próprio cidadão que o executa, o órgão, a unidade, os servidores, além de toda a sociedade.

Com essa estrutura, vem se constituindo como um instrumento relevante de interação entre a comunidade local e as unidades de conservação, tendo como principais resultados:

- 1) a ampliação do conhecimento da sociedade sobre a unidade de conservação e sua importância;
- 2) a melhora na relação com a comunidade do interior e entorno;
- 3) a contribuição no aprimoramento de habilidades dos voluntários;
- 4) o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento pela área protegida; e
- 5) a oxigenação da gestão institucional.

Atualmente, o principal desafio do Programa de Voluntariado do ICMBio está em ampliar a capacidade de receber os voluntários com aumento de vagas, de forma a absorver a demanda de pessoas que têm interesse em ser voluntárias no âmbito do Instituto.

Objetivo Estratégico 13:

Aprimorar a regulação e a efetividade dos instrumentos de controle e fiscalização ambiental.

A fiscalização ambiental faz parte da estratégia de proteção das unidades de conservação federais e é fundamentada no poder de polícia ambiental estabelecido pela Lei nº 11.516/2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes. A fiscalização do ICMBio tem como finalidade a prevenção e o combate às infrações ambientais nas UCs, às infrações ambientais que impactam as UCs, mesmo que ocorrendo fora de seus limites geográficos e às infrações contra a administração das UCs, conforme o Decreto nº 6.514/2008.

A principal estratégia da fiscalização ambiental do ICMBio é o aumento da presença institucional nas UCs, fortalecendo as equipes locais e apoiando ações rotineiras, a fim de fazer uma proteção adequada das unidades. Além disso, a Coordenação de Fiscalização – COFIS prioriza ações de fiscalização estratégicas e o aprimoramento constante do seu ciclo de planejamento, composto pelo Plano de Fiscalização Simplificado – PFIS, que possui um caráter estratégico e é revisado a cada 2 anos, e pelo Planejamento de Ações de Fiscalização – PLANAF, de caráter tático/operacional e elaborado anualmente pelas UCs.

Entre os principais resultados do trabalho das ações de fiscalização ambiental do ICMBio em 2022, é possível destacar: a formação de 203 novos agentes de fiscalização ambiental, a retirada de cerca de 1000 cabeças de gado bovino da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, a redução de 20% no desmatamento em unidades de conservação federais na Amazônia no ano PRODES 2022 e o planejamento de ações prioritárias para o combate ao desmatamento das UCs no ano de 2023.



Parna Iguaçu
Rebeca Hoefler

Combate ao Desmatamento em UCs na Amazônia

No segundo semestre de 2017 o ICMBio, verificando a tendência de alta do desmatamento na região Amazônica elaborou uma estratégia de combate ao desmatamento no interior das unidades de conservação federais mais impactadas e pressionadas segundo análise do DETER.

A partir desse momento, surgiu a Operação Integração, com a proposta de atuar com uma visão de território, integrando as ações de combate ao desmatamento com as Gerências Regionais do ICMBio e os gestores das UCs envolvidas, os agentes de fiscalização e os parceiros, como as instituições federais e estaduais (IBAMA, Polícia Federal, Polícia Militar, FUNAI, Exército Brasileiro e Aeronáutica) com as respectivas Secretarias/Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Em 2022 a Operação Integração do ICMBio foi agregada à Operação Guardiões do Bioma, que foi uma ação coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a participação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa. A Operação teve como objetivo reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia por meio de ações coordenadas entre Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, ICMBio e IBAMA. Para tanto, foram instaladas oito bases operacionais nos municípios de Humaitá/AM, Porto Velho/RO, Itaituba/PA, Novo Progresso/PA, Altamira/PA, São Félix do Xingu/PA, Apuí/AM e Extrema/RO, das quais as equipes partiam para fiscalizar os alvos de desmatamento.

Junto com a Gerência Regional Norte e as UCs mais impactadas pelo desmatamento na Amazônia, atuaram na Operação Integração/Guardiões do Bioma, com a priorização dos alvos estratégicos para a redução do desmatamento. Como resultado do esforço nas ações de fiscalização ambiental do ICMBio no ano PRODES de 2022, foi possível observar a redução de 20% do desmatamento em UCs na Amazônia em relação ao ano PRODES de 2021. O gráfico abaixo mostra o desmatamento em unidades de conservação federais da Amazônia Legal nos últimos 4 anos, segundo os dados do PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

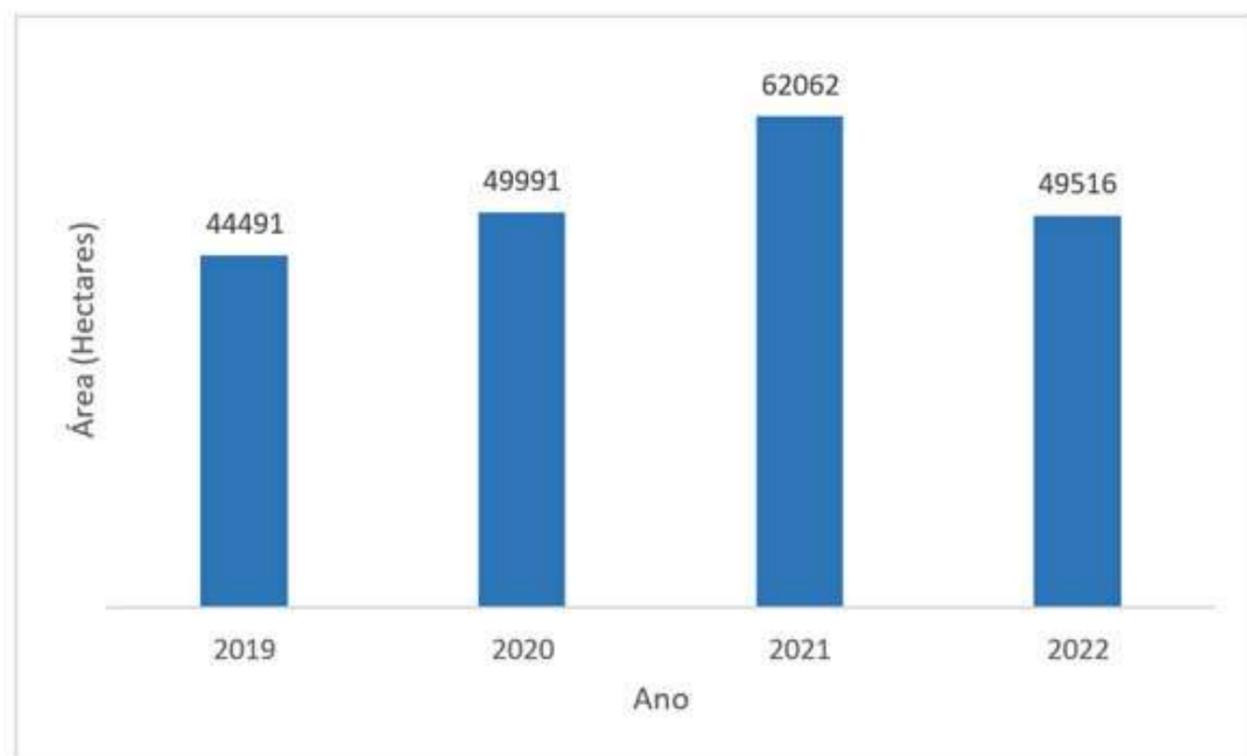


Gráfico 3 oDesmatamento em UCs no período de 2019 a 2022. Fonte: Painel Dinâmico DGeo/ICMBio.

Além disso, a estratégia de seleção de alvos e o apoio aéreo mostraram-se eficientes e proporcionaram uma redução de 13,19% no desmatamento nas UCs da Amazônia em 2022 em relação a 2021, considerando um recorte anual dos dados DETER/INPE. Esses resultados demonstram um grande esforço institucional, considerando que fora das UCs ocorreu um aumento de 25% do desmatamento da Amazônia Legal em 2022.



Gráfico 4 – Desmatamento Corte Raso DETER em UCs da Amazônia Legal. Comparativo mensal acumulado. Período de 2020, 2021 e 2022. Fonte: DGeo/CGPRO

Outro fato relevante foi a redução do desmatamento ocorrida no município de Novo Progresso/PA, que caiu da quinta colocação entre os municípios mais desmatados da Amazônia Legal em 2021 (recorte anual dos dados DETER/INPE, desmatamento de 344,86 km²) para a décima posição em 2022 (desmatamento de 227,39 km²), ou seja, uma redução de 34%. A redução é consequência dos esforços de planejamento e fiscalização ambiental realizados pelo ICMBio na proteção da FLONA do Jamanxim, cujo território se localiza dentro do município de Novo Progresso. As ações do ICMBio foram responsáveis por cerca de 62% do total das reduções obtidas pelo município, ou seja, dos 117,47 km² de queda na taxa anual, cerca de 73 km² foram consequência das ações do ICMBio.



Figura 1 – Ação de fiscalização do ICMBio no combate ao garimpo ilegal na região da BR-163.

Retirada de Gado da Reserva Biológica Serra do Cachimbo

A Operação X foi direcionada a coibir atividades de pecuária realizadas em terras públicas, irregularmente desmatadas e ocupadas, no interior da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo. Com base em critérios como número de autuações, área embargada, processos julgados e ações de reintegração de posse, foram definidos alvos prioritários para ações de apreensão e retirada de gado (Figura 3).



Figura 3 – Agente de fiscalização do ICMBio atuando na remoção de gado apreendido no âmbito da Operação X.

Executada nos meses de maio e junho de 2022, a Operação X resultou na apreensão de mil cabeças de gado bovino, avaliadas em R\$ 3.500.000,00. O gado apreendido foi removido do interior da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo e doado. Foi procedida a desocupação da área onde o gado estava sendo mantido, realizando-se a demolição das edificações e benfeitorias implementadas irregularmente na unidade de conservação. As multas aplicadas somam R\$ 14.636.000,00.

Operação Y

A Operação Y foi direcionada a coibir atividades irregulares no interior de unidades de conservação localizadas na região da BR-163 e Terra do Meio. Todas as ações de fiscalização realizadas no âmbito da Operação Y ocorreram de forma remota, fazendo uso de sensoriamento remoto, de bancos de dados fundiários e de movimentação de gado.

Na primeira etapa da Operação Y foram identificadas, autuadas e embargadas as áreas afetadas por desmatamento ou impedimento de regeneração natural no interior das unidades de conservação (Figura 4). Os embargos realizados abrangeram uma área total de 68.703 hectares. Foram lavrados 463 autos de infração e aplicados R\$ 209.804.000,00 em multas.



Figura 4 – Identificação de áreas desmatadas no interior de unidade de conservação no âmbito da Operação Y.



Figura 2 – Equipe de fiscalização na sede da UNA Itaituba.

A segunda etapa da Operação Y foi direcionada a identificar a comercialização de gado proveniente de áreas embargadas no interior das unidades de conservação. Com base no controle da movimentação de gado realizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, foram lavrados 102 autos de infração por comercialização de gado proveniente de áreas embargadas e 156 autos por recebimento de gado dessas áreas. As multas aplicadas somam R\$ 103.609.000,00. Também foram lavrados 102 termos de suspensão de atividade de comercialização de gado de áreas embargadas, o que bloqueia o cadastro dessas áreas para a venda de gado no sistema de controle estadual.

As ações que tiveram início na segunda etapa da Operação Y ainda não foram concluídas, pois abrangem apenas áreas embargadas no interior da Floresta Nacional do Jamanxim. Ações subsequentes estão previstas para tratar da comercialização de gado proveniente das áreas embargadas nas demais unidades de conservação da região da BR-163 e Terra do Meio.

Relevância das Operações X e Y para o ICMBio

As Operações X e Y foram direcionadas a 6 unidades de conservação federais que foram consideradas como prioritárias, em função da evolução dos alertas de desmatamento.

Em ambas as operações, foram aplicados novos métodos no combate às infrações ambientais, buscando aumentar a eficiência e a efetividade das ações. Os resultados obtidos destacam-se no contexto da fiscalização do ICMBio. No ano de 2022, essas operações representaram 34% dos autos de infração lavrados e 42% do valor total em multas aplicadas pelo ICMBio (Figura 5).



Figura 5 – Contribuição numérica das Operações X e Y nos resultados das ações de fiscalização do ICMBio no ano de 2022.

Os resultados obtidos nas Operações X e Y têm forte relação com outras ações desenvolvidas pela ETA-COFIS. Em especial, com o estudo das cadeias produtivas e comerciais relacionadas com as infrações ambientais.

Estudo de Cadeias Produtivas e Comerciais

As ações de fiscalização direcionadas apenas ao local de ocorrência dos danos ambientais geralmente são incapazes de alcançar todos os envolvidos. É comum que apenas os que atuam na ponta da cadeia sejam responsabilizados. Isso permite que as pessoas que arquitetam e mobilizam as ações de degradação continuem agindo remotamente e obtendo ganhos econômicos com as infrações ambientais. Havendo vantagem econômica, a cadeia produtiva e comercial, baseada na degradação ambiental, tende a se manter ativa, apesar dos esforços da fiscalização.

O estudo das cadeias produtivas e comerciais relacionadas às infrações ambientais permite identificar os elos que sustentam as atividades irregulares que resultam na degradação ambiental. Nesse contexto, o conhecimento estruturado dessas cadeias e a atividade de inteligência são indispensáveis. Organizações criminosas e relações com outros crimes podem ser identificadas. Diversos atores e setores da sociedade podem estar contribuindo para a degradação ambiental de forma direta ou indireta, intencional ou não intencional (Figura 6).



Figura 6 – Representação esquemática da fiscalização interinstitucional agindo no combate a infrações ambientais e outros crimes relacionados à degradação ambiental.

As Operações X e Y trataram de demandas prioritárias para a fiscalização do ICMBio, mas também consistiram em estudos de caso para o desenvolvimento de estratégias e métodos mais eficientes para coibir a ocorrência de infrações ambientais. Essas operações partiram dos danos ambientais e se estenderam para além dos limites das unidades de conservação, procurando comprometer o ganho econômico resultante da degradação ambiental.

As informações apuradas quanto a regulamentações e sistemas de informação disponíveis, associadas ao estudo da cadeia produtiva e comercial de gado a partir de áreas embargadas, permitiu grande abrangência à Operação Y. Como as ações puderam ser executadas de forma remota, os custos e riscos da Operação Y foram menores do que os de operações convencionais.

Os procedimentos adotados para a remoção do gado da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, durante a execução da Operação X, foram utilizados como estudo de caso para o desenvolvimento do Protocolo para Retirada de Gado de Áreas Protegidas, o qual foi apresentado e referendado pelo ICMBio. A construção de conhecimento e método com base em ações reais contribui na edificação de uma base sólida para operações de fiscalização futuras. No entanto, conforme a fiscalização avança na desarticulação das cadeias que sustentam a degradação ambiental, é esperado que esforço contrário seja despendido por parte dos infratores ambientais, no intuito de manter seu ganho econômico. Esse esforço tende a tornar a cadeia irregular mais obscura e resistente à fiscalização. Em função disso, a atividade de inteligência e a sistematização do conhecimento das cadeias relacionadas com a degradação ambiental têm importância crescente no alcance dos resultados das ações de fiscalização.

Formação de Novos Fiscais

O Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental – PPCFis é um instrumento estratégico, que considera os esforços já empreendidos pela instituição e as lacunas institucionais de forma a consolidar as diretrizes para a capacitação dos servidores em relação às técnicas e aos procedimentos da fiscalização ambiental.

O objetivo geral do PPCFis é suprir as necessidades institucionais de qualificação profissional dos servidores do ICMBio para o cumprimento de suas funções relacionadas à fiscalização ambiental em unidades de conservação federais.

Em 2022, visando à execução do Programa, foram ofertados, na ACADEBio, o Curso de Aquisição de Porte de Armas – APAR e o Curso de Formação de Agentes de Fiscalização Ambiental – AF1. Além desses, atuou no módulo da Fiscalização, inserido no Curso de Formação em Gestor da Biodiversidade, direcionado aos novos servidores do concurso público de 2021.

Foram capacitados 226 servidores do ICMBio e 4 servidores de instituições parceiras, sendo 2 do IBAMA e 2 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Curso	Nº de servidores capacitados	Nº de servidores externos
Aquisição de porte de armas – APAR	23	0
Curso de Formação de Agentes de Fiscalização Ambiental – AF1	50	4
Curso de Formação em Gestor da Biodiversidade	153	0

Tabela 5: Cursos realizados em 2022

Em decorrência das capacitações, o quadro de agentes de fiscalização ambiental do Instituto passou de 810 agentes de fiscalização portariados, em 2021, para 1019 agentes de fiscalização portariados em 2022. Em 2022, houve também a realização de cursos externos, a saber:

Curso externos	Nº de servidores capacitados	Instituição responsável
Curso de Fiscalização e Proteção dos Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado	4	IBAMA
Curso de Operações Táticas em Mata Atlântica – COTAMA	1	Polícia Militar do Espírito Santo
Curso Básico de Inteligência de Fiscalização Ambiental	7	IBAMA

Tabela 6: Cursos externos realizados em 2022



Figura 7 – Curso de Formação de novos servidores.

PFIS 2023-2024

O Plano Simplificado de Fiscalização – PFIS é uma planilha eletrônica que visa à sistematização dos principais fatores que colocam sob ameaça os recursos naturais das unidades de conservação, ferindo a legislação ambiental vigente e os meios para preveni-los e combatê-los. Tais dados servem como orientação da gestão quanto às atividades a serem executadas, de acordo com as estratégias de proteção e as prioridades de cada unidade quanto à fiscalização ambiental.

O PFIS é elaborado/revisado por cada UC bianualmente, aprovados pela Gerência Regional e encaminhados à Coordenação de Fiscalização. A consolidação dos dados auxilia na análise contextual das pressões sofridas nas unidades, fortalece o planejamento de ações que visem minimizar impactos futuros, na indicação da necessidade de projetos específicos de proteção e na estrutura para suporte à fiscalização. Para o ciclo 2023/2024, 270 unidades de conservação enviaram seus respectivos planos.

PLANAF 2023

O PLANAF é uma ferramenta de planejamento de ações de fiscalização que reúne os dados de planejamentos anuais das unidades de conservação federais. A criação dessa ferramenta é uma tentativa de suprimir a falta de um sistema específico de planejamento, monitoramento e execução de ações de fiscalização, permitindo, dentro de suas limitações, dar acesso às informações de planejamento de ações de fiscalização das unidades de conservação federais, indo ao encontro da diretriz institucional de tramitação de documentos por meio digital e do processo de modernização da gestão de informação referente à fiscalização. Os principais objetivos são:

- promover às unidades de conservação um mecanismo de planejamento de fiscalização simplificado, viabilizando o registro sistematizado das informações e o apoio financeiro/orçamentário às operações;
- promover às Gerências Regionais uma centralização das demandas de fiscalização das unidades de conservação vinculadas em uma mesma plataforma, possibilitando o controle, a priorização, as alterações e a organização das informações de demanda de fiscalização
- promover à Coordenação de Fiscalização um mecanismo para o gerenciamento das informações das ações de fiscalização das unidades de conservação, no intuito de facilitar o monitoramento das operações planejadas e executadas, dar subsídio à tomada de decisão, solicitação de recursos e às respostas de expedientes.

Para o ano de 2023, foram cadastrados 1.521 planejamentos de ações de fiscalização, dos quais 861 planejamentos são do tipo rotina e 660 do tipo operação. O valor total de planejamento é de R\$ 35.275.071,60. Para o ano de 2023, 305 unidades de conservação enviaram pelo menos 1 planejamento.

Operação Integração 2023

A Operação Integração é, atualmente, a principal estratégia do Instituto Chico Mendes para o combate ao desmatamento nas unidades de conservação federais da Amazônia mais impactadas e pressionadas pela exploração ilegal de madeira e garimpos.

As UCs participantes são indicadas em ciclos anuais por meio do levantamento e da análise de informações de desmatamento (com base no DETER) realizados pela Divisão de Informações Geoespaciais e Monitoramento – DGeo do ICMBio, e pela análise e escolha das UCs prioritárias pela COFIS (Nota Técnica COFIS SEI nº 13236762). As UCs prioritárias para a Operação Integração 2023 são apresentadas na figura 1 e tabela 1.

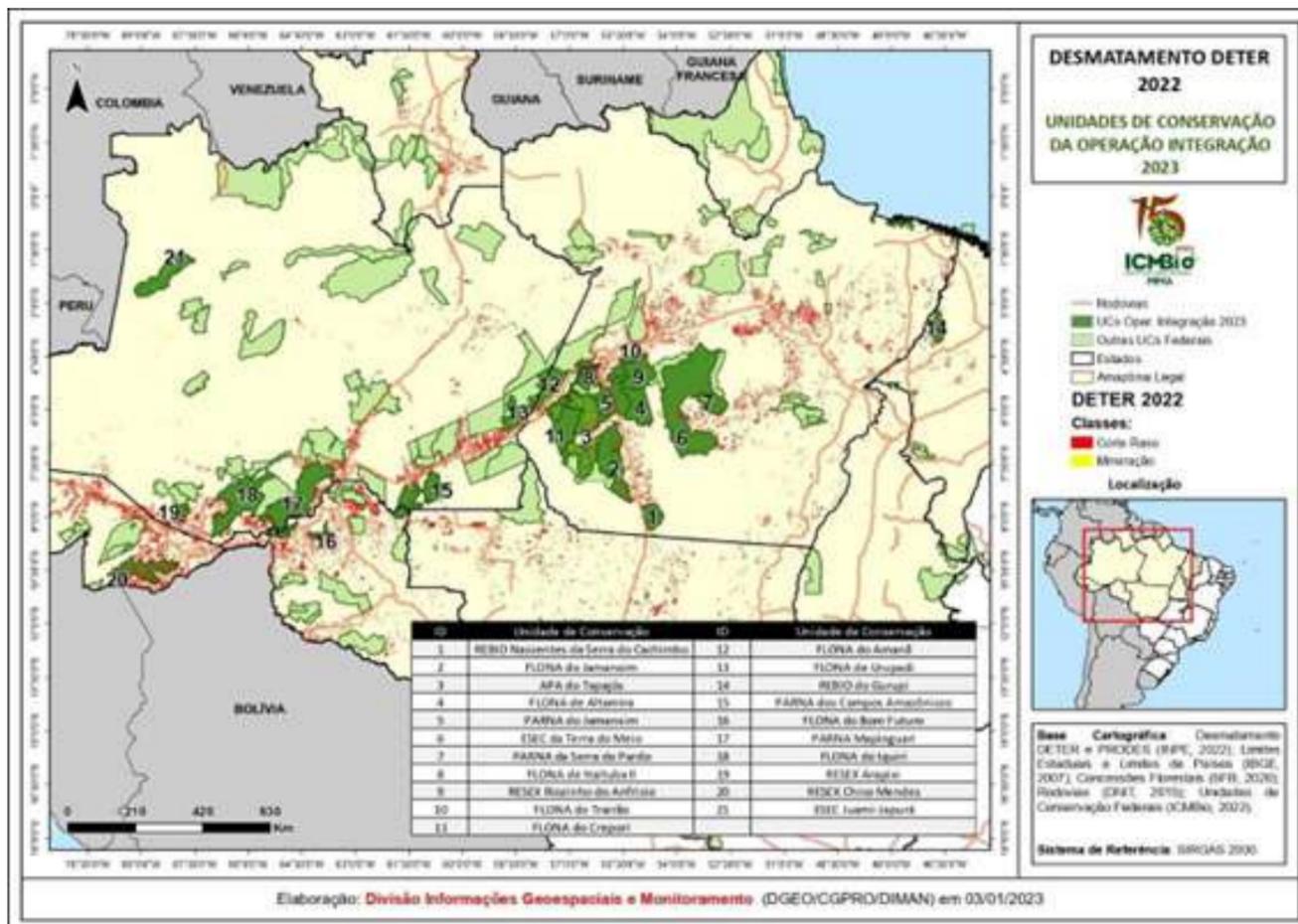


Figura 8 – Unidades de conservação federais na Amazônia Legal e as 21 UCs prioritárias para a Operação Integração 2023.

Frente de Atuação	UC	Desmatamento	%Desmatamento (ha)	Desmatamento Soma (ha)	%Total
UNA Itaituba/PA	APA do Tapajós	9.443	28,5%	23.466	70,91%
	FLONA do Jamanxim	8.544	25,8%		
	FLONA de Altamira	2.934	8,9%		
	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	1.062	3,2%		
	FLONA do Amanã	549	1,7%		
	PARNA do Jamanxim	499	1,5%		
	FLONA de Itaituba II	198	0,6%		
	FLONA do Crepori	144	0,4%		
	FLONA do Trairão	93	0,3%		
NGI Terra do Meio	ESEC da Terra do Meio	3.695	11,2%	4.079	12,33%
	RESEX Riozinho do Anfrísio	298	0,9%		
	PARNA da Serra do Pardão	86	0,3%		
NGI Chico Mendes	RESEX Chico Mendes	1.826	5,5%	1.826	5,52%
NGI Humaitá	FLONA de Urupadi	1.192	3,6%	1.301	3,93%
	PARNA dos Campos Amazônicos	109	0,3%		
NGI Porto Velho	PARNA Mapinguari	589	1,8%	662	2,00%
	FLONA do Bom Futuro	73	0,2%		
	RESEX Arapixi	209	0,6%		
NGI Boca do Acre	RESEX Arapixi	209	0,6%	209	0,63%
REBIO Gurupí	REBIO Gurupí	202	0,6%	202	0,61%
FLONA do Iquiri	FLONA do Iquiri	93	0,3%	93	0,28%
NGI Tefé	ESEC Juami Japurá	60	0,2%	60	0,18%
Total				31.898	96,39%

Tabela 6 – Lista das 21 UCs da Amazônia integrantes da Operação Integração 2023, desmatamento apresentado no período de 01/01/2022 a 25/09/2022 nas 21 UCs (31.898 ha) e proporção individual e por blocos de UCs em relação ao desmatamento total (33.093 ha) em UCs na Amazônia.

O desmatamento nas UCs da Amazônia foi avaliado, segundo dados do DETER no período de 01/01/2022 a 25/09/2022, em 31.898 hectares. As 21 UCs priorizadas para Operação Integração 2023 representam um total 96,39% de todo o desmatamento das UCs situadas na Amazônia (33.093 hectares) no período avaliado. É possível observar que 70% de todo o desmatamento em UCs na Amazônia está concentrado nas UCs que compõem a Unidade Avançada Itaituba ao longo da BR-163, com destaque para a Área de Proteção Ambiental do Tapajós e a Floresta Nacional do Jamanxim, que correspondem a 28,5% e 25,8% de todo o desmatamento em UCs na Amazônia.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14:

Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente

INDICADORES ESTRATÉGICOS:

Indicador Estratégico: Percentual de implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
75%	77,48%

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes – Programa Monitora caracteriza-se por ser de longa duração, voltado ao monitoramento do estado de conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados. Seus resultados subsidiam a avaliação da efetividade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a adaptação às mudanças climáticas e o uso e manejo dos recursos naturais nas UCs.

Em 2020, o indicador estratégico utilizado foi: “o número de UCs que implementam o Programa Monitora (acumulado)”, mas ele não contemplava os esforços de manutenção das ações de monitoramento já existentes. Por isso, em 2021 o indicador foi aprimorado para: “a porcentagem (%) de implementação do Programa Monitora”, que agrega tanto as informações do número de novas UCs no Programa Monitora (expansão), quanto o empenho na execução das atividades de monitoramento já existentes, com um maior peso atribuído às ações existentes. Portanto, a partir dessa análise foi possível avaliar se a expansão do Programa em novas UCs tem sido acompanhada da garantia de manutenção da qualidade da implementação do Programa nas UCs já participantes.

Em 2022, o ICMBio fortaleceu e ampliou o Programa Monitora, inclusive com a publicação da nova Instrução Normativa do Programa, que foi revisada participativamente com as UCs e os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio – CNPCs envolvidos com o Monitora. A [IN ICMBio nº 02/2022](#) reformula conceitos, princípios, finalidades, instrumentos e procedimentos.

No final de 2021, o Programa contava com 110 UCs participantes e, ao final de 2022, com 113 UCs. Dentre as UCs participantes:

- 86 estão em plena operação, ou seja, realizando as amostragens, conforme planejado
- 18 estão em implementação, com atividades de planejamento e implementação de estações amostrais;
- 9 estão com algum problema na execução dos protocolos e requerem atenção especial no acompanhamento e na retomada das atividades.

Sobre as UCs com problemas na execução, estão sendo mapeados, junto aos CNPCs e com as equipes locais de gestão, os motivos da interrupção das atividades, e sendo pactuadas, caso a caso, estratégias para retomar o Programa Monitora. Em geral, foram registrados problemas vinculados ao cenário de pandemia e de desestruturação das equipes locais envolvidas com a atividade de monitoramento.

Os CNPCs têm envidado esforços no sentido de promover capacitações e oficinas, de modo a atender o crescente número de adesões ao Programa Monitora, de novas UCs, em diferentes ecossistemas, assim como para realizar a reciclagem de pontos focais das UCs já capacitadas. Para manter a qualidade e a padronização das coletas de dados, em 2022 o Programa Monitora oportunizou 27 cursos, dentre presenciais, virtuais e híbridos, apresentados a seguir. Foi 1 curso virtual referente ao Sistema de Gestão de Dados do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – SISMonitora, 23 referentes aos protocolos dos componentes dos 3 subprogramas, e 3 cursos introdutórios (do Processo Formativo 1 do ciclo de capacitação no monitoramento da biodiversidade) na Plataforma AVA, ambiente virtual de aprendizagem do ICMBio. Dos 23 cursos de protocolos, 7 cursos foram regionais/nacionais (sendo um deles na plataforma AVA) e 16 cursos locais. Foram capacitadas, ao todo, 772 pessoas nos 28 cursos:

1- Curso de capacitação para operação do SISMonitora, entre 26 e 28 de janeiro de 2022, com a participação de 80 pessoas

2- Curso de Monitoramento Participativo de Pesca Artesanal para as UCs da Região Nordeste. A etapa virtual, de 29 de março a 1o de abril 2022, teve a participação de 7 UCs (RESEX Lagoa do Jequiá, RESEX Acaú-Goiana, APA Costa dos Corais, APA Fernando de Noronha e PARNA Marinho de Fernando de Noronha (NGI Fernando de Noronha, PARNA Jericoacoara e APA Delta do Parnaíba). Foram 65 cursistas (alunos) participantes e uma equipe de 12 instrutores de diversas unidades organizacionais do ICMBio e de parceiros externos. As etapas presenciais, entre abril e maio de 2022, ocorreram na RESEX Lagoa do Jequiá com alguns representantes da RESEX Acaú-Goiana, na APA Costa dos Corais, no PARNA e na APA de Fernando de Noronha, e no PARNA Jericoacoara, envolvendo alguns representantes da APA Delta do Parnaíba. Ao todo, participaram da etapa presencial 75 cursistas;

3- Curso de Monitoramento Participativo de Pesca Artesanal para as UCs da Região do Mar do Leste, em abril 2022, ocorrido em Canavieiras/BA. Teve a participação da RESEX Canavieiras, RESEX Corumbau, RESEX Cassurubá e RESEX Baía do Iguape, além de representantes que atuam em UCs estaduais do sul da Bahia. Participaram da capacitação 42 cursistas;

4- XV Curso de Capacitação dos Pontos Focais do componente Florestal do Programa Monitora na Floresta Nacional de Carajás – Parauapebas/PA, de 16 e 29 de setembro de 2022;

5- 3º Curso de Capacitação para os Protocolos do Componente Igarapé/Riacho, do Subprograma Aquático Continental, ministrado pelo CEPAM na RESEX Rio Ouro Preto/RO, no período de 26 a 30 de setembro de 2022, com 26 participantes;

6- Curso de Capacitação para os Protocolos do Componente Igarapé/Riacho, do Subprograma Aquático Continental na Mata Atlântica, realizado no PARNA Itatiaia/RJ, organizado pelo CEPTA em conjunto com a UC, e ministrado pelo Centro, de 07 a 11 de novembro de 2022. Participaram 21 cursistas;

7- Curso de Capacitação do Protocolo de Monitoramento de Ninhos Protegidos de Quelônios Amazônicos, do Subprograma Aquático Continental. A capacitação ocorreu nos dias 10 e 11 de março de 2022, na sede do CEPAM, Manaus/AM, com atividades práticas e teóricas. O evento foi organizado pelo CEPAM e teve a colaboração do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ e da COMOB. Participaram do curso 18 pessoas;

8- Curso Biodiversidade em Ecossistemas Terrestres, turma piloto na modalidade EaD, no AVA, de 27 de junho a 18 de julho de 2022;

9- Curso Territórios da Sociobiodiversidade e Ecologia de Paisagens, turma Piloto na modalidade EaD, no AVA, de 19 de julho a 03 de agosto de 2022;

10- Curso Biodiversidade em Ecossistemas Aquáticos, turma piloto na modalidade EaD, no AVA, de 27 de junho a 18 de julho de 2022;

11- Curso Protocolo de Monitoramento da Biodiversidade em Componentes Campestres e Savânicos (Alvo Global), na modalidade EaD, no AVA, coordenado e ministrado pelo CBC, de 09 de maio a 01 de julho de 2022, com 19 cursistas. Contou com tutoria, com atividades teóricas realizadas no AVA do ICMBio, atividades práticas em campo e encontros síncronos na Plataforma Teams.

Além dos eventos conduzidos pela COMOB e pelos CNPCs, foram realizados eventos locais nas UCs onde os pontos focais coordenam a capacitação dos monitores da biodiversidade. Os principais foram:

1- Curso de Monitoramento Participativo da Biodiversidade – Programa Monitora, do Subprograma Terrestre – Componente Florestal, realizado no PARNA da Serra do Pardo, em Altamira/PA, de 28/06 a 14/07/2022, com 26 participantes;

2- Capacitação de monitores nos protocolos do Programa Monitora – Componente Florestal, realizado na ESEC do Jari/PA, de 31/07 a 06/08/2022, com 28 participantes;

3- Curso de Capacitação do Programa Monitora – Componente Florestal, realizado na REBIO de Una, em Ilhéus/BA, em outubro/2022, com 13 participantes;

4- Curso do Programa Monitora – Componente Florestal: Protocolos Básicos e Protocolo Avançado de Plantas com Ênfase em Parabotânica, realizado no PARNA da Serra do Divisor/AC, de 26/11 a 13/12/2022, com 23 participantes;

5- Capacitação local do Campestre Savânico para as UCs PARNA Campos Amazônicos, REBIO Guaporé e ESEC Cuniã, realizada em Porto Velho, de 23 a 28/10/2022, com 24 participantes;

6- Curso de capacitação do Programa Monitora – Componente Florestal: Protocolo Avançado de Borboletas Frugívoras, na ESEC Pirapitinga/MG, de 22 a 25 de março de 2022 com 18 participantes, que contou com o CBC como instrutor;

7- Curso de Capacitação local do Componente Florestal – Protocolo Básico Mamíferos e Aves, na ESEC Pirapitinga/MG, de 25 a 29 de março de 2022, com 13 participantes;

8- Curso de Capacitação no Protocolo de Automonitoramento da Pesca Continental – Componente Área Alagável do Subprograma Aquático Continental do Programa Monitora, realizado na RESEX Renascer/PA, de 10 a 14 de outubro de 2022, com 15 participantes;

9- Curso de Capacitação no Protocolo de Automonitoramento da Pesca Continental – Componente Área Alagável, do Subprograma Aquático Continental do Programa Monitora, realizado na RESEX Verde para Sempre/PA, de 23 a 28 de setembro de 2022, com 15 participantes;

10- Curso de Capacitação no Protocolo de Automonitoramento da Pesca Continental – Componente Área Alagável, do Subprograma Aquático Continental do Programa Monitora, realizado no PARNA Anavilhanas/AM, de 23 a 24 de junho de 2022, com 52 participantes;

11- Curso de Capacitação de monitores nos Protocolos de Monitoramento do Alvo Complementar Quelônios – Componente Área Alagável, do Subprograma Aquático Continental do Programa Monitora, na RESEX Unini e no PARNA JAÚ/AM, em agosto de 2022, com 83 participantes. Atividade realizada pelo CEPAM em conjunto com as UCs;

12- Curso de Capacitação dos Protocolos de Monitoramento – Componente Manguezal do Programa Monitora, realizado em Jijoca de Jericoacoara/CE, de 17 a 23 de abril de 2022, com 20 participantes;

13- Curso de Capacitação do Protocolo de Monitoramento de Manguezais, do Subprograma Marinho e Costeiro do Programa Monitora, realizado na Plataforma Google Meet – na APA Costa dos Corais (PE/AL), no dia 05/08/2022, com 5 participantes;

14- Curso de Capacitação do Protocolo de Monitoramento de Manguezais do, Subprograma Marinho e Costeiro do Programa Monitora, realizado na Plataforma TEAMS – na NGI ICMBio São Luís/MA, no dia 10/10/2022, com 9 participantes;

15- Curso de Capacitação dos Protocolos de Monitoramento – Componente Manguezal e da Pesca e Biodiversidade Associada, do Programa Monitora, realizado em Bragança/PA, de 19 a 23 de setembro de 2022, com 30 participantes;

16- Curso de Capacitação nos Protocolos de Monitoramento de Tartarugas Marinhas – Componente Praia, do Subprograma Marinho e Costeiro, para o NGI Salgado Paraense, ministrado pelo TAMAR entre 21 a 25 de fevereiro de 2022 na REBIO Santa Isabel, e entre 22 a 28 de março de 2022 no NGI Salgado Paraense, com 27 participantes.

É também papel da COMOB e dos CNPCs a atuação no planejamento e na organização de oficinas para estruturação e avaliação de componentes, subprogramas e do Programa Monitora como um todo. Em 2022, foram ampliados os espaços para discussão coletiva sobre a implementação do Programa Monitora e houve um avanço com a estruturação de novos componentes no Subprograma Marinho e Costeiro. As principais oficinas realizadas em 2022 foram:

1- Oficina de Avaliação e Planejamento do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade 2022, realizado na Plataforma Teams, entre os dias 21 a 25 de março de 2022, com a participação de 56 UCs, 16 Núcleos de Gestão Integrada, 10 CNPCs, 2 Coordenações e 1 instituição parceira, tendo a média diária de 69 participantes;

2- 1ª Oficina de Gestores e Pesquisadores para Estruturação do Componente Ambiente Recifal do Programa Monitora, realizado no CEPENE, em Tamandaré/PE, entre os dias 20 a 22/06/2022, com 47 participantes, dentre eles os coordenadores da Coordenação Geral de Monitoramento da Biodiversidade – CGPEQ e da COMOB, representantes de UCs, NGIs, CNPCs, além de pesquisadores/especialistas de diversas instituições;

3- 2ª Oficina de Gestores e Pesquisadores para Estruturação do Componente Ilha do Programa Monitora, realizado no CEPENE, em Tamandaré/PE, entre os dias 23 a 24/06/2022, com 40 participantes, dentre eles os coordenadores da CGPEQ e da COMOB, representantes de UCs, NGIs, CNPCs, além de pesquisadores/especialistas de diversas instituições;

4- Encontro dos Saberes: uma Nova Forma de Conversar a Conservação, realizado na ACADEBio, em Iperó/SP, com apoio do IPÊ, com 30 participantes.

Para a execução de atividades do Programa Monitora nas UCs, confecção de material e realização de oficinas e cursos organizados pela COMOB e pelos CNPCs, contou-se com recursos da União e de projetos especiais.

Além do apoio financeiro, a COMOB colocou à disposição das UCs materiais e equipamentos para garantir as atividades de monitoramento.

Em 2022, a COMOB realizou a entrega dos seguintes equipamentos e materiais:

Equipamentos	Quantidade	UCs/NGIs/Centros beneficiados
Bússola	32	16
Câmera fotográfica	2	1
Soprador de ar costal	3	3
Trena eletrônica	24	13
GPS	15	10
Paquímetro	38	10
Refratômetro	16	10
Clinômetro	19	11
Celular	1	1
Tablet	148	57
Materiais	Quantidade	UCs/NGIs/Centros beneficiados
Uniforme (bonés, camisetas, coletes, sacochilas, camisas manga longa e camisas U.V)	1357	69
Armadilha de borboletas	501	17
Plaqueta de árvore	8119	10
Plaqueta de trilha	1.600	4
Botton dos alvos	665	23
Guias de identificação	91	14
Guias de procedimento	63	6
Relatório florestal	760	74

Em fevereiro de 2022, com intuito de popularizar e de divulgar as ações de monitoramento e da sua importância para conservação ambiental, foi lançado o Edital 0001/2022 – Seleção de Voluntários, e selecionados 12 voluntários, sendo 6 para trabalhos no período de 04 de abril de 2022 a 03 de outubro de 2022 e 6 para o período de 03 de outubro de 2022 a 05 de maio de 2023. As atividades desenvolvidas por eles foram: criar perfil público para o Programa Monitora em redes sociais e aplicativos de podcasts; atualizar os perfis públicos do Programa Monitora nas redes sociais; elaborar documentos para divulgação sobre as ações do Programa Monitora; editar imagens para divulgação sobre as ações do Programa Monitora. Diante disso, foi criado o canal do Programa Monitora do Spotify, com podcast e o perfil no Instagram @programamonitora_icmbio.

Ao longo do ano de 2022, o Programa Monitora entregou algumas publicações relevantes, a fim de disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos para a sociedade:

- 1- Relatório 2014-2018 do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, Subprograma Terrestre, Componente Florestal;
- 2- Relatório Triênio 2017-2020 do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, Subprograma Aquático Continental, Componentes Igarapé/Riacho e Área Alagável;
- 3- Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal em Unidades de Conservação – material de capacitação;
- 4- Estratégia Integrada de Monitoramento Aquático Continental na Amazônia – Programa Monitora, Subprograma Aquático Continental;
- 5- Guia do Monitor – Protocolos Básicos para os alvos do Componente Igarapé/Riacho.

Perspectivas

Para os próximos exercícios, está prevista a continuidade do monitoramento nas UCs que integram os componentes para os quais já existem protocolos definidos, a finalização ou o desenvolvimento de protocolos básicos de amostragem de novos componentes (ecossistemas); a implementação do Sistema de Gestão de Dados do Programa Monitora – SISMonitora, que será útil, entre outras funções, para receptionar, armazenar e disponibilizar os dados do Monitora. Além disso, pretende-se consolidar a implementação de ações de gerenciamento e acompanhamento da execução das atividades nas UCs, com utilização de relatórios de acompanhamento e monitoramento das ações planejadas nas UCs vinculadas ao Programa Monitora, iniciados ambos no ano de 2022, mas com a participação de poucas unidades.

Para o ano de 2023, estão previstos, dentre outras entregas: 3 Cursos do Processo Formativo I, disponíveis em plataforma EAD; 1 Curso Nacional (Componente Florestal); além do Roteiro Metodológico para Monitoramento dos Alvos Globais do Componente Florestal, atualizado e publicado.

Tem-se a perspectiva de reduzir o número de UCs com problemas na implementação dos protocolos e, consequentemente, de melhorar o indicador “% de implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade”, mantendo o alto nível de implementação do Programa, com índice acima de 75%.

Indicador Estratégico: Percentual da meta anual de implementação do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
100%	125%

Implementação do PEP ICMBio

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio – PEP ICMBio foi instituído pela Portaria nº 804, de 19 de setembro de 2018, com o objetivo de nortear o desenvolvimento de pesquisas para apoiar a conservação da biodiversidade no País.

Dentro das estratégias institucionais conduzidas para a conservação nos biomas, o PEP ICMBio prevê, entre outros:

- linhas (temas) de prioritários de pesquisa;
- produtos de gestão do conhecimento;
- apoio administrativo-financeiro de fundação ao desenvolvimento de projetos de pesquisa com recursos próprios do ICMBio, de compensação ambiental e/ou no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/ICMBio/CNPq;
- publicações de artigos em periódicos científicos;
- painéis de gestão para consulta da sociedade;
- cursos de capacitação;
- produtos de gestão do conhecimento; e
- campanhas de comunicação e divulgação científica para a sociedade.

2022 foi um ano bastante produtivo quanto à implementação de ações e às iniciativas previstas no PEP ICMBio. A começar por sua atualização, que foi baseada em oficinas e reuniões ocorridas em 2021. Ao longo de 2022, seu texto foi atualizado e encontra-se em fase final de revisão para publicação.

O Projeto "Avaliação do impacto do fogo sobre a biodiversidade do Pantanal" teve as ações previstas no projeto para 2022 conduzidas pelas equipes dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação que atuam no bioma Pantanal: Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado – CBC, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros – CPB, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – CENAP, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental – CEPTA, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN. Os resultados do segundo ano do projeto foram apresentados em reunião de encerramento ocorrida em fevereiro de 2022.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do ICMBio – PIBIC/ICMBio possibilitou o desenvolvimento e a conclusão de 43 projetos de Iniciação Científica do ciclo 2021/2022. E mais 54 projetos foram selecionados e iniciaram a execução no ciclo 2022/2023 do Programa.

Os 24 projetos apoiados no âmbito da Chamada nº 18/2017 CNPq/ICMBio/FAPs – Pesquisa em Unidades de Conservação da Mata Atlântica e da Caatinga, e financiados com recursos de compensação ambiental, com a redução das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia da covid-19, concluíram sua implementação e elaboração de produtos aplicados à gestão das unidades de conservação envolvidas, estando planejada para 2023 uma publicação de divulgação científica sobre os projetos desenvolvidos.

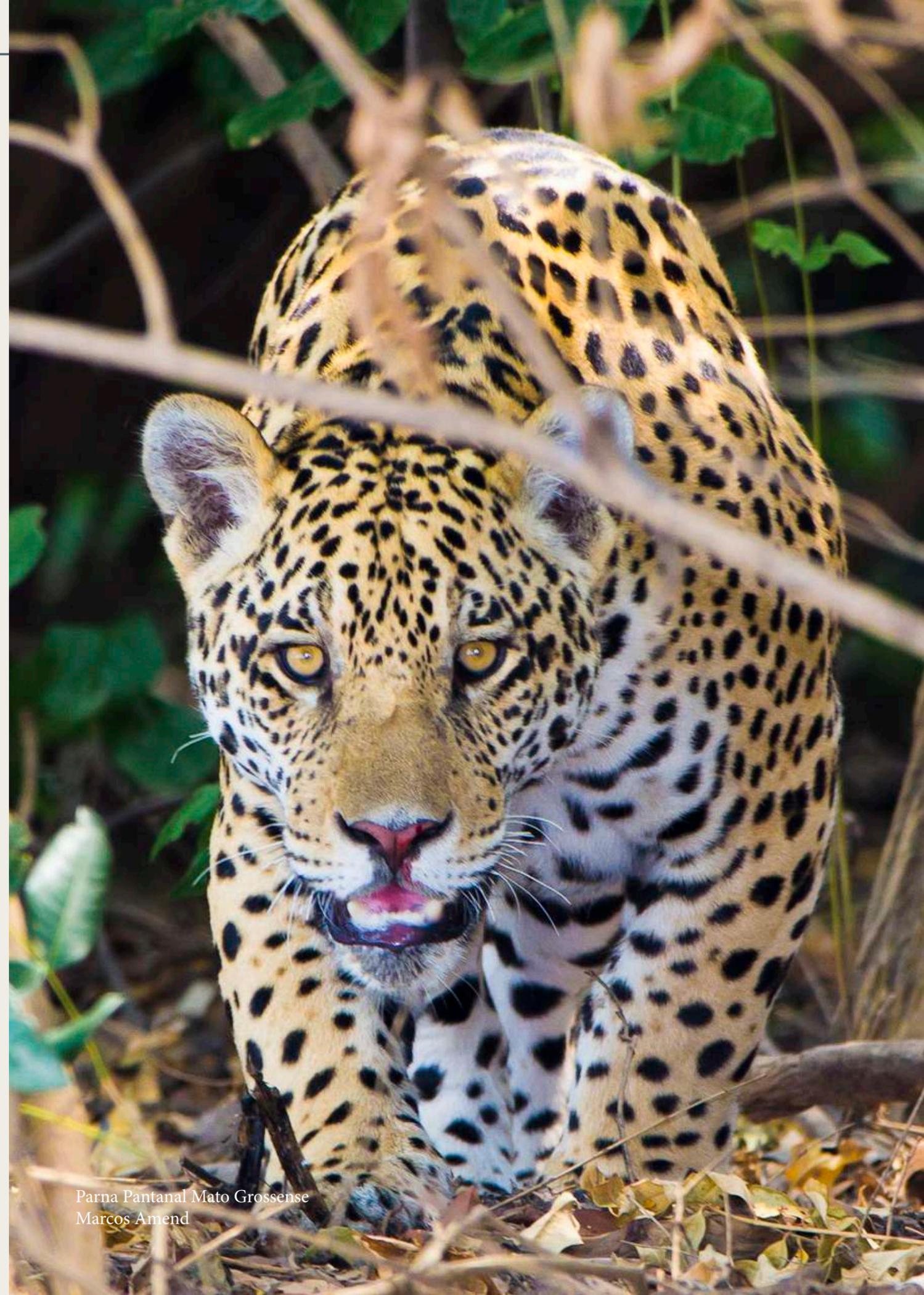
De 7 a 11 de novembro de 2022, foram realizados o XII Seminário de Pesquisa de Pesquisa e XIII Encontro de Iniciação do ICMBio: 15 anos de pesquisas para a conservação da sociobiodiversidade e do patrimônio espeleológico. O evento contou com 803 inscritos, cerca de 309 participantes nas palestras e mesas redondas, e apresentação de 158 trabalhos de pesquisa na forma de vídeos-pôsteres. Durante o encontro de iniciação científica, foi realizada a avaliação final e conclusão dos trabalhos desenvolvidos durante o ciclo PIBIC/ICMBio 2021/2022; e foram premiados os trabalhos com as melhores notas resultantes da avaliação.

Em 19 de setembro de 2022, foi publicada a Portaria nº 748, promovendo a consolidação normativa sobre diversos atos que dispunham sobre o Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade – Sisbio. Com isso, as normas foram reunidas em somente um ato e abrem caminho para maior cooperação com os estados na gestão dos processos autorizativos das pesquisas. A equipe gestora do Sisbio trabalhou também na implementação de melhorias, na análise de solicitações (1.500 análises) e no atendimento aos usuários e operadores (foram 8,8 mil atendimentos).

Visando capacitar os usuários externos do Sisbio, o Curso "Sisbio – curso básico para pesquisadores" foi elaborado e disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/EVG. Em 2022, o curso teve mais 1.714 inscrições; no entanto ainda tem um baixo índice de aprovação/conclusão (23%). De modo a melhorar esse percentual, o curso e as atividades avaliativas serão simplificados em 2023.

Em dezembro, foi assinada a Portaria nº 1.259/2022, designando os membros da Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA Nacional, colegiado que analisará os aspectos éticos das pesquisas desenvolvidas pelo ICMBio, em observância ao previsto na Lei nº 11.794/2008.

Ao longo do ano, a Revista Biodiversidade Brasileira – BioBrasil lançou cinco edições, totalizando 48 artigos publicados: n. 1: PIBIC-ICMBio – Resultados dos Projetos (25 artigos); n. 2: Fluxo Contínuo (22 artigos); n. 3: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas (22 artigos); n. 4: Fluxo Contínuo (11 artigos); e n. 5: Manejo Comunitário de Recursos Naturais em Unidades de Conservação (12 artigos). Até 2020, as submissões eram feitas apenas através de chamadas temáticas, passando, então, a publicar também em fluxo contínuo. Trata-se de um modelo de publicação em que a revista recebe o manuscrito, realiza o processo editorial e publica o artigo sem que haja a necessidade de uma chamada específica, com aderência a um tema proposto. Assim, estando dentro do escopo da revista e tendo sido aprovado pelo processo de avaliação denominado "duplo cego" (em que os avaliadores não sabem quem são os autores e vice-versa), o artigo é publicado. Em 2022 também foram abertas quatro chamadas para edições temáticas: Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, Biologia e Conservação de Morcegos no Brasil, Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora e Edição temática do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic/ICMBio: Resultados dos Projetos.



Parna Pantanal Mato Grossense
Marcos Amend

No âmbito da Iniciativa Estratégica “SISBIA – Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental”, as equipes do ICMBio e do IBAMA publicaram a Portaria Conjunta IBAMA/ICMBio nº 7, de 25 de novembro de 2022, instituindo o Sistema, que está em fase de ajustes finais para o treinamento de usuários.

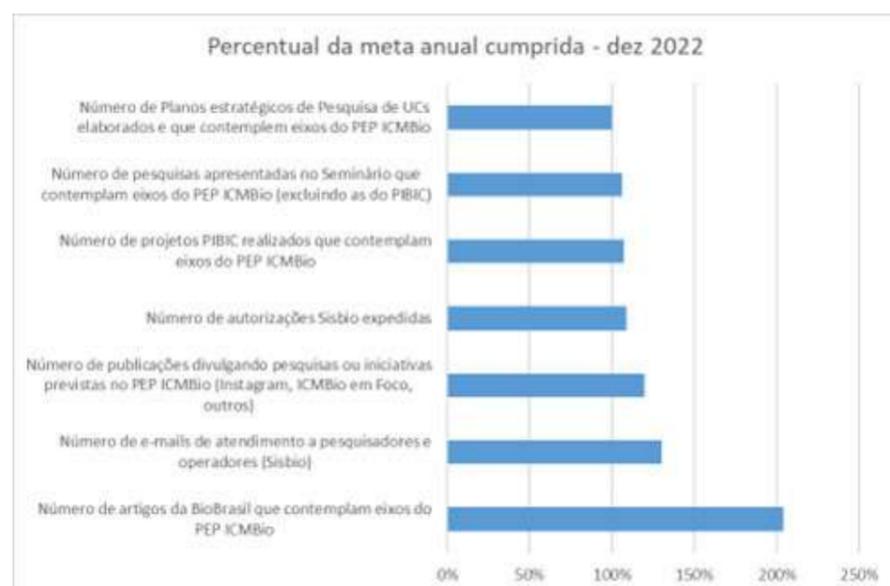
Durante o ano, o perfil Pesquisa ICMBio no Instagram: (@pesquisa.icmbio) possibilitou seu crescimento e consolidação como estratégia de divulgação científica e comunicação com o público interno (servidores do ICMBio e colaboradores) e externo (sociedade em geral). Até dezembro/2022, o perfil alcançou 19,5 mil seguidores e 348 publicações de conteúdos relativos às atividades, ações e iniciativas de pesquisa para a conservação, e tem propiciado interações e fomentado parcerias.

Ações voltadas à implementação do PEP ICMBio

Ações	Meta para 2022	Monitoramento – dez 2022 (acumulado em 2022)	Percentual da meta anual cumprida – dez 2022
Número de projetos PIBIC realizados que contemplam eixos do PEP ICMBio	40	43	107%
Número de pesquisas apresentadas no Seminário que contemplam eixos do PEP ICMBio (excluindo as do PIBIC)	70	115	106%
Número de artigos da BioBrasil que contemplam eixos do PEP ICMBio	45	92	204%
Número de e-mails de atendimento a pesquisadores e operadores do Sisbio	6.800	8.853	130%
Número de autorizações Sisbio expedidas	1000	1094	109%
Número de publicações divulgando pesquisas ou iniciativas previstas no PEP ICMBio (Instagram, ICMBio em Foco, outros)	290	348	120%
Número de Planos Estratégicos de Pesquisa de UCs elaborados e que contemplam eixos do PEP ICMBio	1	1	100%
Média dos percentuais	-	-	125%*

*O indicador corresponde à média dos percentuais de seus componentes (ações voltadas à implementação do PEP ICMBio)

Como uma maneira de avaliar os serviços previstos no PEP ICMBio, foram selecionados indicadores de sua implementação, descritos na Tabela acima e esquematizados neste gráfico:



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

SIS-Monitora: Sistema de gestão de dados de biodiversidade do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora). O Sistema permite automatizar todo o processo de coleta de dados previstos no Programa Monitora, o que facilita a análise e a apresentação de resultados para a tomada de decisão.

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES

- 1 - formulários de entrada de dados de monitoramento da biodiversidade criados e testados;
- 2 - metodologia criada para incorporar dados anteriores aos do Programa Monitora no sistema;
- 3 - primeira versão do sistema desenvolvida.

SISBIA: Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental. O SISBIA visa manter um registro único dos dados de biodiversidade levantados pelos estudos biológicos exigidos no licenciamento ambiental, o que amplia o conhecimento utilizado em vários processos do ICMBio

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES

- 1 - sistema desenvolvido e entregue;
- 2 - normas de uso e operação publicadas;
- 3 - melhorias planejadas para o sistema em implementação.

4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 18:
Promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional

Este item visa apresentar os resultados alcançados em consonância com os objetivos estabelecidos no ano de 2022. Em especial, o Objetivo Estratégico 18.

FORÇA DE TRABALHO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

O ano de 2022 representou importante passo para o ICMBio no que se refere à distribuição da força de trabalho. Foi publicada a Portaria ICMBio nº 306, de 20 de abril de 2022, que instituiu a Política de Remoção e regulamentou a remoção, a alteração de lotação, o recrutamento para remoção, o Concurso Interno de Remoção – CIR e os critérios para a distribuição e definição do Quadro de Distribuição de Servidores – QDS.

O grande avanço é representando pelo QDS, painel que constitui a ferramenta institucional de identificação do quantitativo e da alocação adequada do quadro de pessoal do ICMBio, conforme as orientações e os critérios estabelecidos na Política de Remoção.

Ainda em relação à força de trabalho, destaca-se que o quadro de pessoal do ICMBio é diverso, composto principalmente de servidores efetivos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e Agentes Temporários Ambientais, conforme Figura 1.1 – Força de Trabalho Ativa por Situação Funcional:



Figura 1.1 – Força de Trabalho Ativa por Situação Funcional

AGENTES TEMPORÁRIOS AMBIENTAIS – ATAS

Em 2022, o ICMBio seguiu reforçando a política de presença institucional de forma ampla nas unidades de conservação, mantendo o aprimoramento do corpo técnico de ATAs com a contratação de mais 1.082 agentes e a prorrogação de 1.000 contratos vigentes que se iniciaram em 2020 e 2021.

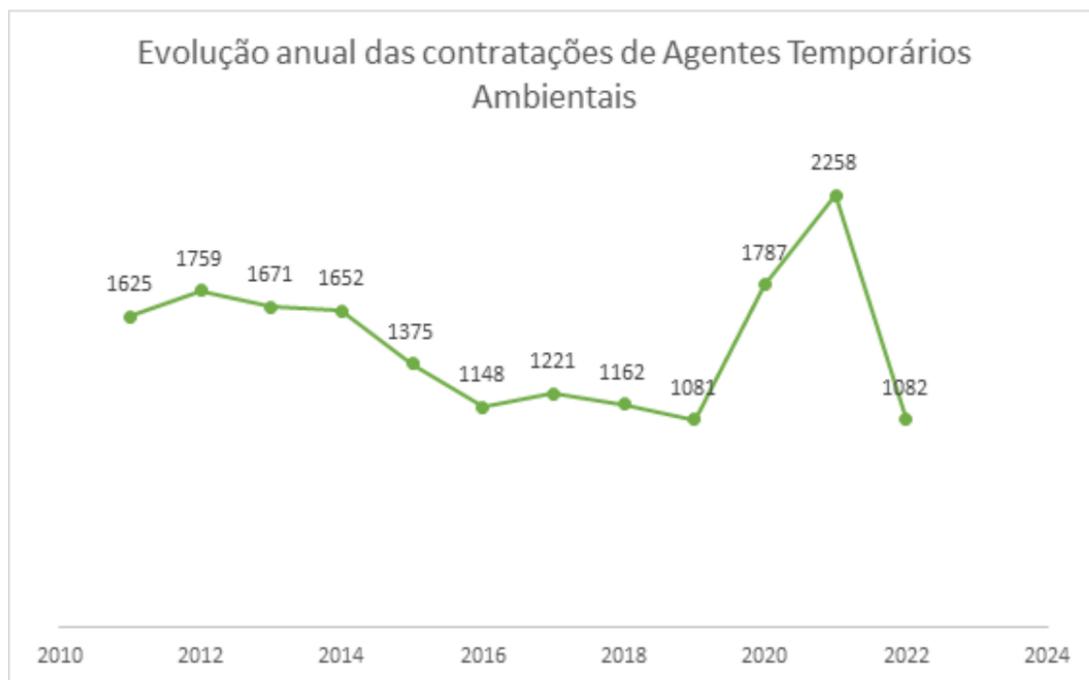


Figura 1.2 – Evolução anual do quadro de Agentes Temporários Ambientais

A atuação dos ATAs ocorre conforme o nível do contrato, em ações de prevenção, controle e combate de incêndios florestais; preservação de áreas consideradas prioritárias para a conservação ambiental; apoio, em caráter auxiliar, no manejo e na pesquisa de espécies ameaçadas ou que possuam plano de ação nacional, projetos de preservação e uso sustentável; apoio operacional à gestão das unidades de conservação na identificação, demarcação e consolidação territorial; realização de ações de conscientização, orientação e educação ambiental; recuperação de áreas degradadas, atividades socioambientais e científicas, atividades finalísticas e da área meio do ICMBio, um importante incremento para a força de trabalho.

Entre os avanços, destacam-se: a ampliação do tempo de experiência no contrato, passando de 30 para 60 dias, facilitando, assim, a gestão das chefias quanto à manutenção de profissionais mais qualificados; a criação do Serviço de Cadastro dos Agentes Temporários Ambientais – SEATA, com equipe e demandas mais estruturadas para melhor gerenciar o aumento do número de servidores temporários; a elaboração e disponibilização do Painel de Força de Trabalho dos Temporários (Power BI), uma ferramenta para levantamentos, projeções e processos seletivos; a atualização do Sistema Brigadistas – SICAE, que agora comporta mais funcionalidades conforme as necessidades identificadas ao longo dos últimos anos; e a criação do canal de atendimento pelo WhatsApp Business, facilitando e agilizando os atendimentos às unidades e aos agentes temporários.

ESTAGIÁRIOS

O Programa de Estágio no Instituto proporciona um importante espaço de formação multidisciplinar em diversos ambientes, e, assim, oportuniza ao estagiário um aprendizado permanente e o desenvolvimento de competências essenciais para sua atuação profissional.

A evolução da composição do quadro de estagiários ativos ao longo do ano de 2022 pode ser vista na figura abaixo:

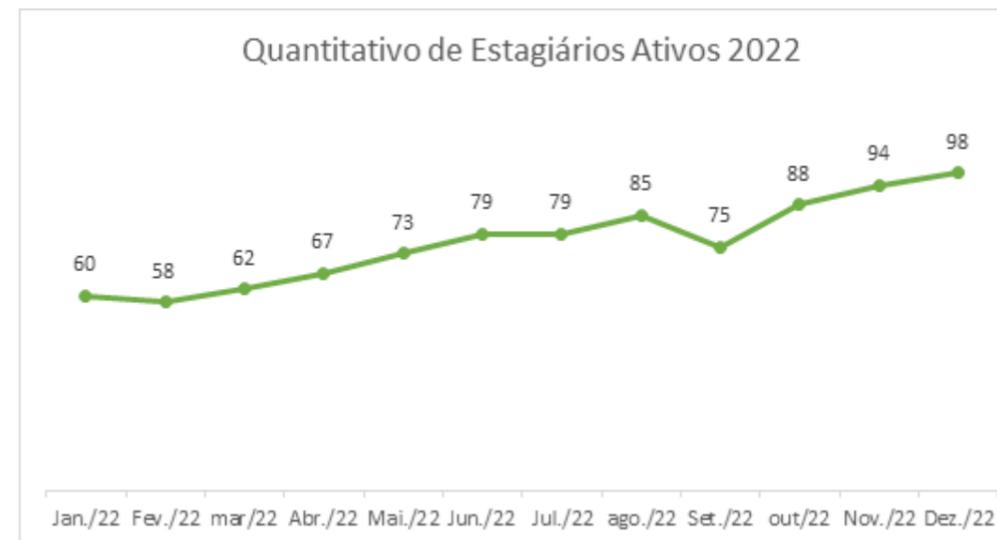


Figura 1.3 – Quantitativo de estagiários ativos 2022

O valor executado com as bolsas de estágio e com a taxa administrativa junto ao Agente de Integração, CIEE, em 2022, foi de R\$ 1.350.598,33.

Informações completas do Programa podem ser acessadas no [Painel de Informações do Quadro de Estagiários](#).

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

A Gestão por Competências é uma poderosa ferramenta de gestão que se propõe a trazer subsídios para a modernização das políticas e práticas de gestão de pessoas, visando potencializar a força de trabalho, a efetividade das ações, bem como o alcance dos objetivos estratégicos institucionais. É implementada principalmente para qualificar e capacitar os servidores, entretanto, é também subsídio para modernizar as políticas de mobilidade, nomeação, recrutamento e seleção. As atualizações estão disponíveis para consulta na 2ª Edição do Dicionário de Competências.

Em 2022, houve a continuidade do processo de revisão das competências para, entre outros pontos, realizar mais um Ciclo de Mapeamento das Lacunas. Ness nova etapa, a partir das orientações disponibilizadas no [Manual de Revisão das Competências](#), e com o retorno à consulta realizada junto a diversas unidades do ICMBio (Sede, Centros de Pesquisa, Gerências Regionais e UCs), para a validação das competências mapeadas como necessárias ao desenvolvimento das suas respectivas ações, procedeu-se com os ajustes de informações no Sistema de Gestão de Competências – GESTCOM.

Com os ajustes efetuados, ainda em 2022 foi realizado e concluído o Terceiro Ciclo de Mapeamento das Lacunas de Competências do ICMBio, com os chefes e servidores do Instituto, conforme [relatório](#) disponibilizado no painel de informação. A Figura 1.4- Competências Transversais com Alta Lacuna 2022 apresenta uma amostra dos resultados obtidos.

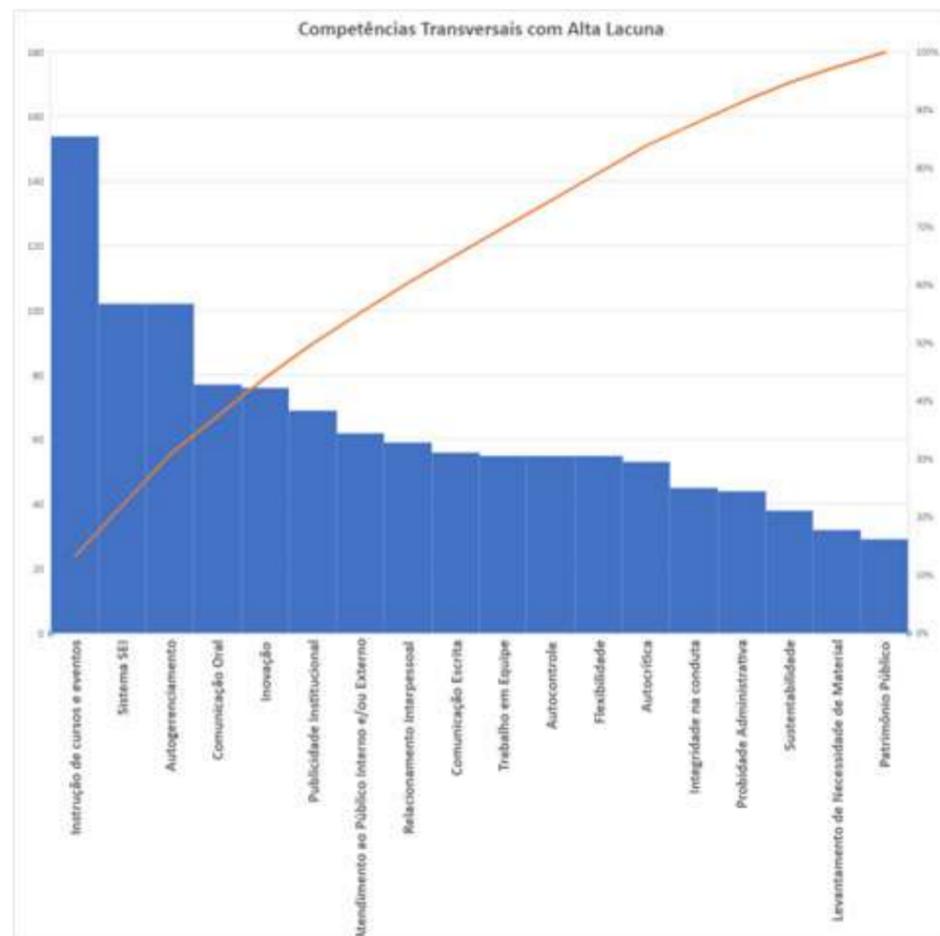


Figura 1.4 – Competências Transversais com Alta Lacuna 2022

CARREIRA E DESEMPENHO

Foi realizada a revisão da [Portaria nº 465, de 26 de novembro de 2013](#), que trata dos critérios e procedimentos da avaliação de desempenho e da atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental – GDAEM, e encaminhada à Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho – CAD para análise e manifestação. Em 2023, será encaminhada para consulta pública dos servidores.

Com o intuito de orientar servidores e gestores, bem como integrar os instrumentos de gestão existentes no Instituto, foi elaborado o [Guia de Orientações para Elaboração de Metas do Plano de Trabalho da Equipe](#), em parceria com a Divisão de Monitoramento e Avaliação de Gestão de Unidades de Conservação – DMAG e a Coordenação de Governança e Gestão Estratégica – CGOV, e com a contribuição de servidora egressa do Ciclo de Formação em Gestão para Resultados.

Para os 166 novos servidores, oriundos do concurso público regido pelo Edital nº 1 - ICMBio, de 26 de novembro de 2021, foi elaborada a [Cartilha de Gestão do Desempenho](#) para orientá-los quanto ao impacto na sua carreira.

Uma nova ferramenta para acompanhamento do desempenho do servidor foi disponibilizada no SIGEPE Módulo de Avaliação de Desempenho – AD, o Diário de Bordo. Por meio dele, conforme [tutorial elaborado](#), a chefia e o servidor podem realizar feedbacks, incentivar ou reorientar comportamentos e verificar a necessidade de ajustes nas metas durante o ciclo avaliativo. A Tabela 1.1 – Servidores Avaliados e Recursos apresenta os números de servidores avaliados e de recursos gerados em 2022.

Servidores avaliados	1.286
Reconsiderações/Recursos	25

Tabela 1.1 – Servidores Avaliados e Recursos

PROGRESSÃO FUNCIONAL E PROMOÇÃO

O desenvolvimento dos servidores na Carreira de Especialista em Meio Ambiente ocorre por meio da progressão funcional/promoção, sendo aplicada a todos os servidores ativos que ainda não alcançaram a última classe/padrão. São requisitos para concessão: interstício de um ano, avaliação de desempenho e capacitação – esta apenas no caso da promoção. Considera-se a data de entrada em exercício no cargo para contagem do tempo.



Figura 1.5 – Promoções e Progressões 2022

GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO – GQ

Concedida aos servidores de cargo efetivo de nível superior e intermediário da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, graduação, especialização ou cursos de capacitação ou graduação profissional.

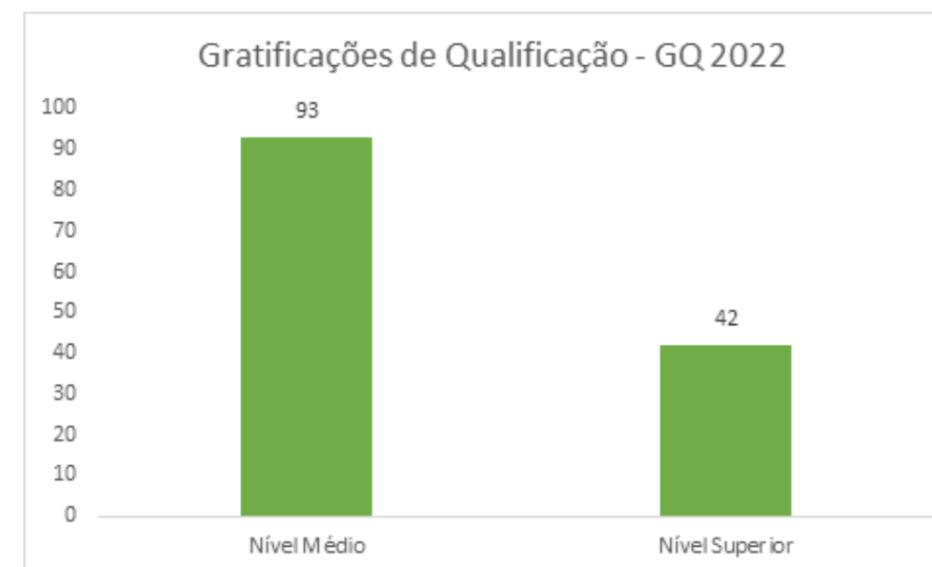


Figura 1.6 – Gratificações de Qualificação – GQ 2022

CONCURSO PÚBLICO

Em 2022, iniciaram-se as fases de nomeação e de posse dos servidores públicos efetivos aprovados no certame do Concurso Público ICMBio 2021.

Ao todo, foram empossados 164 novos servidores, sendo 61 analistas ambientais e 103 técnicos ambientais, distribuídos em diversas unidades organizacionais localizadas na Amazônia Legal. Essa quantidade representa um aumento de, aproximadamente, 12% da força de trabalho de servidores efetivos no ICMBio.

Como parte do processo de ambientação dos novos servidores, foi realizado também o Curso de Formação em Biodiversidade, a distância, e, na sequência, o Curso de Formação em Biodiversidade, etapa presencial. Nesse segundo momento, o Curso teve duração de pouco mais de 30 dias na sede da ACADEBio, localizado na cidade de Iperó/SP.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O ICMBio investe na capacitação de seu quadro de pessoal para o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e transversais, a partir das lacunas de competências mapeadas, como uma das ações para alcançar o **Objetivo Estratégico 18**, que é “Promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional”.

Assim, no ano de 2022 o ICMBio atingiu as metas definidas para tal objetivo, uma vez que dos 1.753 servidores do Instituto, 1.187 participaram de processos de capacitação, perfazendo um total de 67,71% dos servidores capacitados.

Indicador Estratégico: Percentual de servidores do ICMBio capacitados	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
30%	67,71%

Tabela 1.2 – Percentual de servidores do ICMBio capacitados em 2022

E foi executado 53,21% do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP, com a execução de 58 das 109 ações previstas.

Indicador Estratégico: Percentual execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP do ICMBio	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
30%	53,21%

Tabela 1.3 – Percentual da execução do PDP em 2022

Dessa forma, a meta de 30% definida para cada um dos dois indicadores acima mencionados, para o ano de 2022, foi superada. A diversidade de temáticas dos cursos oferecidos, aliada às possibilidades oferecidas pelas modalidades EaD e híbrida, como um cenário que permanece fortalecido ao longo dos últimos anos, possibilitou o alcance da meta proposta.

Importante destacar, ainda, que 195 pessoas em cargos de chefia foram capacitadas, o que corrobora ainda mais para o desenvolvimento das competências dos ocupantes desses cargos, estratégicos para a instituição.

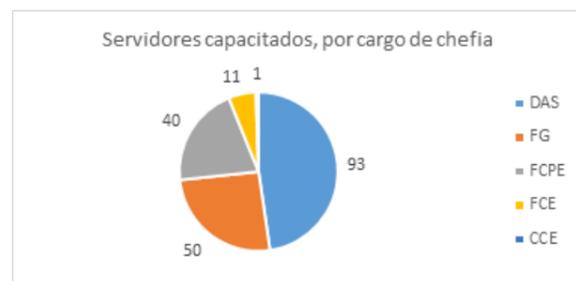


Figura 1.7 – Servidores capacitados, por cargo de chefia

Um dos cursos de maior destaque em 2022 foi o Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade, ofertado para os 153 servidores que ingressaram no ICMBio por meio do concurso público. O curso finalizou com a formação dos educandos como agentes de fiscalização ambiental, prosseguirá em 2023 com as etapas de vivência no território e um seminário de integração ao final, a ser realizado na ACADEBio.

Também se destacaram os cursos relacionados ao manejo do fogo, com pessoas capacitadas em todo o território nacional, e o Curso de Formação de Agentes de Fiscalização, que formou 54 novos fiscais ambientais, totalizando 207 fiscais ambientais em 2022. Mais informações sobre os cursos realizados estão disponíveis [no Painel de execução dos cursos da ACADEBio](#).

Cabe salientar que, devido às restrições orçamentárias em 2022, o número de ações presenciais foi reduzido, e muitas delas poderão vir a compor o PDP 2023, uma vez que as lacunas de competência continuam sendo identificadas junto às áreas técnicas. Assim, priorizar a execução desses cursos será uma das estratégias para o próximo ciclo.

Além das ações promovidas pelo ICMBio, é fundamental destacar as ações de capacitação geradas com parcerias, das quais a Escola Virtual de Governo – EVG se destaca com a temática de Meio Ambiente no catálogo de cursos da plataforma virtual da EVG/ENAP.

Em 2022, houve a inclusão de novos 4 cursos na temática de Meio Ambiente no catálogo de cursos cujo conteúdo é do ICMBio:

- Avaliadores de Artigos Científico
- Voluntariado no ICMBio: Manejo Integrado do Fogo
- Unidades de Conservação Federais: Serviços de Apoio à Visitação e Autorização de Eventos
- Gestão do Voluntariado no ICMBio: Manejo Integrado do Fogo

Considerando as ações desenvolvidas pela ACADEBio, os cursos em que o ICMBio é conteudista na ENAP e as ações de demanda espontânea, no ano de 2022 teve o seguinte quadro:

- 2755 servidores do ICMBio capacitados em 95 ações de capacitação;
- 29 ações promovidas pelo ICMBio, nas modalidades EaD, semipresencial, híbrido e presencial;

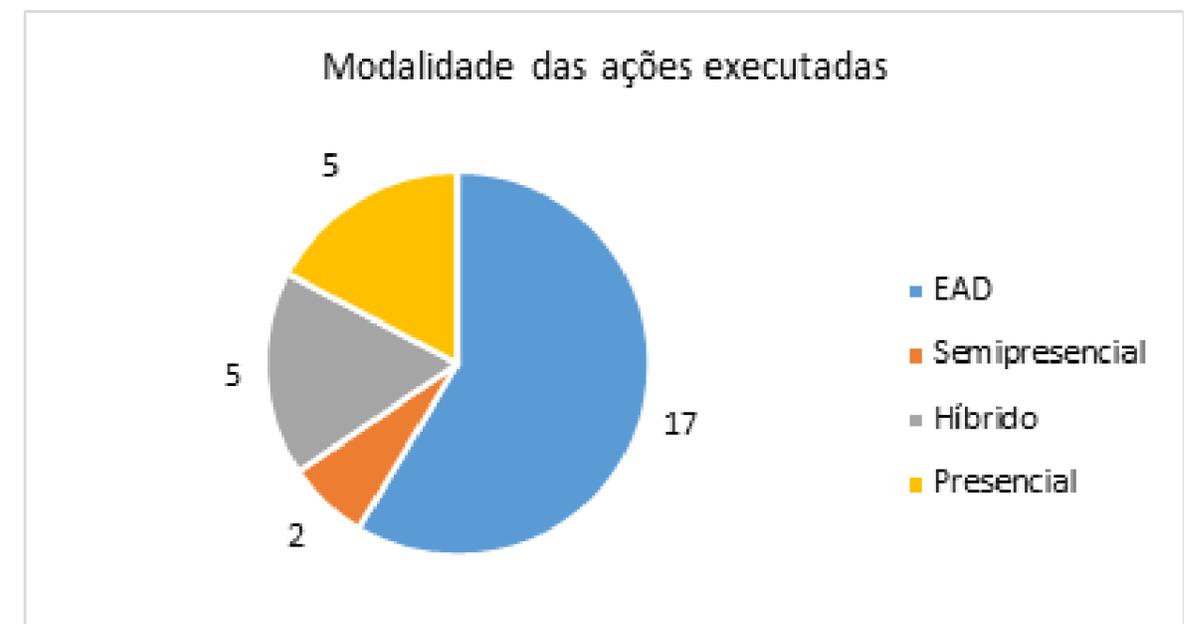


Figura 1.8 – Modalidade das ações executadas

- 57 servidores apoiados em cursos de demanda espontânea:

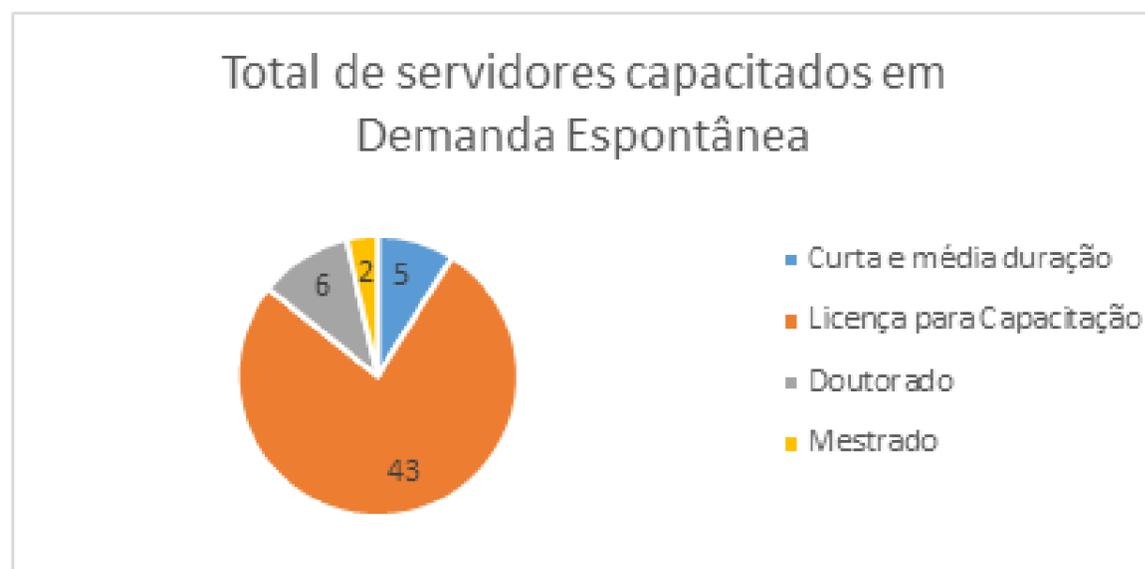


Figura 1.9 – Total de servidores capacitados em demanda espontânea

- 6.689 pessoas capacitadas em, pelo menos, 1 dos 9 cursos disponíveis na plataforma virtual da EVG/ENAP.

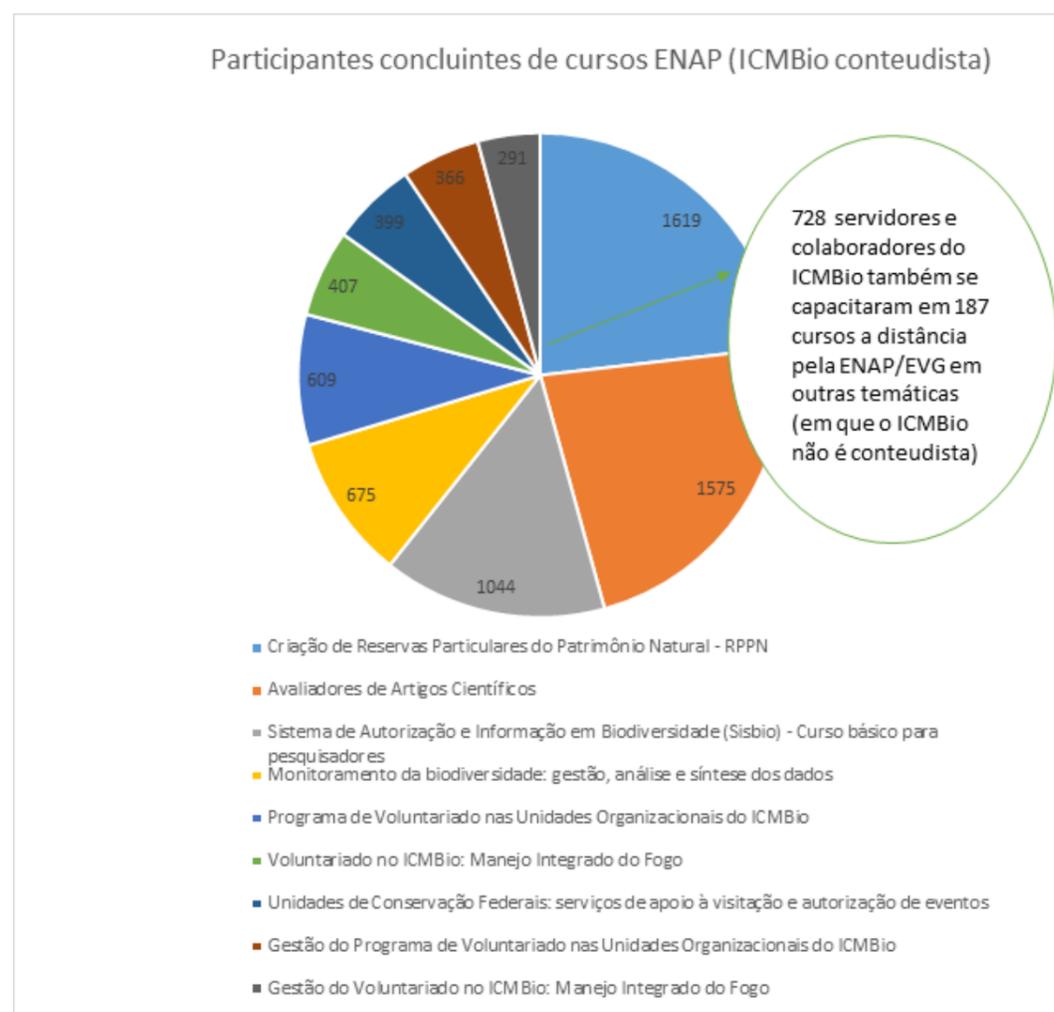


Figura 1.10 – Participantes concluintes de cursos ENAP (ICMBio conteudista)

A Tabela 1.4 traz informações sobre os valores investidos em capacitação em 2022.

DETALHAMENTO	ALUNOS	EQUIPE PEDAGÓGICA
Inscrição em cursos de curta e média duração	R\$ 21.000,00	-
Deslocamento (passagens, diárias e auxílio deslocamento)	R\$ 888.207,00	R\$ 179.945,00
Contratos ACADEBio (alimentação, traslado, lavanderia e demais itens de eventos)	R\$ 857.332,00	R\$ 480.766,00
GECC	-	R\$ 315.188,00
TOTAL		R\$ 2.742.434,00*

Tabela 1.4 – Valores investidos em capacitação em 2022

*Podem existir outros custos envolvendo ações de capacitação.

SERVIÇO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – SEQVT

O Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho foi criado a partir da nova estrutura do Instituto. No ano de 2022, foi feito um planejamento contemplando as novas atividades vinculadas ao setor, incluindo a implementação da [Política de Qualidade de Vida no Trabalho](#), a revisão do antigo [Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT](#), e a compilação das prioridades institucionais foi dada no [Plano de Ação Anual Nacional – PAAN/QVT](#), ambos instrumentos da Política de QVT. Também como instrumentos da nova Política, temos o Núcleo de Estudos e Formação em Gestão de Conflitos – MEDIARE e o [Plantão Psicológico](#), com a disponibilização de duas psicólogas para atendimento de todos os agentes públicos do Instituto. Em 2022, o MEDIARE atendeu 21 unidades organizacionais, e cerca de 160 servidores foram diretamente beneficiados. Também ministrou curso para formação de 25 gestores em gestão de conflitos interpessoais em equipes. Ainda durante o exercício, foram realizados 182 atendimentos por meio do Plantão Psicológico.

O Serviço seguiu responsável por analisar, orientar e dar os devidos encaminhamentos à concessão de licença para tratamento de saúde do próprio servidor, licença para acompanhamento de pessoa da família, licença à gestante, à/ao adotante e licença paternidade, licença por acidente em serviço. Além disso, auxiliou as Gerências Regionais, os Centros de Pesquisa e as UCs no que tange aos procedimentos relacionados à recepção de atestados médicos e devidos encaminhamentos, assim como analisou e orientou os servidores quanto aos auxílios transporte, natalidade, alimentação, assistência à pré-escola, assistência à saúde suplementar e demais benefícios aos quais os servidores públicos civis da União fizerem jus.

PROGRAMA DE GESTÃO NA MODALIDADE TELETRABALHO

Buscando aprimorar o instrumento que permite ao agente público executar as atividades fora das dependências físicas do ICMBio, foi atualizada a normativa do teletrabalho, por meio da Portaria ICMBio nº 512, de 21 de junho de 2022, de maneira remota com utilização de recursos tecnológicos, sob a denominação parcial ou integral. Foram observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidos em Portaria bem como foram atendidos os novos dispositivos legais do Ministério da Economia, os entendimentos da Procuradoria Federal Especializada em atuação no ICMBio e à expertise alcançada após a implementação do Programa de Gestão na modalidade teletrabalho.

Nessa linha, destacam-se a inclusão dos estagiários como possibilidade de atuação em teletrabalho, as alterações da periodicidade de realização e as formas de avaliação dos servidores e unidades, buscando o foco em resultados, bem como a possibilidade de execução do teletrabalho no exterior, dentre outros.

Em 2022 o ICMBio teve 641 servidores, empregados públicos, chefias sem vínculo, dentre outros, em teletrabalho, seja sob a denominação de teletrabalho parcial ou integral, que representa cerca de 30% da força de trabalho.

FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

A folha de pagamento de pessoal do ICMBio é composta, em sua maioria, por servidores efetivos, aposentados e agentes temporários ambientais, além dos estagiários e das chefias sem vínculo. Mensalmente há um investimento médio de R\$ 30 milhões nessa força de trabalho, o que representou, em 2022, cerca de R\$ 394 milhões.

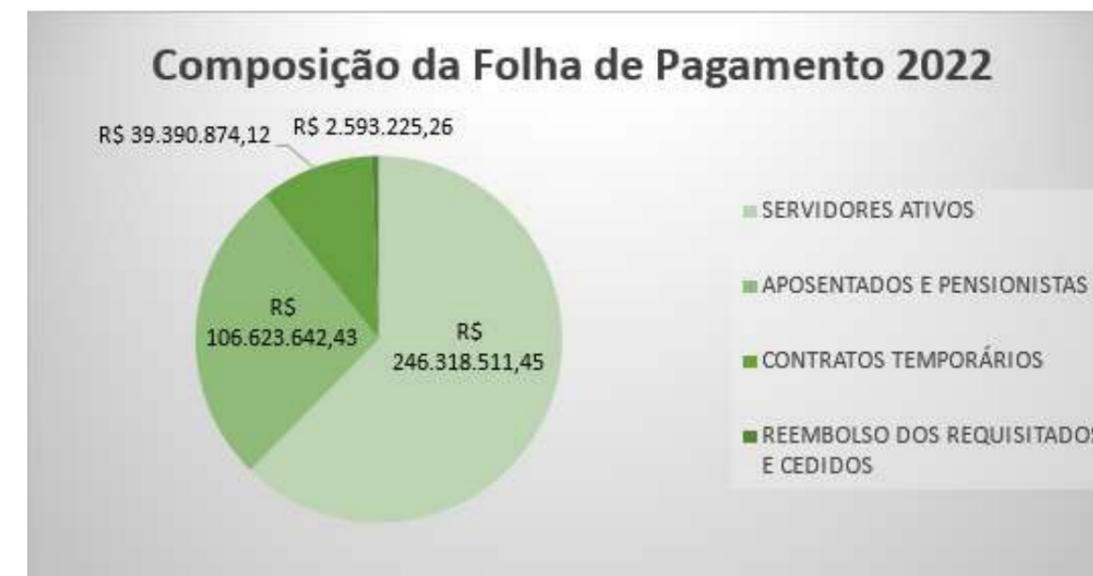


Figura 1.12 – Composição da folha de pagamento em 2022



Quando comparado com o ano de 2021, observa-se um aumento significativo no investimento da força de trabalho. Essa alteração decorre do ingresso de 164 servidores efetivos oriundos do concurso público.

É importante destacar também o pagamento de indenizações e auxílio garantidos por lei, que representaram mais de R\$ 10 milhões.

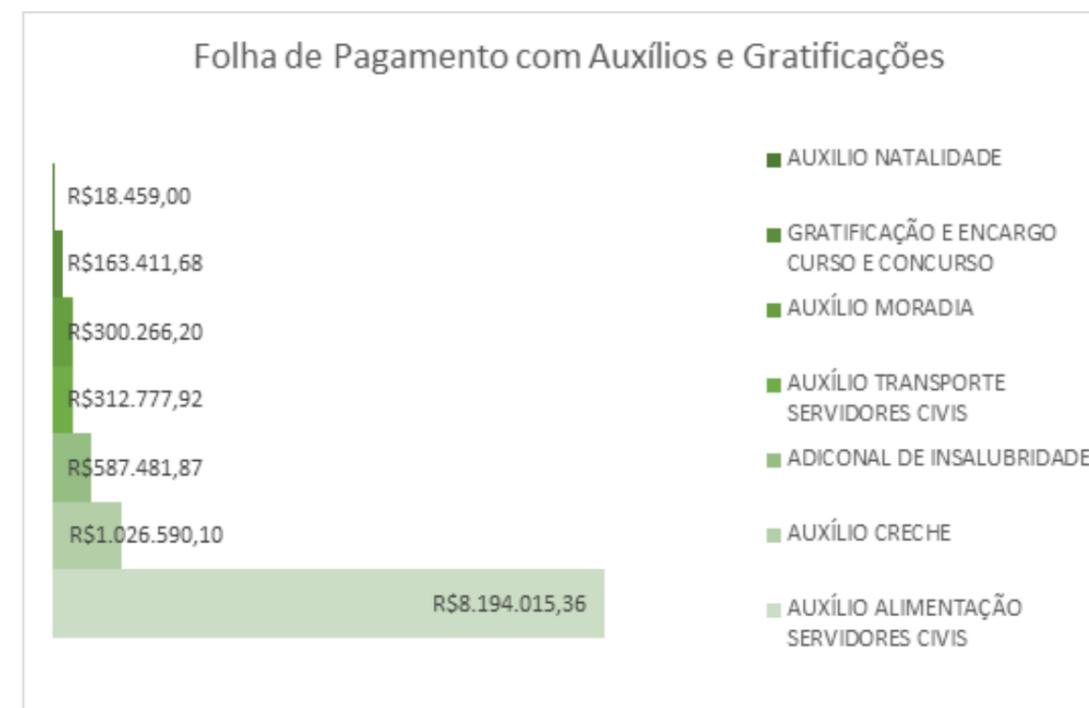


Figura 1.13 – Folha de pagamento, com auxílios e gratificações

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Os adicionais de insalubridade e periculosidade estão previstos no artigo 68 da Lei nº 8.112/1990 e garantem aos servidores comissionados, efetivos e temporários a indenização devido à exposição a fatores de risco durante a execução de suas atividades. Em 2022, foi possível ampliar a concessão dos adicionais ocupacionais aos servidores temporários, garantindo aos agentes temporários ambientais a indenização devida à exposição ao calor e a agentes químicos, ao trabalho sob condições hiperbáricas e a atividades e operações perigosas com inflamáveis.

Em 2022, o ICMBio destinou R\$ 1.112.446,78 para o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade a servidores efetivos, comissionados e temporários.



Figura 1.14 – Distribuição dos adicionais ocupacionais

No último ano, chegou-se a 95% das unidades descentralizadas com laudo técnico de avaliação ambiental. Esse é o documento que apresenta a caracterização e a justificativa para a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da administração pública federal. Ele é elaborado por um profissional especializado, responsável por inspecionar cada uma das unidades organizacionais do ICMBio.

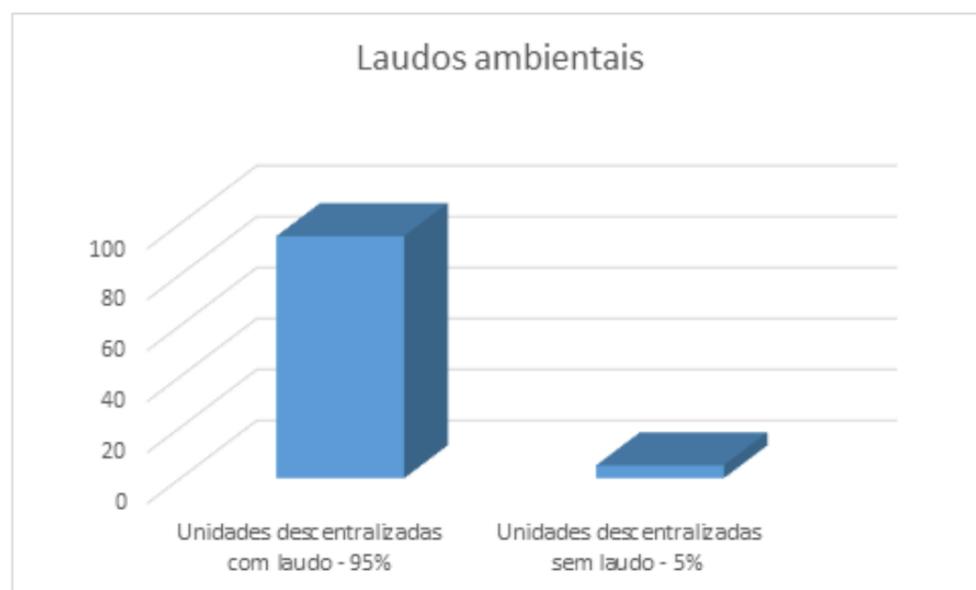


Figura 1.15 – Laudos ambientais

Também em 2022 foi lançado o e-book [Entendendo os Adicionais Ocupacionais no ICMBio](#), que buscou orientar os servidores sobre os adicionais concedidos para aqueles que exercem suas atividades em condições insalubres e de periculosidade. A publicação disponibilizou informações sobre laudo pericial, portaria de localização e fichas individuais de atividades, buscando esclarecer todos os procedimentos que envolvem a concessão dos adicionais. O material também faz parte do [Programa de Integridade do ICMBio \(Integra+\)](#).

ASSESSORIA JURÍDICA NA GESTÃO DE PESSOAS

Em conformidade com a [Lei nº 8.112/1990](#) e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o ICMBio observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e os órgãos de controle (TCU e CGU). Nesse contexto, o ICMBio aplica as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC, que normatiza e orienta as unidades de gestão de pessoas do executivo federal.

Ademais, mediante dados obtidos no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no Sistema de Gestão de Acesso – SIGAC e no Sistema de Gestão de Pessoas – SIGEPE são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de modo a evitar e corrigir eventuais inconsistências que poderiam ser apontadas pelos órgãos de controle.

Além disso, periodicamente são realizados apontamentos pelos órgãos de controle e pela Auditoria Interna do Instituto, solicitando esclarecimentos e adoção de providências, quando necessário.

Dentre os apontamentos mais relevantes realizados pelo TCU em 2022, estão a acumulação irregular de cargos e o descumprimento da jornada de trabalho.

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores:

- 1 - controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- 2 - controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC e E-Pessoal, ambos do TCU;
- 3 - atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
- 4 - acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário;
- 5 - acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- 6 - análise e manifestação das consultas e casos de conflito de interesse e nepotismo.

Os servidores entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a [Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993](#).

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC e E-Pessoal, conforme [Instrução Normativa TCU nº 78, de 21 de março de 2018](#). Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da [Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013](#).

Por fim, a área de gestão de pessoas atendeu diversas solicitações realizadas na Auditoria Interna, Corregedoria, Comissão de Ética e no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, nos termos da [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), bem como prestou subsídios à PFE/ICMBio para defesa da autarquia em ações judiciais relacionadas à matéria de pessoal, e realizou o cumprimento de diversas decisões judiciais, que, em sua maioria, eram inerentes à percepção de periculosidade pelo fato de os autores serem fiscais e portarem arma de fogo.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Visando dar mais transparência e acessibilidade à diversas informações relativas à gestão de pessoas, foi criada uma página de [Governança e Gestão de Pessoas](#) no site do ICMBio, informando e orientando tanto servidores quanto qualquer cidadão interessado sobre o trabalho desenvolvido no âmbito da gestão de pessoas no Instituto. Dentre as temáticas abordadas, destacam-se: [Recrutamento e Seleção](#), [Competências](#), [Qualidade de Vida no Trabalho](#), [Planejamento da Força de Trabalho](#), [Gestão do Desempenho](#) e [Indicadores de Gestão de Pessoas](#).

Também foram desenvolvidos três novos Painéis de Informações (Remoção, Programa de Gestão e Aposentadoria), que, somados aos já existentes, totalizam 9 [Painéis de Informações](#) divulgados na internet. Essa ferramenta é essencial para a gestão e possibilita acompanhar, em tempo real, informações para a tomada de decisão do gestor, além de mostrar à sociedade o desempenho do órgão.



Fernando Tatagiba
Ciclo de Formação em Gestão para Resultados 2022

4.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 20

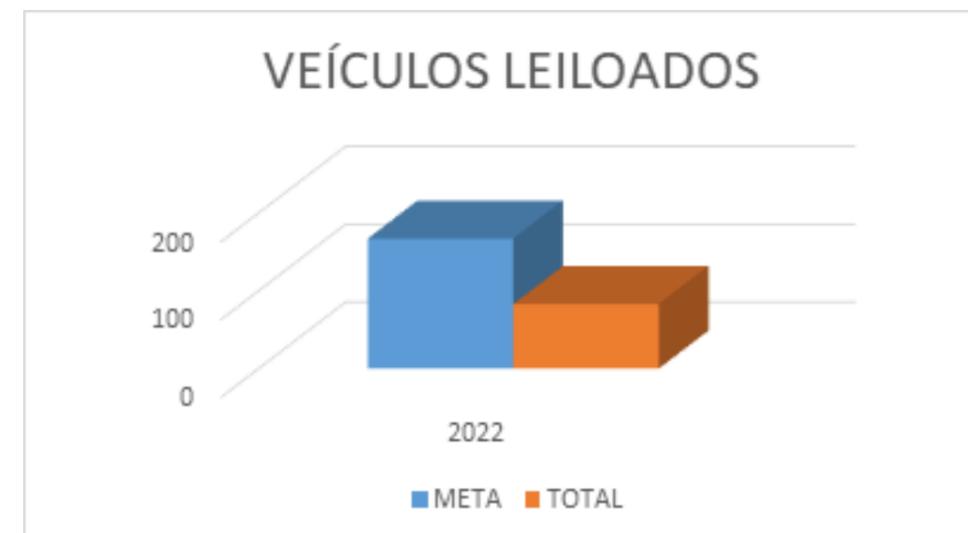
Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos gastos públicos

Indicador Estratégico: Percentual de veículos alienáveis do ICMBio, na Sede e nas unidades descentralizadas, leiloados

Meta 2022	
Previsto	Realizado
35%	15,17%

PATRIMÔNIO

Em 2022, foram leiloados 83 veículos, de um passivo de 478, alcançando o resultado de 17,54% veículos alienados, o que gerou uma arrecadação de R\$1.557.755,75 e possibilitou uma gestão mais eficiente dos bens móveis e a arrecadação de recursos extraordinários ao erário, bem como a mitigação dos riscos de contaminação pelo armazenamento de veículos inservíveis nas unidades de conservação.



CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- Contratação de empresa especializada em locação, sob demanda, de aeronaves de asa fixa, por horas de voo e diárias.
- Resultados alcançados: atender às missões de combate a incêndios florestais, emergências ambientais, monitoramento aéreo e apoio operacional.
- Contratação de serviços de radiocomunicação, com fornecimento de rádios VHF (Very High Frequency) ou UHF (Ultra High Frequency), tipo HT (hand talk).
- Resultados alcançados: a contratação possibilitou que as diversas brigadas pudessem se comunicar de maneira ágil, evitando que os focos de queimada se alastrassem mais rapidamente.

- Contratação de serviços de tripulação para o Navio Soloncy Moura, pertencente ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul – CEPESUL, em Itajaí/SC.

Resultados alcançados: retomada das atividades da embarcação, resultando na maximização das ações de pesquisa e fiscalização costeira do ICMBio, favorecendo a conservação da biodiversidade.

AQUISIÇÃO DE BENS

- Aquisição de 12 tratores com implementos agrícolas.

Resultados alcançados: aprimorar a gestão e manter a conservação das unidades, desenvolvendo atividades de construção ou conservação de estradas secundárias e a confecção de aceiros ao longo da vegetação, evitando o aumento de incêndios florestais.

- Aquisição de 4 UTV (Utility Task Vehicle), 5 ATV (All Terrain Vehicles) e 47 picapes automotoras off-road.

Resultados alcançados: veículos com trações independentes que possibilitam a chegada de fiscais, brigadistas e pesquisadores a locais de difícil acesso. A segurança do veículo evita acidentes de trabalho.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- A revitalização do galpão na Reserva Biológica Contagem com a finalidade de abrigar brigadistas, equipamentos e veículos do PREVFOGO destinados a combater incêndios florestais.

Resultados alcançados: centralização dos esforços de combate a incêndios florestais em ponto estratégico, possibilitando uma resposta mais rápida e eficaz no controle, no manejo, na distribuição e na alocação de brigadistas, equipamentos e veículos destinados a essa finalidade.

- Reforma no NGI do ICMBio em Itaituba para possibilitar a implementação da infraestrutura mínima necessária para o atendimento do projeto Guardiões do Bioma.

Resultados alcançados: maior fiscalização ambiental em áreas de desmatamento e conflito de terras.

- Recuperação do sistema de energia elétrica do Parque Nacional Sete Cidades.

Resultados alcançados: retorno do fomento do uso público da unidade.

CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

- Publicação do edital de concessão de serviços de visitação pública do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Resultados futuros: prestação de serviços públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional Chapada dos Guimarães, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão da unidade de conservação federal.

- Publicação do edital de concessão de serviços de visitação pública do Parque Nacional de Jericoacoara.

Resultados futuros: prestação de serviços públicos de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara, incluindo o custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão da unidade de conservação federal.

ATIVIDADE DE PROTOCOLO

- Migração do cadastramento manual de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI-ICMBio para o Protocolo Digital (gov.br).

Resultados alcançados: a ação possibilitou maior ganho na confiabilidade nos dados dos usuários externos alinhado às melhores práticas de segurança da informação.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

- A celebração do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 20 de dezembro de 2022, entre o Ministério Público do Trabalho – MPT e o Instituto Chico Mendes.

Resultados alcançados: realização de estudos, apoio técnico-científico e aperfeiçoamentos institucionais em áreas de interesse dos signatários, de modo que as partes assumem o compromisso de capacitar servidores, gestores e fiscais de contratos, bem como a equipe de apoio, sobre os temas inerentes à contratação de mão-de-obra com dedicação exclusiva.

4.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19

Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégicas

O ICMBio, enquanto órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISPA, atua na implementação direta das ações de Tecnologia da Informação – TI e colabora com a coordenação e o desenvolvimento das políticas, normas e diretrizes do Sistema. Desse modo, a conformidade legal da gestão de TI é observada na aplicação das regras e normas estabelecidas pelo Governo Federal no aprimoramento das mais diversas atividades executadas na área de TI, quais sejam: aquisições de produtos e serviços, gestão e fiscalização de contratos, gestão da segurança da informação, desenvolvimento de aplicações e disponibilização de serviços públicos digitais, entre outros.

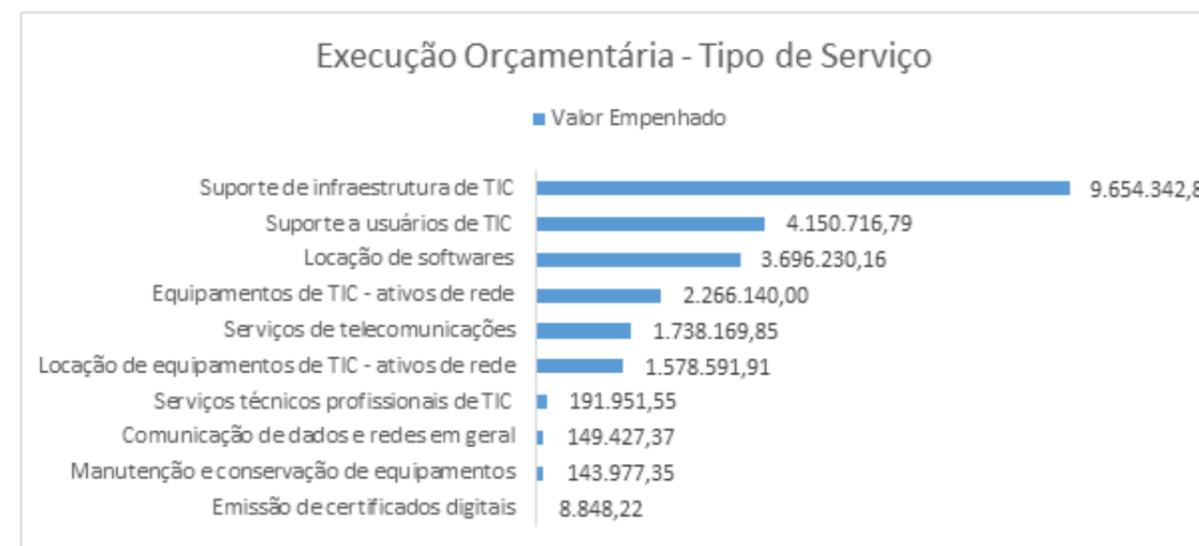
Como instrumento de alinhamento entre os objetivos estratégicos e as atividades, os processos e os negócios de TI, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC (2020-2022) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação, com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.

É por meio do PDTIC que são priorizados os investimentos em recursos tecnológicos abrangendo não só a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, mas todo o ICMBio. Assim, para suprir as necessidades quanto a recursos de TI, as seguintes ações foram realizadas:

Aquisições e contratações	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão de solução integradora de Firewall Next Generation composta de hardware e software de segurança da informação • Solução de rede sem fio (Wi-Fi) para a Sede, a ACADEBio e as Gerências Regionais • Aquisição de estações de trabalho, sendo 30 notebooks de alto desempenho; 250 desktops com monitores extras • Solução de software antivírus para estações de trabalho e servidores do datacenter do ICMBio • Aquisição do software CONSIAFI Multiplataforma para gerenciamento orçamentário e financeiro do ICMBio • Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Service Desk, monitoração de ambiente tecnológico; operação de infraestrutura e evolução do ambiente tecnológico de TI do ICMBio • Contratação de licenças de software de Design Gráfico
Atividades e processos de melhoria	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e instituição da Política de Segurança da Informação – POSIN • Ampliação do link de internet da ACADEBio • Ampliação da rede sem fio (Wi-Fi) na Floresta Nacional Cabedelo • Realização de workshop dos aplicativos Microsoft Teams e Planner, com 130 participantes • Exclusão de contas de e-mails sem utilização para realizar novas vinculações • Migração de 206 links da Telebrás com implantação de novas tecnologias com a capacidade de aumento de banda • Expansão da capacidade de armazenamento dos discos do SEI! • Migração do barramento do SEI!
Implementação de sistemas de informação	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema para Obtenção de Autorização para Licenciamento Ambiental – SOALA • Módulo de Avaliação dos Serviços Digitais do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio • Sistema de Controle de Brigadistas das Unidades de Conservação Federais • Sistema de Integração e Controle de Acesso – SICA-e 2.0 (em ambiente de homologação) • Sistema de Informações das Famílias em Unidades de Conservação Federais – SÍSFAMÍLIAS (em ambiente de homologação)

Execução Orçamentária

Tipo de Serviço	Valor Empenhado
Emissão de certificados digitais	8.848,22
Manutenção e conservação de equipamentos	143.977,35
Comunicação de dados e redes em geral	149.427,37
Serviços técnicos profissionais de TIC	191.951,55
Locação de equipamentos de TIC – ativos de rede	1.578.591,91
Serviços de telecomunicações	1.738.169,85
Equipamentos de TIC – ativos de rede	2.266.140,00
Locação de softwares	3.696.230,16
Suporte a usuários de TIC	4.150.716,79
Suporte de infraestrutura de TIC	9.654.342,88
Total Geral	23.578.396,08



Tipo de Despesa	Valor Empenhado
Investimentos	2.266.140,00
Despesas correntes	21.312.256,08
Total Geral	23.578.396,08



Indicador Estratégico: Número de sistemas finalísticos desenvolvidos por ano	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
4	5

Este indicador representa o desenvolvimento sistemas novos ou a evolução dos sistemas legados para apoiar as atividades finalísticas e, conforme citado, no ano de 2022 foi possível a implementação de 5 sistemas, superando, assim, a meta prevista.

Indicador Estratégico: Percentual de ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados do ICMBio	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
40%	0%

O indicador representa a previsão de ampliar a capacidade de armazenamento e processamento de dados do ICMBio e, devido a fatores como mudanças de gestão, cenário político e falta de recursos financeiros e humanos, não foi possível realizar o planejamento da contratação para o aumento da referida capacidade.

Indicador Estratégico: Número de entregáveis referentes à implementação do plano digital do MMA e vinculadas	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
6	1

O indicador é formado pela análise dos itens pactuados no plano digital, são eles:

- 1) quantidade de portais migrados para o gov.br;
- 2) quantidade de sistemas integrados ao login único do portal gov.br;
- 3) quantidade de apps disponibilizados na loja gov.br;
- 4) quantidade de sistemas integrados ao cadastro básico do cidadão – conectagov;
- 5) quantidade de módulos de avaliação implementados;
- 6) quantidade de serviços digitais cadastrados no portal gov.br

Desses itens somente foi possível realizar a implementação do Módulo de Avaliação do SISBIO tendo como causa principalmente a falta de contratação de fábrica de software, que está prevista para ser realizada em 2023.

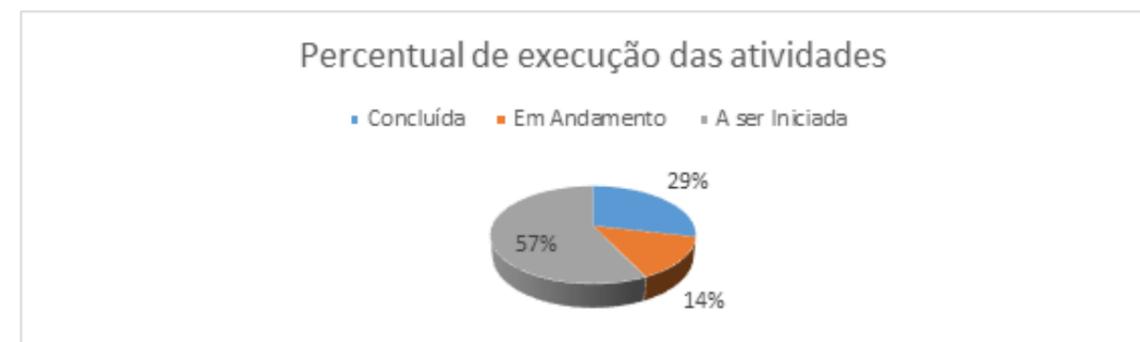
Indicador Estratégico: Quantidade de kits de auto de infração eletrônico distribuídos para os fiscais do ICMBio	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
700	497

Em meados de 2022 o indicador passou da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN para acompanhamento da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - DIMAN.

INICIATIVA ESTRATÉGICA:

Iniciativa Estratégica: Implementar a integração dos sistemas do ICMBio as bases de consulta de CEP e CNPJ da plataforma gov.br

PRINCIPAIS PRODUTOS OU SERVIÇOS ENTREGUES:
1 - melhorias no processo de autenticação e cadastro de dados de pessoas jurídicas;
2 - cadastros atualizados com base de dados única de endereços nacionais;
3 - consulta à base única de CEP e CNPJ que proporcionará maior integridade e confiabilidade dos dados.



Essa integração faz parte do programa Conecta gov.br ao qual o ICMBio solicitou adesão por meio do Ofício SEI nº 59/2021-COTEC/CGATI/DIPLAN/GABIN/ICMBio. O Programa Conecta gov.br visa promover a integração entre os dados que estão em posse do governo, em cumprimento de diretrizes estabelecidas em normativos que incentivam o uso compartilhado de dados entre órgãos do governo como ferramenta para alcançar a eficiência do poder público. Da mesma maneira que definem regras para preservar a privacidade e proteger os dados pessoais dos cidadãos.

Para tanto, se faz necessária a contratação de uma empresa que preste serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (fábrica de software) para que esta possa fazer a análise dos sistemas do ICMBio e realizar a devida integração. A referida contratação, que será por meio da Intenção de Registro de Preços nº 17/2022, da Central de Compras do Ministério da Economia, está prevista para 1ª quinzena de março de 2023.

4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 16

Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculadas

Nos últimos anos, o Instituto Chico Mendes tem desenvolvido soluções para a melhor gestão dos projetos, das parcerias e das ações apoiadas com recursos externos, especialmente em relação à integração de informações e à gestão estratégica dessas fontes de recursos.

Em observância ao que prevê a Lei nº 9.985, de 2000, os recursos externos e as cooperações técnicas são ferramentas valiosas na implementação do Sistema Nacional das Unidades de Conservação e na estratégia de conservação da biodiversidade com a participação e o compartilhamento de responsabilidades com a sociedade civil. E exige, portanto, a aplicação dessas fontes de recursos com eficiência e eficácia, a fim de evitar desperdícios e resultados que não geram valor para a sociedade.

Imbuídos dessa premissa, desde 2017 o ICMBio vem envidando esforços para o desenvolvimento de uma ferramenta de planejamento operacional que alinhe as estratégias e busque enfrentar os desafios territoriais e de gestão das unidades de conservação (diagnosticados por meio do SAMGe), hoje denominada de Interface de Planejamento do SAMGe – IPS.

A referida interface passou por constantes evoluções nos últimos anos, e, em 2022, foi concluído um protótipo apto a auxiliar as unidades de conservação na elaboração de um planejamento alinhado à estratégia institucional e voltado à resolução dos desafios enfrentados pelas UCs. O protótipo possibilitará a avaliação da relação entre os planos estratégicos e operacionais, os recursos externos disponíveis e a geração de resultados de conservação e implementação das unidades, conforme ciclo de execução da estratégia, inspirado no PCDA (planejar, checar, fazer, agir), Figura1.

A partir do protótipo, o ICMBio destacou como iniciativa estratégica a implementação de Interface de Planejamento SAMGe – IPS junto às UCs localizadas na GR-5, prevista para ocorrer em 2023.

A iniciativa está alinhada aos objetivos estratégicos 20: "Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos", e 21: "Promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as entidades vinculadas". Destaca-se que a Divisão de Planejamento de Recursos Externos foi criada, em 2022, como parte da iniciativa estratégica, e incorpora como competência o apoio e o monitoramento do processo de elaboração e revisão do planejamento integrado dos recursos externos, e será responsável pela elaboração e divulgação dos resultados a partir da aplicação dos recursos externos no âmbito do ICMBio.

Nesse sentido, o ano de 2022 marcou um avanço relevante de aprimoramento para a estruturação e modernização da governança e gestão dos recursos externos no ICMBio. As ações empreendidas no âmbito da Coordenação Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Externos – CGPLAN seguem fortalecendo as capacidades institucionais para gerir recursos externos com eficiência e efetividade.

Monitoramento e avaliação da gestão de unidades de conservação: Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe

Avaliar a efetividade de gestão na administração pública é uma das iniciativas para uma maior transparência na gestão pública (Objetivos estratégicos 14, 17 e 19), o que permite que a sociedade possa ter acesso aos impactos esperados das políticas públicas realizadas pelos órgãos governamentais.

Nesse contexto, avaliar a efetividade de gestão das UCs sob a gestão do Instituto, além de possibilitar que a gestão seja orientada com base em dados e informações, dá maior visibilidade ao propósito da instituição e de suas UCs, e mostra quais são os fatores positivos ou limitantes e quais são as ações desempenhadas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos a cada território especial criado.

Para tal avaliação, o ICMBio adota o SAMGe, instrumento regulamentado pela Portaria nº 607, de 28 de setembro de 2021. Sua oitava aplicação foi coordenada pela Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação – DMAG/DIPLAN, referenciada pelo Ciclo SAMGe 2022, no qual 98,8% (330 UCs) das unidades federais preencheram o diagnóstico, apresentando elevação do índice de efetividade para 55,11% (em comparação a 2021, de 54,25%), enquadrando o conjunto das UCs como de “Moderada Efetividade”.

Considerando os indicadores mais relevantes para a sociedade, o indicador “Resultados” obteve o valor de 60,79%, o que demonstra que as UCs, em seu conjunto, estão apresentando os resultados esperados pela sociedade. Já o indicador “Produtos e Serviços” apresentou o valor de 63,99%, demonstrando os benefícios diretos da relação sociedade e Instituto por meio dos gestores nos territórios.

A ressalva em termos de diagnóstico está no indicador de “Contexto”, com 40,16%, “Moderada Efetividade”, demonstrando a grande pressão que há sobre as UCs e os significativos desafios territoriais presentes.

A DMAG contribuiu com a elaboração de 39 relatórios ou informações técnicas que apoiaram o desenvolvimento e a revisão de planos de manejo, assim como subsidiaram a tomada de decisão para a celebração de acordos de parceria.

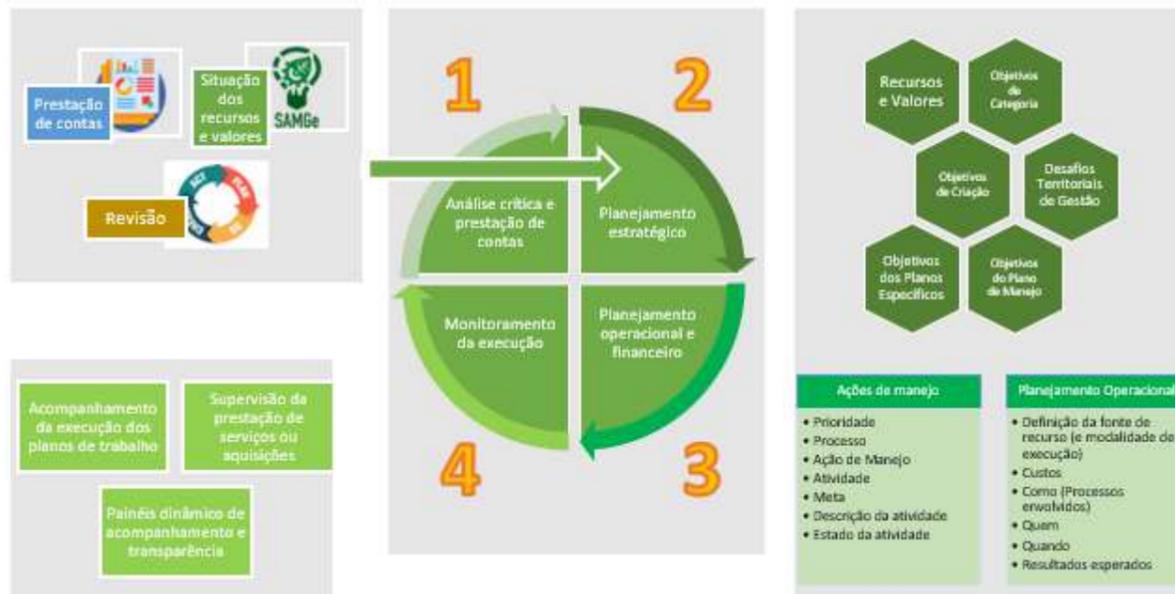


Figura 1 – Ciclo de execução da estratégia por meio da Interface de Planejamento SAMGe.

Considerando a execução financeira do ano de 2021, fortemente impactada pela pandemia da covid-19, os valores executados nos projetos supracitados somam R\$ 5.723.922,41 (cinco milhões, setecentos e vinte e três mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos), detalhados conforme gráfico abaixo :



<http://samge.icmbio.gov.br> – plataforma SAMGe.

Projetos e Parcerias

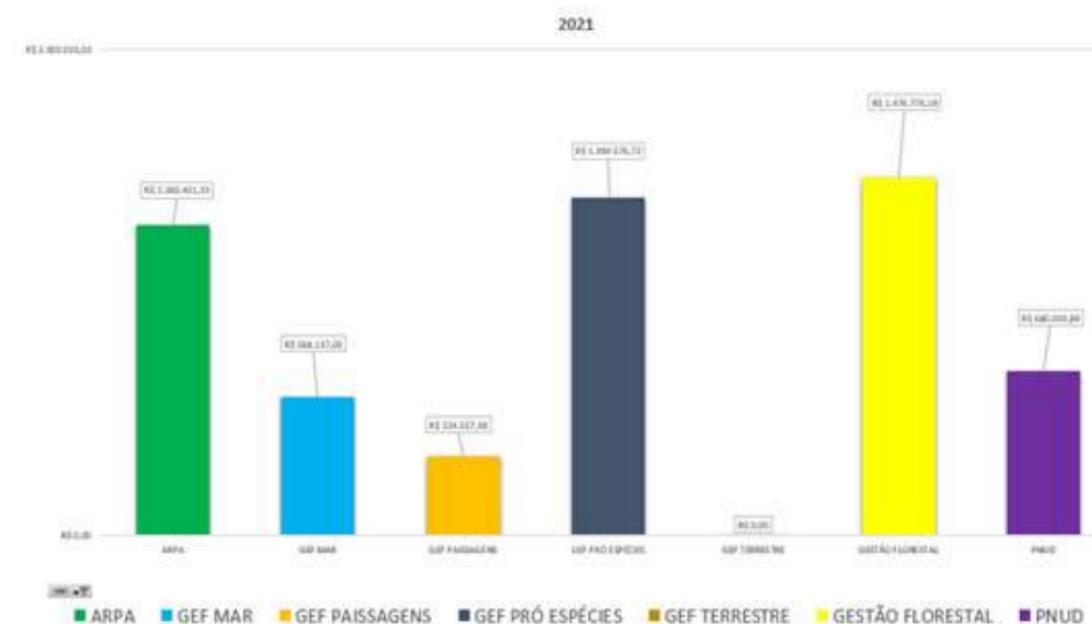
Como parte do objetivo estratégico 16 – “aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional –, o Instituto Chico Mendes editou a Instrução Normativa nº 14, de 27 de julho de 2022, com a finalidade de estabelecer procedimentos administrativos para a gestão das parcerias no âmbito da autarquia, esclarecendo os ritos necessários para a proposição, a celebração, a execução e a prestação de contas das avenças destinadas à cooperação de interesse mútuo com entes da sociedade civil e da administração pública.

Também foi editada a Portaria nº 627, de 27 de julho de 2022, que criou a Comissão de Projeto e Parcerias, instância colegiada cuja atribuição é monitorar projetos e parcerias no âmbito do Instituto Chico Mendes. A criação desse colegiado é relevante ao cumprimento do Marco Regulatório da Sociedade Civil, uma vez que cumpre a missão de acompanhar a implementação e aprovar os resultados das parcerias celebradas no ICMBio.

Os dois marcos infralegais foram fundamentais para estabelecer mecanismos e diretrizes necessários à formalização de parcerias junto aos atores envolvidos na gestão das UCs, de forma a minimizar a escassez de recursos financeiros e humanos, cumprindo, assim, as recomendações feitas pelo TCU, por meio do Acórdão 3101/2013.

A partir da publicação da Instrução Normativa, o ICMBio passou a catalogar a celebração das parcerias em painéis de gestão e a contar com uma ferramenta para o monitoramento trimestral das parceiras, o que possibilitará publicizar as informações das avenças celebradas com as organizações da sociedade civil, bem como monitorar adequadamente as parcerias para obter os melhores resultados de conservação. Os painéis podem ser acessados pelos links ([Projetos Externos](#) e [Projetos e Parcerias](#)).

No que se refere às cooperações internacionais, estão em execução o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA; o Projeto Áreas Costeiras e Marinhas – GEF-Mar; o Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – GEF-Paisagens; a Estratégia para Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Catinga, Pampa e Pantanal – GEF-Terrestre; a Estratégia para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – GEF-Pró Espécie; o Gestão Florestal – KfW; e o Projeto de Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental – BRA/08/023, representando uma média anual de execução física e financeira de R\$ 20,7 milhões de reais.



Após a estruturação dos fluxos de acompanhamento da execução dos projetos no biênio 2021/2022, em 2023 a perspectiva é que seja implementado o monitoramento da performance física e financeira da execução dos projetos, cotejando os planejamentos operativos com a capacidade de execução de cerca de 142 UCs atualmente apoiadas por, pelo menos, um dos projetos elencados acima.

Atualmente, o número de UCs apoiadas por recursos provenientes de atores não governamentais e de cooperação internacional representa cerca de 40% das unidades sob a gestão do Instituto, com perspectivas de se celebrarem novas parcerias para captação de recursos visando ao fortalecimento do financiamento do SNUC.

Programa Adote um Parque

Criado em 2021, a partir da edição do Decreto nº 10.623, de 09 de fevereiro de 2021, o Programa Adote um Parque foi instituído com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das UCs por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.

Trata-se de um instrumento normativo que possui o objetivo de fomentar o cumprimento da premissa legal prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual regulamenta o SNUC. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 10.623/2021, *adotar uma UC* significa realizar doações de bens ou serviços para colaborar com a sua conservação.

Em 2022, foram assinados 2 Termos de Adoção no âmbito do Programa Adote um Parque.

Programa Adote um Parque

Criado em 2021, a partir da edição do Decreto nº 10.623, de 09 de fevereiro de 2021, o Programa Adote um Parque foi instituído com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das UCs por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.

Trata-se de um instrumento normativo que possui o objetivo de fomentar o cumprimento da premissa legal prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a qual regulamenta o SNUC. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 10.623/2021, *adotar uma UC* significa realizar doações de bens ou serviços para colaborar com a sua conservação.

Em 2022, foram assinados 2 Termos de Adoção no âmbito do Programa Adote um Parque.

Empresa	Data da adoção	Unidade de conservação	Projeto ou ação	Valor (R\$)
Genial Investimentos	02/09/2022	ARIE Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais	Proteção, pesquisa e sinalização da UC	159.000,00
Heineken	09/09/2022	RESEX Quilombo Frechal	Proteção, monitoramento, estruturação de base operacional, comunicação e plano de ordenamento territorial	466.900,0

Também em 2022, foi executado o projeto Subsídios Básicos para a Elaboração do Plano de Manejo, Criação do Conselho e Sinalização da Área de Relevante Interesse Ecológico Javari-Buriti, formalizado no Termo de Adoção 01/2021, entre a Coca-Cola e o Instituto Chico Mendes, que realizou os primeiros levantamentos de dados biológicos, sociais, cartográficos e fundiários da UC e do seu entorno, além de criar o Conselho Gestor e implementar a sinalização. O valor da adoção foi de R\$ 658.850,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais).

Programa Conversão de Multas

Com o objetivo de atender ao disposto na legislação, e observando a Portaria MMA nº 76/2020, em 2022 o ICMBio publicou o edital de Chamada Interna de Projetos nº 01, de 2022, com o objetivo de selecionar projetos que contemplassem ações e atividades para a promoção de serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental para o triênio 2020 a 2023, em consonância com o Programa de Conservação de Multas Ambientais.

A chamada buscou incrementar o repositório de projetos do Instituto Chico Mendes a ser ofertado aos autuados que buscam a conversão de multas como solução para a conclusão dos procedimentos de autuação, atendendo requisitos de capilaridade e relevância dos projetos para o enfrentamento dos desafios das UCs.

Assim, somando aos dois projetos que compunham a carteira em 2021 (Projeto de Aplicação do Plano de Fiscalização Simplificado – PFS-CM e Projeto Fogo e Conservação Ambiental FOGO-CA), foram acrescentados ao Banco de Projetos do Programa de Conservação de Multas Ambientais 104 novos projetos voltados, principalmente, à proteção das unidades de conservação, à prevenção e ao combate a incêndios florestais, ao monitoramento da biodiversidade e à estruturação do uso público.

No que se refere à execução dos projetos, desde a implementação do Programa de Conversão de Multas Ambientais, em 2020, foram convertidos cerca de 250 autos de infração, totalizando um valor aproximado de R\$ 8 milhões de multas convertidas, e R\$ 1 milhão executado pelos autuados.

Gerência	Projeto	Valor Projeto	Valor Acordado Estimado
Regional			
GR1- Norte			5.961.487,92
	Plano de Fiscalização	17.716.863,00	5.555.860,97
	Fogo e Conservação	1.152.399,74	404.209,95
	Monitoramento da Fauna e Flora – NGI Boca do Acre	576.200,00	917,00
GR-2 – Nordeste			250.684,48
	Plano de Fiscalização	17.716.863,00	133.931,16
	Fogo e Conservação	1.152.399,74	116.753,32
	Mapeamento do Sensoriamento Remoto para Monitoramento de Ecossistema Manguezal	158.165,00	500,00
GR-3 – Centro-Oeste			364.085,67
	Plano de Fiscalização	17.716.863,00	96.360,00
	Fogo e Conservação	1.152.399,74	216.360,00
	Estruturação de Brigada – APA Planalto Central	32.000,00	24.000,00
	Caminhos do Planalto Central	27.960,00	27.360,00
GR-4 – Sudeste			757.300,00
	Plano de Fiscalização	17.716.863,00	433.077,33
	Fogo e Conservação	1.152.399,74	258.907,86
	Abelhas – REBIO Córrego do Veado	19.000,00	2.100,00
	Uso de Tecnologias para Conservação de Toninhas	85.080,00	3.310,00
	Equipamentos de Mergulho – NGI Alcatrazes		
	Prevenção de Incêndios – PARNA Serra da Canastra	1.410.000,00	5.500,00
GR-5 – Sul			1.064.442,56
	Plano de Fiscalização	17.716.863,00	78.795,00
	Fogo e Conservação	1.152.399,74	89.360,99
	Fauna – NGI Curitiba	57.430,00	16.620,00
	Uso Público – FLONA Canela	592.500,00	16.600,00
	Vídeo “Conhecendo os Manguezais da Monitoramento da Qualidade de Água – ESEC Carijós	73.000,00	5.000,00
	Proteção Contra Ilícitos – PARNA Ilha Grande e APA das ilhas e Várzer do Rio Paraná	270.480,00	100.380,00
	Prevenção e Combate a Incêndios – PARNA São Joaquim	568.300,00	9.900,00
	Manejo de Espécies Exóticas – REBIO Arvoredo	43.900,00	41.400,00
	Programa de Monitoramento Ambiental – REBIO Arvoredo	185.500,00	40.200,00
	Turismo de Base Comunitária – RESEX Pirajubaé	132.340,00	40.340,00
		75.700,00	36.800,00
Total Geral			8.397.995,82

Compensação Ambiental

Trata-se da obrigação instituída na forma do art. 36 da [Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), de, nos casos de empreendimentos de significativo impacto ambiental, o empreendedor apoiar a implementação e manutenção de UCs. Ao Instituto Chico Mendes compete a gestão e execução dos recursos destinados a UCs instituídas pela União. Conforme a [Instrução Normativa nº 7, de 10 de junho de 2020](#), o empreendedor tem a opção de cumprir a obrigação adquirindo diretamente os bens e serviços planejados, ou via depósito no Fundo de Compensação Ambiental – FCA.

Em 2022, foram celebrados 52 Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, todos com previsão de depósito no Fundo como modalidade de cumprimento. Tais termos representam um montante de cerca de R\$ 407 milhões, a ser atualizado quando do depósito do valor no Fundo segundo as opções de cumprimento pactuadas.

Enfatiza-se que, assim como em exercícios anteriores, desde 2017 encontra-se vigente a execução de uma parcela da compensação ambiental via Orçamento Geral da União, passivo de recursos oriundos da antiga modalidade de “execução indireta”, internalizada no Tesouro Nacional naquele ano.

Destaca-se abaixo, no gráfico 1.1, um resumo do resultado de execução dos recursos de compensação ambiental no ano de 2022, em comparação com o exercício passado. No total, executaram-se R\$ 33.65 milhões via Fundo de Compensação Ambiental. Não houve execuções no âmbito das demais modalidades.

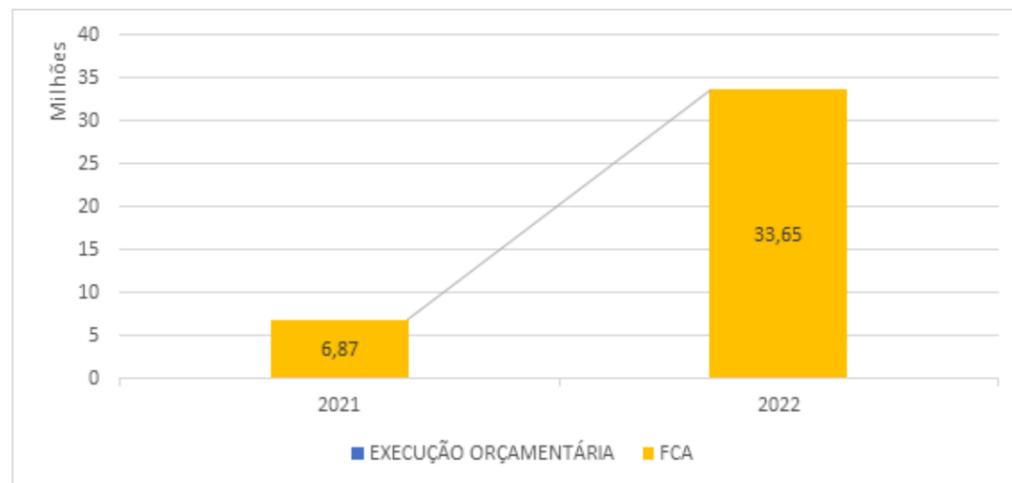


Gráfico 1.1 – Histórico de Execução Anual – Valores Totais (R\$ em milhões).

O expressivo aumento na execução, em relação ao ano anterior, deve-se às ações de regularização fundiária e de implementação, conforme se observa no gráfico 1.2. Historicamente, a ação de regularização fundiária representa a maior parcela do volume executado, devido tanto aos grandes volumes de recursos envolvidos nessas transações quanto à importância estratégica dessa ação, tida como prioritária no âmbito da compensação ambiental. No presente exercício, destaca-se o grande aumento na execução no âmbito da ação de implementação, demonstrando que a compensação ambiental, em especial através do Fundo de Compensação Ambiental, tem se tornado importante ferramenta para apoiar a estruturação das UCs.

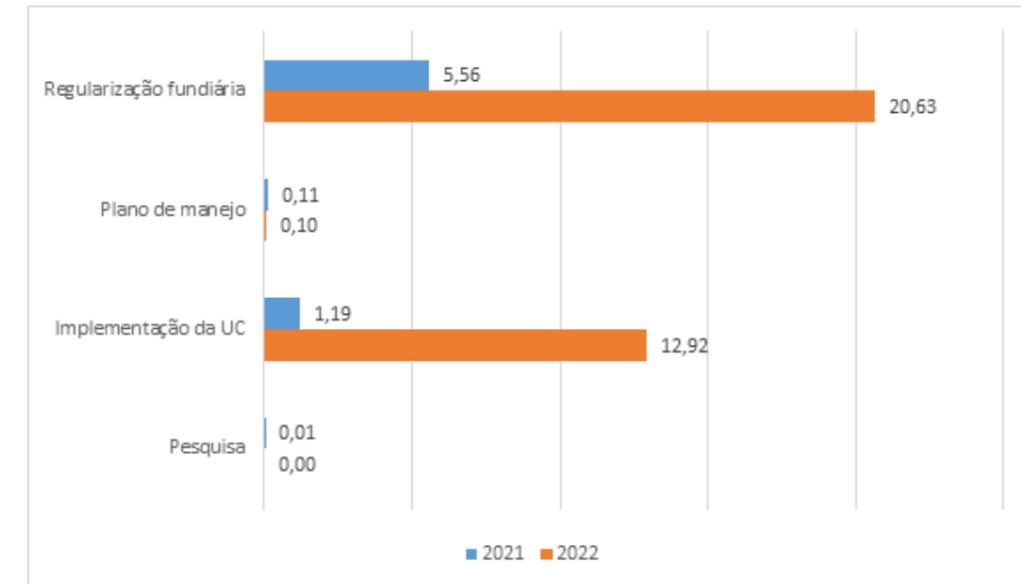


Gráfico 1.2 – Histórico de Execução Anual por Ação – Valores Totais (R\$ em milhões).

Execução Orçamentária

Assim como ocorreu no exercício anterior, em 2022 o Instituto Chico Mendes contou com orçamento bastante reduzido na Lei Orçamentária Anual. Tal fato levou a autarquia a concentrar todo recurso disponível para execução em outras ações, de modo que não houve execução no âmbito da compensação ambiental no exercício.

Conforme se observa no gráfico 1.1.1, em 2020 já havia ocorrido grande redução do orçamento disponível, o qual se agravou nos exercícios seguintes.

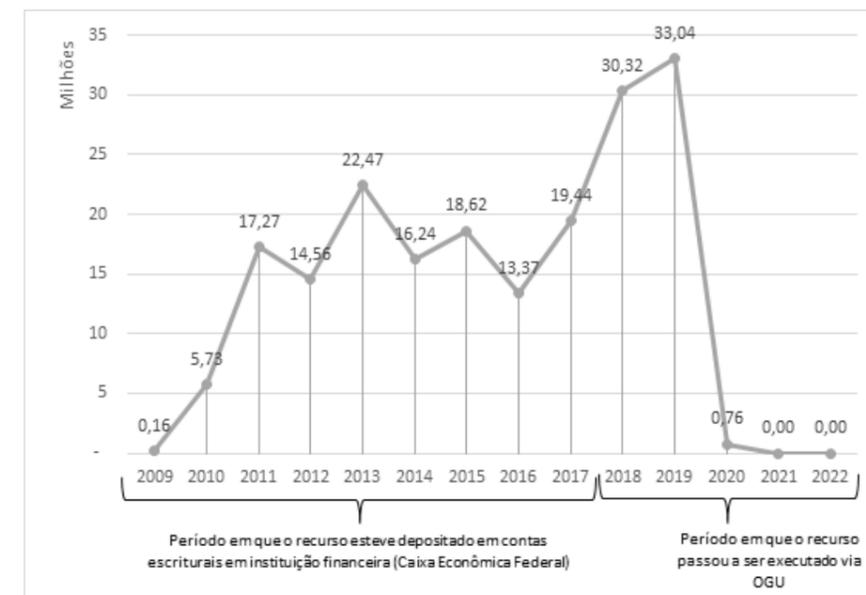


Gráfico 1.1.1 - Histórico de Execução Anual – Contas Escriturais/OGU (R\$ em milhões).

Execução Direta

Há, no momento, apenas 1 termo de compromisso vigente na modalidade de execução direta, com recursos para regularização fundiária de 2 unidades de conservação. Em 2022, os processos referentes a essas unidades não avançaram até o momento do pagamento das terras, de modo que não houve execução na modalidade direta.

Execução Direta

Há, no momento, apenas 1 termo de compromisso vigente na modalidade de execução direta, com recursos para regularização fundiária de 2 unidades de conservação. Em 2022, os processos referentes a essas unidades não avançaram até o momento do pagamento das terras, de modo que não houve execução na modalidade direta.

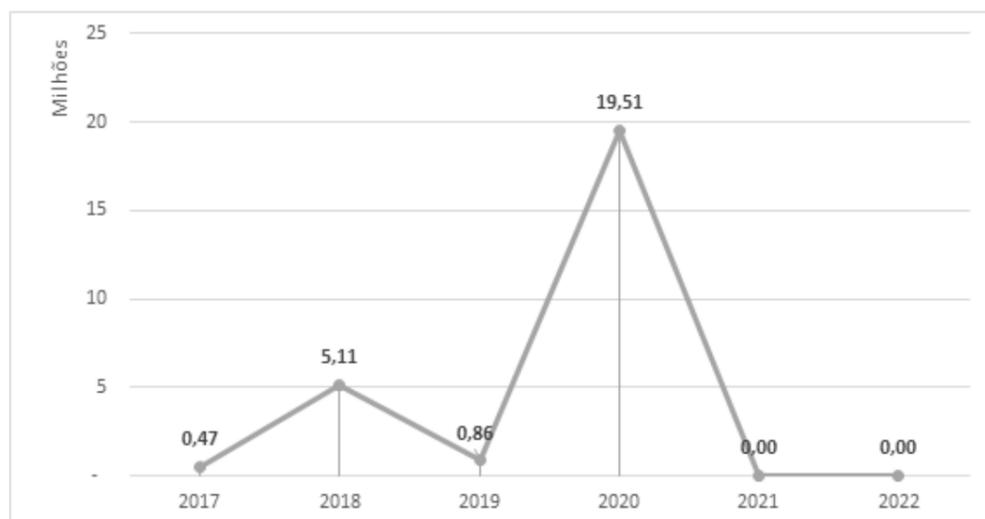


Gráfico 1.2.1 – Histórico de Execução Anual – Execução Direta (R\$ em milhões).

Fundo de Compensação Ambiental

Em seu quarto ano de existência, o Fundo de Compensação Ambiental finalizou o exercício de 2022 com um saldo de recursos disponíveis de cerca de R\$ 1,1 bilhão, mantendo-se como modalidade de execução preferencial dos empreendedores. O montante depositado no Fundo, no período, foi de R\$ 231 milhões (gráfico 1.3.1).

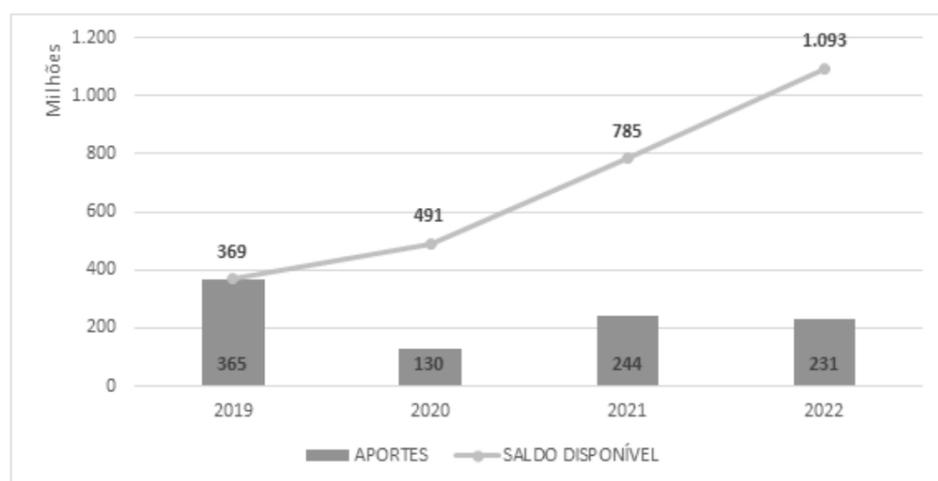


Gráfico 1.3.1 - Aportes ao FCA x Saldo Disponível (R\$ em milhões).

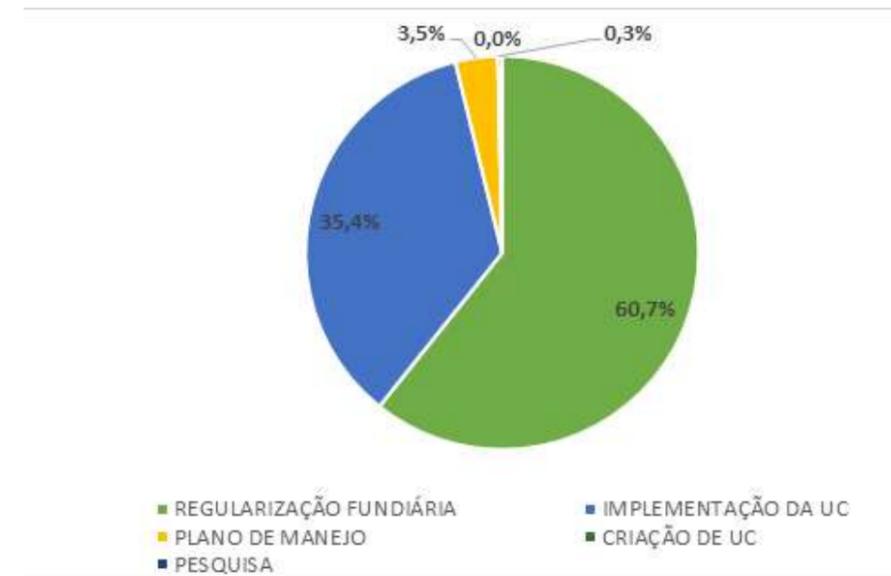


Gráfico 1.3.2 – Distribuição do Saldo Disponível em 2021, por ação de aplicação.

Como apontado acima, em 2022 houve um considerável aumento nos valores executados no Fundo de Compensação Ambiental. Conforme se observa no gráfico 1.3.3, o presente exercício representou a maior execução até o momento. O gráfico 1.3.4 mostra a distribuição dos valores executados no exercício, por ação.

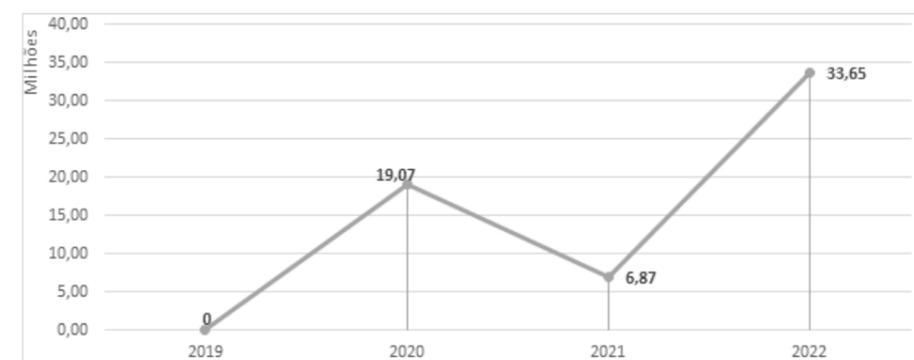


Gráfico 1.3.3 – Histórico de Execução Anual – FCA (R\$ em milhões).



Gráfico 1.3.4 – Distribuição dos valores executados em 2021 – FCA, por ação de aplicação.

5

COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Parna Tijuca
Bernardo Issa

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ICMBio

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, as notas explicativas e a declaração do contador, encontram-se disponibilizadas na página do ICMBio, conforme lista de hiperlinks informados na Tabela 1 – Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio.

Descrição
Balço Orçamentário
Balço Financeiro
Balço Patrimonial
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Demonstrações das Variações Patrimoniais
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Declaração do Contador

Tabela 1 – Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio em 2022

5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINA

OBJETIVO ESTRATÉGICO 21:

Promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as entidades vinculadas.

BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Serão demonstradas as receitas e despesas previstas e realizadas e o saldo apurado, correspondente ao excesso ou à insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categorias, discriminando dotação inicial, atualizada, despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

ARRECADAÇÃO

Receitas Totais

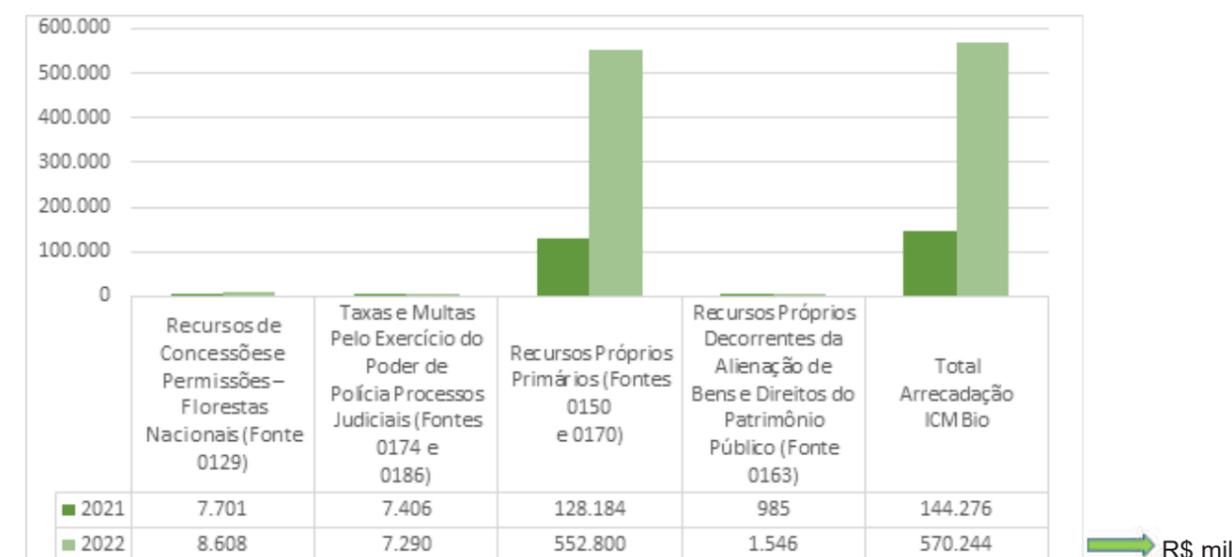
Na Tabela 2 – Receitas Totais (Exercícios 2022 e 2021) e no Gráfico 1 - Comparativo das Receitas Totais de 2021 x 2022 são demonstrados, de forma agrupada pelas principais receitas, os valores arrecadados nos exercícios de 2022 e 2021.

Arrecadação por Fonte de Recurso	2022	2021	Varição % 2022/2021
Recursos de Concessões e Permissões – FLONAs (Fonte 129)	8.608	7.701	11,78
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Processos Judiciais (Fontes 174 e 186)	7.290	7.406	-1,56
Recursos Próprios Primários (Fontes 150 e 170)	552.800	128.184	331,25
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 163)	1.546	985	56,95
Total Arrecadação ICMBio	570.244	144.276	295,25

R\$ mil

Tabela 2 – Receitas Totais (Exercícios 2022 e 2021)

Gráfico 1 - Comparativo das Receitas Totais de 2021 x 2022



Conforme dados apresentados, destaca-se o significativo aumento de arrecadação de 295,25% no exercício de 2022, em comparação ao exercício de 2021, especialmente em virtude das receitas de recursos próprios, as quais são detalhadas a seguir.

As receitas de concessões e permissões, oriundas das FLONAs (fonte 0129), foram responsáveis pelo acréscimo de 1,51% do total arrecadado no exercício de 2022. Comparado ao exercício de 2021, houve um acréscimo de 11,78%. Trata-se do repasse, ao ICMBio, de 40% da arrecadação realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, que é o responsável pela cobrança das receitas oriundas dos preços das concessões florestais de unidades localizadas em FLONAs criadas pela União, conforme preconiza o art. 39, § 1º, inciso II da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.

Os recursos decorrentes das multas ambientais (fontes 0174 e 0186) representaram 1,28% do total arrecadado em 2022, com um pequeno decréscimo de -1,56% em relação ao exercício de 2021, mantendo-se, de tal modo, em patamar equivalente de arrecadação do referido exercício. Do montante apresentado, 52% referem-se à arrecadação realizada diretamente pelo ICMBio, enquanto 48% provêm de cobrança efetuada pela Advocacia-Geral da União, mediante repasse dos pagamentos de débitos inscritos em Dívida Ativa da União.

As receitas de recursos próprios (fontes 0150 e 0170), responsáveis pelas arrecadações decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em UCs para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza e às autorizações de supressão vegetal – ASV, representam as principais fontes de receita do ICMBio, responsável por expressivos 96,94% do total arrecadado em 2022, com um acréscimo de 331,25% em relação ao exercício de 2021.

Dentre as receitas, destacam-se as provenientes de Arrendamentos, Visitação em Unidades de Conservação e Concessão, sendo contabilizado o montante de R\$ 446,6 milhões, representando 80,80% do total arrecadado de recursos próprios, especialmente pela celebração do Contrato de Concessão nº 001/2022, firmado entre o ICMBio e a concessionária URBIA CATARATAS S.A, com o repasse de outorga fixa no valor de R\$ 375 milhões.

Outra receita importante a ser destacada refere-se aos valores de ASVs, sendo contabilizado o montante de R\$ 100,8 milhões, representando 18,25% do total arrecadado de recursos próprios.

Já os recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público representam 0,27% do total arrecadado em 2022, com um acréscimo de 56,95% ao arrecadado no exercício de 2021.

Desse modo, a significativa arrecadação de recursos apresentada possibilitou que o exercício de 2022 representasse a maior arrecadação histórica no âmbito do ICMBio, conforme pode ser observado na Tabela 3 - Maiores Arrecadações – Exercícios 2022, 2016 e 2014:

Tabela 3 – Maiores Arrecadações – Exercícios 2022, 2016 e 2014

Maiores Arrecadações	2022	2016	2014
Concessões e permissões florestas nacionais – fonte 129	8.608	1.854	1.894
Taxas, multas – fonte 174 e 186	7.290	2.273	1.004
Recursos próprios primários – fonte 150 e 170	552.800	166.614	146.018
Recursos de alienação de bens móveis – fonte 163	1.546	-	-
Total	570.244	170.741	148.916

→ R\$ mil

Por fim, na Tabela 4 – Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2022) são listadas as unidades de conservação que mais arrecadaram no exercício de 2022.

Tabela 4 – Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2022):

Unidades de Conservação	2022
Parque Nacional do Iguaçu/ PR	409.409
Floresta Nacional de Saracá-Taquera/ PA	62.221
Floresta Nacional de Carajás/ PA	34.143
Parque Nacional da Tijuca/ RJ	31.129
Floresta Nacional do Jamari/ RO	4.721
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha/ PE	2.831
Parque Nacional de Brasília/DF	2.147
Parque Nacional de Jericoacoara/ CE	834
Total	547.435

→ R\$ mil

Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Conforme Tabela 5 – Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício 2022, Gráfico 2 – Execução Orçamentária da Despesa, e Gráfico 3 – Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, são apresentados os valores executados no exercício 2022.

Despesa Orçamentária	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	666.442	731.041	722.882	687.983	644.905	8.158
Pessoal e encargos	398.406	404.037	400.479	400.479	371.762	3.558
Outras despesas	268.033	327.003	322.403	287.504	273.143	4.599
Despesa capital	58.248	7.985	7.984	1.137	1.137	830
Investimentos	3.690	7.985	7984	1.137	1.137	830
Inversões financeiras	54.558	-	-	-	-	-
Reserva de contingência	2.287	2.287	-	-	-	2.287
Total	726.978	741.314	730.867	689.121	646.043	10.446

→ R\$ mil

A dotação orçamentária consignada ao ICMBio no exercício de 2022 apresentou valor final de, aproximadamente, R\$ 10,5 milhões.

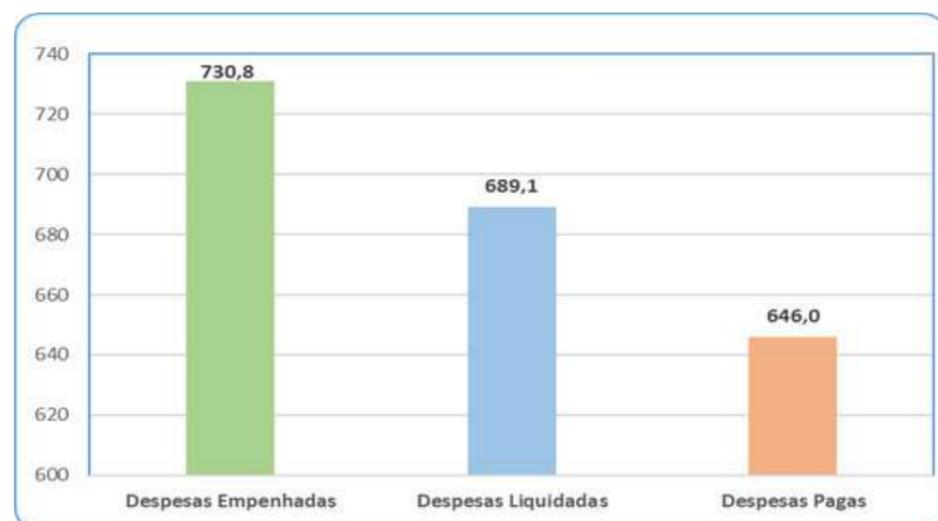
Gráfico 2 – Execução Orçamentária da Despesa



→ R\$ milhões

A despesa empenhada corresponde a R\$ 730,8 milhões, aproximadamente 98,5% da dotação atualizada de R\$ 741,3 milhões. Dessa forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 10,5 milhões.

Gráfico 3 – Despesa Empenhada, Liquidada e Paga



Das despesas empenhadas, no valor de R\$ 730,8 milhões, R\$ 689,1 milhões foram liquidados, e R\$ 646 milhões pagos.

As despesas pagas, no valor de R\$ 646,0 milhões, representam 88,3% dos valores empenhados no exercício de 2022. As despesas liquidadas a pagar correspondem, aproximadamente, a R\$ 43,1 milhões.

Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do mesmo exercício orçamentário, em 31 de dezembro. Se a despesa foi empenhada e liquidada, isto é, de fato realizada, ela passa a ser inscrita como resto a pagar processado. Se não foi liquidada, vira resto a pagar não processado.

Evolução de Restos a Pagar não Processados em 2022

No início do exercício de 2022, o saldo inicial inscrito em contas orçamentárias de restos a pagar não processados foi de, aproximadamente, R\$ 65,8 milhões. A evolução no período está representada conforme Gráfico 4 – Evolução Restos a Pagar não Processados.



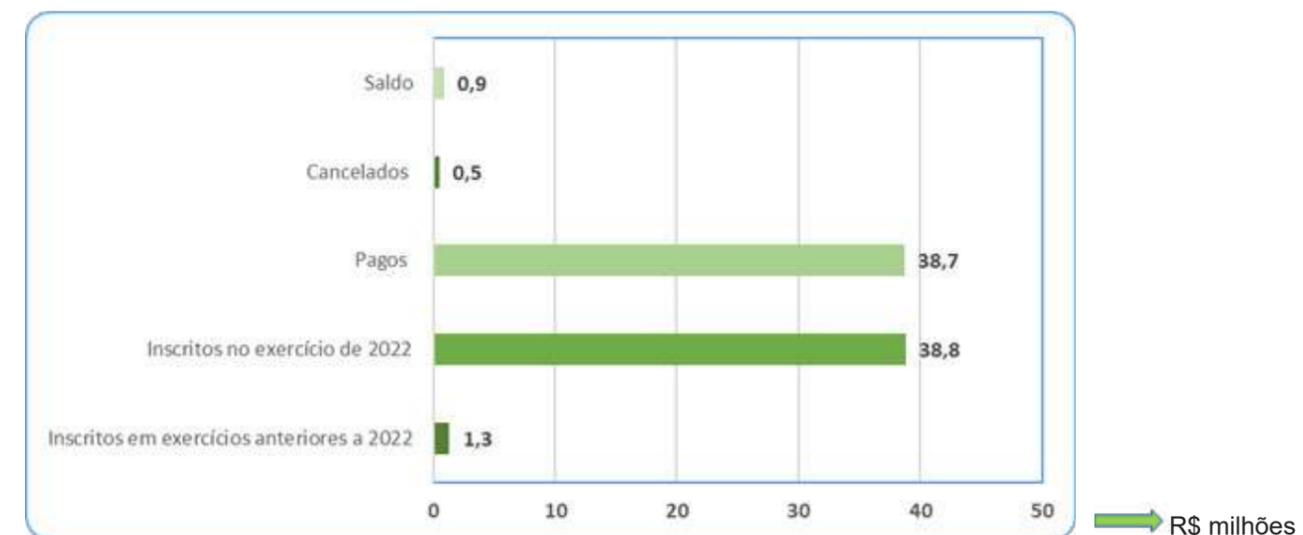
Gráfico 4 – Evolução Restos a Pagar não Processados

→ R\$ milhões

Durante o exercício de 2022, 82,6% dos restos a pagar não processados foram liquidados e posteriormente pagos e/ou cancelados (R\$ 54,4 milhões). Atualmente o saldo remanescente de restos a pagar não processados, a liquidar e a pagar é de, aproximadamente, R\$ 11,4 milhões.

Evolução Restos a Pagar Processados Liquidados em 2022

Do mesmo modo, a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados que foram liquidados no período, encontra-se demonstrada no Gráfico 5 – Evolução Restos a Pagar Processados liquidados em 2022.



O valor inscrito em exercícios anteriores, somado com os inscritos no final de 2021, perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 40,1 milhões. Desses, R\$ 39,2 milhões foram pagos e/ou cancelados ao longo do exercício de 2022. Permanece um saldo a pagar de R\$ 921 mil de restos a pagar processados.

Estoque de Restos a Pagar para o Início do Exercício de 2023

Para o início de 2023, permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: R\$ 11,4 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 921 mil, perfazendo a totalidade de R\$ 12,3 milhões, de acordo com o Gráfico 6 – Estoque Restos a Pagar para o Início do Exercício de 2023.

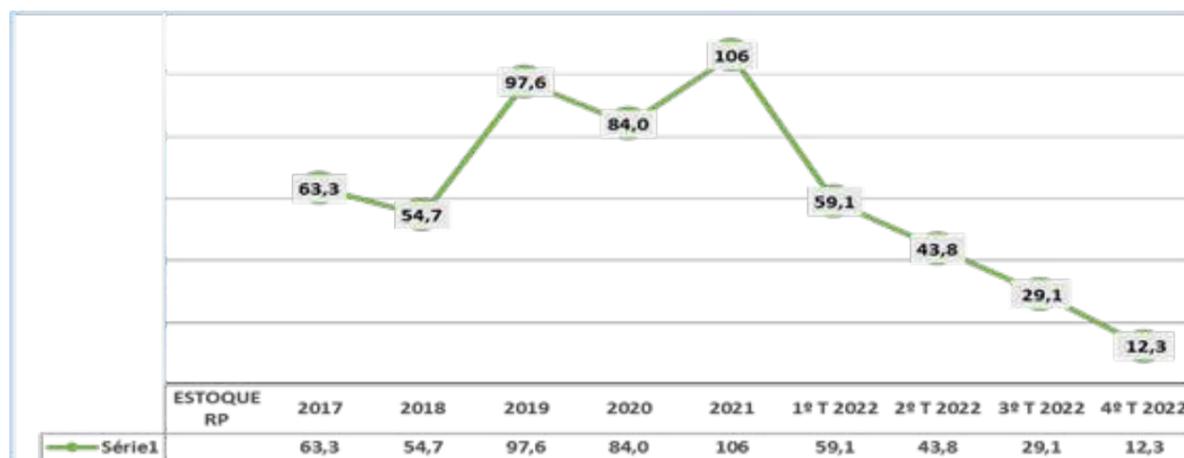


Gráfico 6 – Estoque Restos a Pagar para o Início do Exercício de 2023 R\$ milhões

Para o exercício de 2023, de acordo com a série temporal, houve uma redução expressiva em restos a pagar, tanto em comparação ao saldo inicial dos últimos três exercícios, quanto em relação à média (R\$ 81,1 milhões) dos últimos cinco exercícios.

BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

Na Tabela 6 – Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas são consolidados os valores do Ativo e Passivo

Ativo	2022	%	Passivo + PL	2022	%
Ativo circulante	1.033,6	8,7	Passivo	62,9	0,5
Ativo não circulante	10.852,4	91,3	Patrimônio Líquido	11.823,0	99,5
Ativo total	11.886,0	100%	Passivo + PL total	11.886,0	100%

Tabela 6 - Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas R\$ milhões

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva, ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em, aproximadamente, R\$ 11,8 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

ATIVO
Ativo Circulante

Tabela 7 – Caixa:

CAIXA	2022	2021	%
Caixa	626.359	160.801	289,5
Limite de saque com vinculação de pagamento	594.223	128.211	
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento	32.135	32.589	

No encerramento do exercício de 2022, os recursos disponíveis e para os quais não houvessem restrições para uso imediato totalizaram R\$ 626,3 milhões, correspondendo a um acréscimo de 289,5% em relação ao exercício anterior, conforme Tabela 7 – Caixa.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais e de Investimento, Conforme Demonstrações do Fluxo de Caixa

A Tabela 8 – Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos demonstra os valores consolidados em conformidade com as Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Caixa Inicial: 160,8				
Movimentação até o 4º Trimestre				
Atividades operacionais		Atividades de investimentos		Resultado líquido
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	
2.500,9	2.011,3	1,5	25,5	465,5
Caixa Final: 626,3				

R\$ milhões

Tabela 8 – Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos

Ingressos maiores que os desembolsos demonstram um resultado financeiro positivo. O fluxo de caixa das atividades operacionais e de investimentos foi positivo em, aproximadamente, R\$ 465,5 milhões. Não há registros de fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Créditos a Curto Prazo

Correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambiental pelo exercício do poder de polícia do Instituto, aplicados por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Tabela 9 – Créditos a Curto Prazo e Estoques apresenta comparativo do período 2022 com o exercício de 2021.

Tabela 9 – Créditos a Curto Prazo e Estoques

Demais créditos e valores de curto prazo + Estoques	2022	2021
Demais créditos e valores de curto prazo	404.680	415.557
Adiantamento concedidos a pessoal, 13º salário, férias	8.210	10.174
Créditos administrativos diversos responsáveis	113	113
Créditos a receber	396.433	405.344
Créditos decorrentes de infrações ambientais	376.137	383.298
Adiantamentos termo de execução descentralizados	20.295	22.045
Ajustes para perdas	(75)	(75)
Estoques	2.596	3.202
Materiais de consumo	2.596	2.836

R\$ mil

Ativo não Circulante

Conforme demonstrado na Tabela 10 – Ativo não Circulante, observa-se estabilidade entre os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 10 – Ativo não Circulante

Ativo não circulante	2022	2021
Ativo não circulante	10.852,4	10.737,5
Ativo realizável a longo prazo	14,4	14,2
Dívida ativa não tributária	1,2	1,2
Depósitos judiciais efetuados	13,1	12,9
Imobilizado	10.835	10.722,0
Bens móveis	164,7	142,6
Bens imóveis	10.740	10.677,7
Intangível	2,2	1,2
Softwares	2,2	1,2

→ R\$ milhões

Imobilizado
O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

Bens Móveis

Tabela 11 – Bens Móveis

Bens móveis	2022	2021
Bens móveis	164.706,2	142.684,6
Depreciação	(58.317,5)	(50.003,7)
Valor contábil líquido	106.388,7	92.680,9

→ R\$ mil

No exercício 2022, os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 164,7 milhões e o valor contábil líquido, descontada a depreciação, de R\$ 58,3 milhões, corresponde a R\$ 106,3 milhões. Estão distribuídos em várias contas contábeis, subitens, conforme detalhado nas Notas Explicativas.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do Instituto, registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPUINET e apropriados no SIAFI, totalizam em 2022, aproximadamente, R\$ 10,7 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na Tabela 12 – Bens Imóveis, que apresenta comparativo entre 2022 e 2021.

Tabela 12 – Bens Imóveis

Bens imóveis	2022	2021
Bens imóveis	10.740,8	10.677,7
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações)	10.543,1	10.483,7
Bens de uso especial não registrados	155,7	155,7
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias	41,8	38,1
Depreciação acumulada	(11,4)	(48,3)
Valor contábil líquido	10.729,4	10.629,4

→ R\$ milhões

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações.

Intangíveis

Tabela 13 – Intangíveis

Intangíveis	2022	2021	%
Intangíveis	2.208,9	1.260,9	75,2
Softwares	2.203,4	1.255,4	75,5

→ R\$ mil

De igual modo, a exemplo dos registros dos ativos imobilizados, os procedimentos relacionados ao ativo intangível, no valor de R\$ 2,2 milhões no exercício de 2022, conforme Tabela 13 – Intangíveis, guardam relação com a integração entre os sistemas de gestão patrimonial e contábil. O Instituto, até o momento, não adotou os procedimentos metodológicos para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos ativos intangíveis e de eventuais amortizações.

PASSIVO

A Tabela 14 – Passivo Total apresenta comparativo entre os valores dos exercícios 2022 e 2021.

Tabela 14 – Passivo Total

Passivo circulante	2022	2021
Passivo circulante	62.960,8	114.167,3
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist.	31.982,6	33.980,0
Fornecedores e contas a pagar	8.367,4	2.975,6
Demais obrigações a curto prazo	22.605,7	77.123,9
Valores restituíveis, impostos, retenções	6.021,5	4.217,1
Outras obrigações a curto prazo	16.584,1	72.906,8
Indenizações, restituições	245,9	229,9
Precatórios de terceiros	-	56.888,8
Transferências a comprovar	16.338,1	15.788,1
Passivo não circulante		
Passivo não circulante	-	130,9
Precatórios de terceiros	-	130,9

→ R\$ mil

Passivo Circulante

Precatórios de terceiros registram as obrigações referentes a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais e serviços. Todos os passivos foram baixados no exercício de 2022 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Patrimônio Líquido

A Tabela 15 – Patrimônio Líquido apresenta comparativo entre os períodos de 2022 e 2021.

Tabela 15 – Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2022	2021
Patrimônio Líquido	11.823,0	11.202,8
Resultado do exercício	583,6	14,3
Resultados de exercícios anteriores	11.202,8	11.210,8
Ajustes de exercícios anteriores	36,6	(22,3)

→ R\$ milhões

O total do patrimônio líquido, de R\$ 11,8 bilhões em 2022, tem a sua representatividade garantida pelo subgrupo Imobilizado, nas contas contábeis de título bens imóveis, já que este, no valor contábil líquido de R\$ 10,7 bilhões, corresponde a 95% do patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Esse demonstrativo equivale ao Demonstrativo de Resultado do Exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônimas.

A Tabela 16 – Variações Patrimoniais demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram nos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 16 – Variações Patrimoniais

	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	2.612,0	1.727,1
Exploração de bens, serviços e direitos	550,2	129,0
Transferências e delegações recebidas	1.932,8	1.481,6
Valoriza. de ativos e desinc.de passivos	122,3	104,6
Outras VPA	6,2	11,7
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD	2.028,4	1.712,7
Pessoal e encargos	383,7	345,9
Benefícios previdenciários e encargos	111,3	104,0
Uso de bens, serviços e consumo	214,5	268,6
Transferências e delegações concedidas	1.306,2	912,8
Desvaloriz. de ativos e incorp.de passivos	6,0	77,1
Tributárias e Outras VPD	4,9	1,9
Outras VPD	1,5	2,0
Resultado patrimonial do período	583,6	14,3

→ R\$ milhões

O resultado apurado, superávit ou déficit, é agregado ao resultado acumulado, no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo.

Exploração de bens, serviços e direitos apresenta acréscimo na arrecadação própria de 326% em relação ao correspondente trimestre do exercício anterior. Tal acréscimo decorre da arrecadação no valor R\$ 375 milhões, tendo em vista a celebração de Contrato de Concessão do Parque Nacional do Iguaçu. (vide item 5.2.1.1.1. Arrecadação - Receitas Totais).

Outras informações correspondentes aos valores das Variações Aumentativas – VPAs e Diminutivas – VPDs e ao Resultado Patrimonial do Período constam das Notas Explicativas disponibilizadas na página do ICMBio.

Resultado Patrimonial do Período

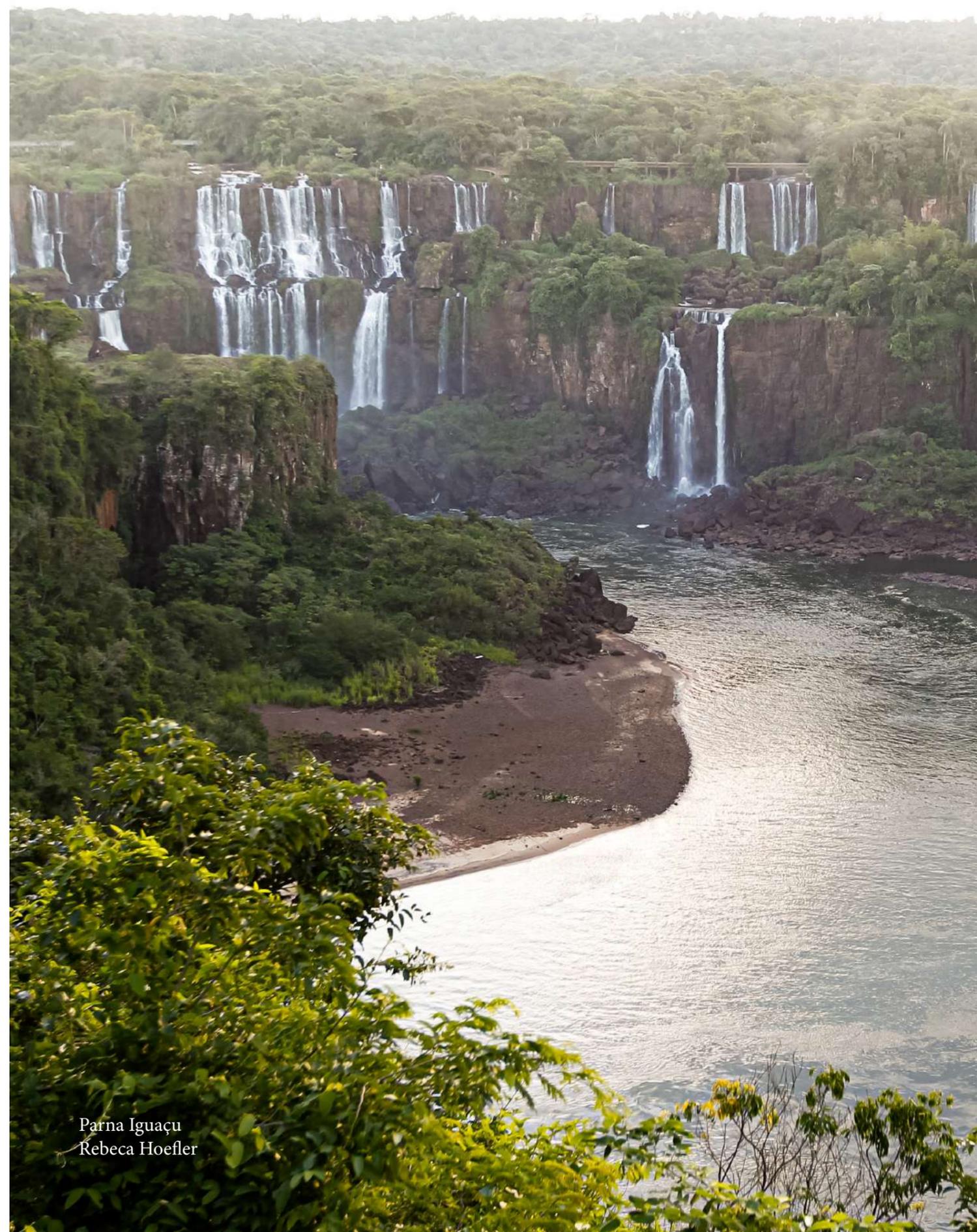
Na Tabela 17 – Resultado Patrimonial são demonstrados os valores apurados nos exercícios 2022 e 2021.

Tabela 17 – Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial (VPA – VPD)	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	2.612,0	1.727,1
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD	(2.028,4)	(1.712,7)
Resultado Patrimonial do Período	583,6	14,4

→ R\$ milhões

O resultado superavitário patrimonial do período 2022 de, aproximadamente, R\$ 583,6 milhões (diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas) compõe o saldo patrimonial no Balanço Patrimonial.



Parna Iguaçu
Rebeca Hoefler



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO